

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Instituto de Economia

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO UMA ESTRATÉGIA DE
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: ALGUNS ASPECTOS
TEÓRICOS**

TEODULO AUGUSTO CAMPELO DE VASCONCELOS

TEODULO AUGUSTO CAMPELO DE VASCONCELOS

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO UMA ESTRATÉGIA DE
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: ALGUNS ASPECTOS
TEÓRICOS**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Área de Concentração:
Desenvolvimento
Socioeconômico e Políticas
Públicas

Orientador: Prof. Dr. Antônio
César Ortega

Uberlândia
2007

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

V331e Vasconcelos, Teodulo Augusto Campelo de, 1949-

A economia solidária como uma estratégia de desenvolvimento territorial: alguns aspectos teóricos / Teodulo Augusto Campelo de Vasconcelos. – Uberlândia, 2007.

146 f. : il.

Orientador: Antônio César Ortega.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia.

Inclui bibliografia.

1. Economia solidária - Teses. 2. Capital social - Teses. 3. Desenvolvimento econômico - Aspectos políticos - Teses. I. Ortega, Antônio César. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

CDU: 33:316

Dissertação defendida e aprovada em 29 de agosto de 2007, pela banca examinadora:

Prof. Dr. Antônio César Ortega (IE - UFU)

Orientador

Prof. Dr. Pedro Ramos (IE - UNICAMP)

Membro

Prof. Dr. Niemeyer de Almeida Filho (IE - UFU)

Membro

Prof. Dr. Carlos Alves do Nascimento

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia - IE-UFU

Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de Economia
Programa de Pós-Graduação em Economia

RESUMO:

Este trabalho procura apontar teoricamente como a Economia Solidária tendo como termo de mediação o Capital Social pode se constituir numa potente estratégia de desenvolvimento territorial. A Economia Solidária envolve um conjunto de atividades econômicas e sociais que recuperam o sentido da solidariedade, da dádiva e do cooperativismo, procurando re-inserir o econômico no conjunto de outras práticas sociais. Políticas públicas voltadas para a Economia Solidária podem se constituir em importantes instrumentos do desenvolvimento territorial se conseguirem estimular a geração de um conjunto de normas e valores, tendentes a criar laços de confiança que propiciem ou facilitem a consecução de objetivos comuns, criem identidades e que mesmo respeitando as estruturas de poder que são definidoras dos territórios e seus limites, reconheçam a alteridade, para lhes permitir o estabelecimento de novas relações horizontais, capazes de produzirem mudanças na capacidade das pessoas para promoverem seu desenvolvimento integral e melhorar suas condições de vida

Palavra-Chave: Economia Solidária; Dádiva; Capital Social; Desenvolvimento Territorial.

ABSTRACT:

This work aims to theoretically highlight how the Solidarity Economics having as a mediation term the Social Capital can constitute in a powerful strategy of territorial development. The Solidarity Economy is based on a set of economic and social activities which recovers the solidarity sense, gift, and cooperation, trying to reinsert the economics in the set of other social practices. Public policies oriented towards the Solidarity Economics can constitute important instruments of territorial development if they are able to stimulate the generation of a set of rules and values, with tends to create confidence links resulting and facilitating the achievement of common goals, creating identities and even respecting the structure power that defines the territories and their limits, recognize the alterity, so they are allowed to establish new horizontal relations that are able to produce changes on peoples capacity to promote their full development and improve their life conditions.

Key Words: Solidarity Economics; Gift; Social Capital; Territorial Development.

Sumário

INTRODUÇÃO	9
DA DÁDIVA À ECONOMIA SOLIDÁRIA	13
1.1. O Ensaio sobre a Dívida	15
1.1.2. Estrutura do Ensaio sobre a Dívida	18
1.2. A Dívida entre os Modernos	25
1.3. A insuficiência dos modelos “Mercado” e “Estado”	29
1.4. O Dom a serviço do vínculo Social	30
1.5. A Dívida e a Economia Solidária	33
A ECONOMIA SOLIDÁRIA	37
2.1. A Emergência do Campo da Economia Solidária no Brasil	38
2.2. Sobre o Conceito de Economia Solidária	41
ESPAÇO E TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	58
A CONSTRUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL NAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	70
4.1. A Gênese da Noção de Capital Social na Literatura Acadêmica	70
4.2. Os Pioneiros	73
4.3. O Capital social na Teoria Social de James Coleman	79
4.4. O Capital Social na Perspectiva de Robert Putnam	83
4.5. O Capital Social na Teoria Social de Bourdieu	99
4.5.1. Espaço social e dominação simbólica	100
4.5.2. O habitus como fundamento da ação	105
4.5.3. Luta simbólica: reprodução ou subversão da ordem?	108
4.6. O Capital Social Comunitário na Perspectiva de John Durston	112
4.6.1. A Confiança	113
4.6.2. A Reciprocidade	114
4.6.3. A Cooperação	114
4.6.4. Capital Social e Exclusão	115
4.6.5. Capital social e comunidade camponesa	116
4.6.6. Ruralidade, territorialidade e capital social comunitário	117
4.6.7. Os laços fortes e o os laços débeis	118
4.6.8. Capital social comunitário e políticas públicas	119
4.7. O Capital Social na Perspectiva das Organizações Multilaterais	123

4.8. Os Críticos de Putnam e Coleman	125
CONCLUSÃO	133
BIBLIOGRAFIA	137

Índice de Quadros

Quadro 1 – Caracterização dos Circuitos da Economia.....	47
Quadro 2 - Síntese de algumas definições de capital social.....	77
Quadro 3 – Tipos de Interação entre Capital Social e Organismos Públicos.....	121
Quadro 4 - Organizações Internacionais e Capital Social.....	124
Quadro 5 – Perspectivas sobre a relação entre Capital Social e Desenvolvimento Econômico	129
Quadro 6 – Tipos de Capital Social	130
Quadro 7 – Tipos e dimensões do Capital Social	131
Quadro 8 – Estratégias “bottom-up” (ou ascendentes) de desenvolvimento	131
Quadro 9 – Estratégias “top-down” de desenvolvimento	132

INTRODUÇÃO

Esta dissertação procura apreender os nexos entre economia solidária, criação de capital social, construção e desenvolvimento territorial. Procura-se descortinar a eventual existência de possíveis mediadores que nos permita articular esses conceitos ou noções de forma a fornecer instrumentos para uma ação política bem específica: a construção e desenvolvimento de territórios.

O conceito de economia solidária tem uma enorme importância para nós. Em primeiro lugar, por permitir retomar a noção de desenvolvimento em novo marco, a saber, como uma estratégia simultaneamente de inclusão social, mas também de gestar novas relações sociais de produção recuperando em novas bases a unidade entre o trabalho e os meios e condições de produção, mas sem que isso represente pura e simplesmente um retorno ao passado. Trata-se de retomar um elo perdido na industrialização, presente nas antigas corporações de ofício, remanescente nos distritos industriais marshallianos, mas que com a subordinação da produção pelo grande capital mercantil, foi substituído pela sua disjunção no interior da grande indústria. A cooperação no interior da grande unidade fabril, potencializando a produtividade do trabalho, foi apropriada pelo capital como lucro e no mundo das aparências vista como um produto do próprio capital.

Na maior parte da literatura sobre o desenvolvimento econômico este é concebido como industrialização a partir de seu início na Inglaterra. Desenvolver-se passou a ser sinônimo de predomínio da indústria, mais precisamente, do sistema fabril sobre a agricultura. É o início da visão setorial do processo produtivo e da divisão entre cidade (o urbano) e o campo (o agrário). O primeiro como portador do progresso da modernidade, o segundo do passado e do atraso. Este com um conjunto de funções estruturais de viabilizar aquele. Indústria quase como sinônimo de urbano e agrário como sinônimo de rural.

O cooperativismo em seus primórdios foi principalmente urbano, como forma de resistência ao capitalismo nascente, mas progressivamente assumiu características rurais. De forma não explícita, quando se fala em economia solidária no Brasil, pensa-se em atividades urbanas. Propomos romper com essa visão setorial, para pensar a economia solidária como uma estratégia de desenvolvimento incluyente, de baixo para

cima, mas sem negar o Estado. Trata-se então de pensá-la em profunda sinergia com o Estado. E, mais e esse é o segundo aspecto, pensá-la como estratégia de desenvolvimento territorial que, em seus fundamentos rompe com a dicotomia rural-urbano.

Em terceiro lugar, por pensarmos a dádiva como núcleo estrutural da prática da solidariedade, temos como elo da tríplice obrigação de dar, receber e retribuir, a reciprocidade. A dádiva é estruturante no plano social, por constituir os laços de solidariedade primária, no plano econômico por romper com o utilitarismo, no plano cultural por gerar a confiança e, enfim, na construção do território por possibilitar o desenvolvimento da identidade. Não será a dádiva uma forma genuinamente benigna de criação de capital social?

Em sua quase totalidade, a literatura sobre o desenvolvimento econômico o concebe como processo de industrialização a partir de seu início na Inglaterra. Desenvolver-se passou a ser sinônimo de predomínio da indústria, mais precisamente, do sistema fabril sobre a agricultura. É o início da visão setorial do processo produtivo e da divisão entre cidade (o urbano) e o campo (o agrário). O primeiro como portador do progresso da modernidade, o segundo do passado e do atraso. Este com um conjunto de funções estruturais de viabilizar aquele. Romper com esta visão dicotômica do processo de desenvolvimento sócio-econômico pode ser uma outra vantagem de concebermos a economia solidária como estratégia de desenvolvimento territorial.

Enfim, a economia solidária tem a potencialidade de recuperar aquela dimensão societária na qual o econômico está enraizado no social. Podemos pensá-la como um agente coletivo atuando no campo econômico em busca de hegemonia. Poderá a sua densidade em capital social e simbólico transformá-la em vetor de transformação social da ordem capitalista vigente?

Para realizar este trabalho tivemos que fazer várias escolhas. Precisamos explicitar algumas delas. Não abordamos a relação da economia solidária com o cooperativismo. No que ela difere do cooperativismo originário. Desviaria-nos demais de nosso propósito de concebê-la como uma estratégia de construção e de desenvolvimento de territórios. Só marginalmente abordamos a rica obra de Milton Santos. A justificativa é simples: demandaria um trabalho de análise infinitamente maior do que este. Não tratamos da geografia marxista nem de sua rica concepção de espaço. A questão aqui é

de fundo. Seu núcleo duro é a problemática da divisão territorial do trabalho e o ajuste espacial na concorrência intercapitalista. No entanto, sua formulação se dá no nível do capital em geral. Traduzi-la em termos de uma dinâmica econômica centrada na pluralidade dos capitais exigiria um desenvolvimento teórico impossível de ser realizado em um trabalho com este escopo.

Fizemos também uma opção metodológica de não formular uma hipótese e testar suas condições de validade. Pensamos em fazer uma articulação teórica que nos permitisse construir instrumentos para a ação política. Concretamente, nossa preocupação é a de como conceber estratégias de desenvolvimento territorial para os assentamentos da reforma agrária, em um contexto de avassaladora predominância do agro-negócio, em um momento em que há sinais de mudança na matriz energética para combustíveis renováveis, com seus visíveis impactos sobre o ambiente natural e a biodiversidade. Nossa preocupação ainda mais específica é verificar até que ponto o manejo da biodiversidade do cerrado, aproveitado de maneira sustentável, pode se constituir em poderosa barreira à entrada, propiciadora de rentabilidade frente a agro-indústria empresarial.

No fundo está a nossa preocupação com a forma errada, em nosso entender, como a reforma agrária está sendo implementada em nosso país. A distribuição de lotes individuais, sob a justificativa ideológica de fortalecimento da agricultura familiar, joga os pequenos produtores em um campo no qual, em geral, eles não têm condições de competir, além de fortalecer o individualismo que é o cimento da ordem vigente.

Uma reforma agrária tendo como núcleo estratégico a economia solidária para os assentamentos da reforma agrária, estruturados em redes de produção e distribuição, pode propiciar as economias de escala e escopo indispensáveis para a agregação de valor e diferenciação de produtos, tornando-os capazes de enfrentar a pressão competitiva do agro-negócio.

Sobre a redação deste trabalho cabe pelo menos um esclarecimento: oscilamos entre um método que podemos classificar de bricolagem e outro de psicografia. Daí o seu caráter desbalanceado em termos de tamanho dos capítulos e sinuosidade na argumentação. É um reflexo da tentativa de pensar alto, utilizando os autores pertinentes em termos de proximidade ou similaridade, que tenham alguma relação de homologia

com o esboço de uma teoria de desenvolvimento territorial que estamos tentando, com limitações, por certo, elaborar.

A dissertação está dividida em quatro capítulos, além desta introdução. No primeiro capítulo fizemos uma apresentação da dádiva como fundamentação da economia solidária, a partir da contribuição seminal de Marcel MAUSS. Apontamos como ela subsiste nos interstícios das relações sociais na contemporaneidade e de como, no plano teórico, pode se constituir num terceiro paradigma, junto ao individualismo metodológico e o holismo, com o estatuto de ser o único genuinamente social.

No segundo apontamos as condições de emergência da economia solidária no Brasil e o esforço de dotá-la de fundamentação teórica. No terceiro, fizemos uma discussão sucinta dos conceitos centrais da geografia, espaço, territorialização e território, procurando tecer os laços de uma fundamentação teórica do desenvolvimento territorial.

No quarto capítulo apresentamos uma ampla resenha dos principais autores que contribuíram para a formulação do conceito de capital social, a partir das contribuições decisivas de COLEMAN, PUTNAM e BOURDIEU. Por último, de forma sucinta, nossas conclusões provisórias.

CAPÍTULO I

DA DÁDIVA À ECONOMIA SOLIDÁRIA

Este capítulo pretende mostrar como a dádiva pode servir de fundamentação teórica para a economia solidária. Para tal intento, torna-se necessário descrever, antes de tudo, o que é a dádiva e de como ao promover a sociabilidade primária ela se articula com a promoção da economia solidária.

Os autores que promulgam uma nova ética social a partir das discussões em torno da economia solidária ou do terceiro setor têm como pressuposto a ampliação do espaço democrático, através de políticas inclusivas e da participação mais ativa do cidadão nos assuntos relativos a coletividade. Seria, a abertura da possibilidade de subordinação das questões econômicas aos imperativos das questões políticas e sociais. Enfim, de re-inserir a dimensão econômica na totalidade social. A ênfase num conteúdo ético, na restauração dos laços sociais, na ampliação da democracia e na “humanização” do capitalismo parece se constituir como o elo convergente entre os autores.

O tema da solidariedade foi retomado nas últimas décadas do século passado e continua sendo debatido até hoje por vários autores; todos preocupados com a crise da sociedade de trabalho e, com o crescimento incontido da “exclusão social”. A exclusão social torna-se, dessa forma “a nova questão social”. Mesmo admitindo uma renovação do conceito a partir de uma perspectiva que o afasta de uma ação meramente caritativa, é possível dizer que a solidariedade sempre esteve presente, desde os tempos mais remotos, em toda a formação social. O mesmo pode ser dito sobre a dádiva até porque, a natureza da doação é essencialmente solidária e essencial ao estabelecimento de laços sociais.

Não se pode, no entanto, discutir a solidariedade sem nos atermos a pelo menos dois conceitos, o de troca e reciprocidade, verificando o seu estatuto teórico dentro das Ciências Sociais, visando descortinar como os laços sociais são estabelecidos. O estatuto da troca, um elemento nuclear da Economia, desde o seu nascimento com a publicação de *A Riqueza das Nações*¹, no entanto, permanece inexplicada ou o que é

¹ A obra magna de SMITH foi publicada em 1776, sendo reivindicada a partir de então, como a obra fundadora do campo econômico tanto pela economia política como pela escola neoclássica.

pior, naturalizada ao longo do desenvolvimento dessa ciência, sendo tomada como um dado que não requer maiores explicações.

No capítulo I, da Riqueza das Nações, que trata da divisão do trabalho, SMITH se refere a “propensão natural do homem para a troca”, da qual decorreria a divisão do trabalho. Em um texto recomposto a partir de notas de aula ministradas por Smith, denominada “*Conferências de Glasgow*” e que recebeu o título de “*Do baixo valor das mercadorias, isto é, da abundância*”², constituindo, provavelmente material preparatório à elaboração de *A Riqueza das Nações*.

Para cotejarmos a forma como a Economia trabalha com a troca para passarmos, em seguida, para a abordagem sociológica e antropológica, convém que nos dediquemos a fazer uma exposição mais detalhada da abordagem smithiana, para depois a cotejarmos com o tratamento dispensado ao tema pelos sociólogos, em especial MARCEL MAUSS.

Smith após mostrar que a divisão do trabalho é a causa imediata da prosperidade, passa a tratar de sua origem, indagando “a que características de nossa natureza isso pode ser legitimamente imputado”. Recusa a explicação de que seja um atributo da razão. Nega também de que seja decorrência da organização da sociedade. Para ele: “A divisão do trabalho origina-se do que constitui uma inclinação natural do homem, ou seja, da tendência a efetuar trocas com seus semelhantes, tendência que se mostra comum a todos os seres humanos e que é desconhecida em qualquer outro animal” (SMITH, 1982: 181).

De que forma se realiza essa tendência natural para a troca? SMITH nos explica que para tal “o homem tenta o egoísmo de seus semelhantes oferecendo-lhes algum motivo suficiente de tentação para deles obter aquilo que deseja”, ou seja, o homem não espera coisa alguma de seu semelhante pela sua benevolência, mas por seu egoísmo. Essa é a interpretação canônica que será exaustivamente desenvolvida no corpo da teoria econômica neoclássica. Em passagem que será retomada na *Riqueza das Nações*, SMITH, afirma:

“O cervejeiro e o padeiro não prestam serviço por benevolência, mas sim por amor a si mesmo. Os únicos que dependem da benevolência são aqueles que pedem esmolas; e mesmo estes morreriam em uma semana se dependessem unicamente delas.

² Publicado em NAPOLEONI (NAPOLEONI, 1982: pp. 171-192).

Graças a essa inclinação a permutar o excedente do próprio trabalho com o excedente dos demais, aquele que vivendo junto a um povo de caçadores, possuía o talento necessário para melhor fabricar arcos e flechas, começará a oferecê-los como presente, recebendo em troca a caça dos demais. Assim continuando, acabará vivendo melhor que os demais e sem necessidade de buscar diretamente a caça para viver, a partir do momento em que possa conseguí-la muito mais eficientemente através do excedente do seu trabalho” (SMITH, 1982: p. 181).

Nessa passagem emblemática Smith parece reconhecer que a troca não obedece apenas ao padrão utilitário, tendo em seu ato fundante uma dimensão simbólica, que transcende o mero ato da equivalência na permuta das coisas. Essa idéia contida na expressão “vamos trocar idéias” por exigir uma relação de empatia³, infelizmente foi perdida, a partir do próprio Smith, do desenvolvimento posterior da Economia Política Clássica.

1.1. O Ensaio sobre a Dádiva

O Ensaio sobre a Dádiva é uma obra capital para a sociologia e para a antropologia⁴. Suscitou uma grande quantidade de debates e trabalhos que em milhares de páginas excedem o seu tamanho. Gerou inúmeras controvérsias a partir da introdução escrita por LEVI-STRAUSS para uma coletânea de sua obra⁵. Vários autores que assumem a filiação ao seu legado, a partir do *Ensaio sobre a Dádiva*, têm procurado desenvolver uma fundamentação anti-utilitarista para as Ciências Sociais⁶. Alguns têm procurado na dádiva e na reciprocidade envolvida no ato de dar, receber e retribuir, uma explicação para a criação de laços de sociabilidade primária, indispensável para a compreensão da solidariedade e do que a literatura contemporânea denomina capital social. Por tudo isso, uma apresentação algo mais extensa do *Ensaio* se justifica plenamente.

³ Sobre o conceito de empatia em Smith, em particular em sua obra *Teoria dos Sentimentos Morais*, ver GANEN (GANEN, 2000; 2002)

⁴ Existem diversas traduções para o português do Ensaio sobre a Dádiva. Delas utilizamos duas, a saber, MAUSS, M. (1974; 2003). As citações da obra ao longo do texto, quando em conjunto, correspondem a ordem cronológica das edições em português.

⁵ Ver a respeito: LEVI-STRAUSS, C.: (1974; 2003). Para este caso, também, adotaremos o mesmo critério explicitado na nota 4.

⁶ Agrupados no M.A.U.S.S., esse conjunto de autores, dentre os quais se destacam, CAILLÉ (1998; 2002a; 2002b), GODBOUT (1998; 2002), dão continuidade em um amplo e original programa de pesquisa ao legado de Mauss.

1.1.1. A trajetória de uma obra

Sabe-se que MAUSS se inteirou dos trabalhos dos índios do noroeste americano através de seu tio Durkheim, que lhe recomendou a leitura de Boas (SIGAUD, 1999: p. 92-93). Em 1910, ainda achava que a instituição do *potlatch*. se constituía em “um sincretismo único de fatos sociais na história da Humanidade” (SIGAUD, 1999: p. 93). Persistindo com essa compreensão até 1913, quando toma conhecimento dos estudos etnográficos da melanésia, concluindo que o *potlatch* não era exclusivo do noroeste americano:

“Portanto, em última análise, é esta instituição que estes trabalhos melhor focalizam. Não é mais possível ver aí uma curiosidade etnográfica do Noroeste americano: é manifesto que ela tem causas gerais e profundas. É uma forma de contrato primitivo cuja frequência será constatada cada vez mais à medida em que se estudar mais o sistema de trocas nas sociedades inferiores’ (MAUSS, 2001: 355-356)⁷.

MAUSS continua seus estudos sobre a extensão do *potlatch* além do noroeste americano após a I Guerra Mundial, concluindo em 1920 que essa instituição era parte do que ele chamava “sistema de prestações totais” característico de instituições de base clânica, dentre elas, destacando-se a troca de mulheres, de direitos, de coisas, de ritos religiosos que se faziam entre clãs, e chamava a atenção para o caráter suntuário e usurário dos empréstimos, e, ainda, para a dimensão agonística da oposição entre grupos. Conclui também após o relacionamento do material disponível a que teve acesso que existia não apenas traços importantes de *potlatch*, mas também da presença de formas agonísticas na Melanésia Oriental e Central.

No trabalho "*Uma Forma Antiga de Contrato entre os Trácios*" (MAUSS, 2001: 356-362), de 1921, nos mostra que por essa data, MAUSS já tinha conseguido estabelecer o relacionamento entre as formas de contrato e troca sobre as quais vinha trabalhando, a partir do Noroeste americano e da Melanésia, com o mundo indo-europeu. Além de uma síntese de até onde tinha avançado na concepção do “sistema de

⁷ Na tradução de SIGAUD: “[...] é, portanto, de forma definitiva, esta instituição que estes diferentes trabalhos melhor iluminam. Não é mais possível ver nela uma curiosidade etnográfica do Noroeste americano: está claro que ela [a instituição] se deve a causas gerais e profundas [...]. É uma forma de contrato primitivo, cuja frequência será constada cada vez mais, à medida em que se amplie o estudo do sistema de trocas nas sociedades inferiores” (MAUSS, APUD: SIGAUD).

prestações totais”, caracteriza o *potlatch* a partir de dois aspectos: trocas, envolvendo uma enorme quantidade de prestações de todo tipo que se iniciam sob a forma de doações aparentemente gratuitas de presentes, mas que evolui a obrigação do beneficiário retribuir o equivalente com usura. O outro é o seu caráter agonístico, mais intenso no noroeste americano do que na Melanésia. Após buscas infrutíferas de *potlatch* no mundo indo-europeu encontra textos com provas de que povos, como os trácios do norte da antiga Grécia, haviam conhecido essa instituição. Conclui o texto com uma espécie de plano de trabalho, apontando que seria importante encontrar evidências em outros povos antigos, como os celtas e os germanos, para efetuar a verificação de como aquelas formas tinham se “degradado” num simples contrato de troca.

Por essa ocasião⁸, MAUSS dedica-se em publicar o trabalho de seus colegas que morreram durante a guerra, especialmente Robert Hertz. Foi nos acervos deste que encontrou materiais da Polinésia, dentre os quais os referentes aos maoris e que ele verificou se ajustar com as suas preocupações acerca das prestações totais. Com base nesse material publica em 1923, a comunicação “*A Obrigação de dar Presentes*” (MAUSS, 2001: 362-363), onde assinala o interesse que apresentam alguns temas do direito polinésio e, em particular, maori. Diz então que, se os polinésios não conhecem ou não conheceram uma instituição que mereça o nome de *potlatch*, como o dos indígenas do noroeste americano e da Melanésia, eles conheceram formas de prestações totais, representando formas intermediárias entre estas e o *potlatch*. Entre os polinésios não encontrou o tema da rivalidade e do combate, no entanto, o presente obrigatório e voluntariamente dado e recebido era ali essencial (MAUSS, 2001: p. 362). No estudo da instituição das prestações totais na Nova Zelândia viu a possibilidade de explicar “um dos três elementos deste sistema de direito, que consiste na troca permanente de presentes. Pois este sistema supõe: 1. a obrigação de dar; 2. a obrigação de receber; 3. a obrigação de retribuir” (MAUSS, 2001: p. 363). Um tema que MAUSS atribui importância e que será o principal ponto de contestação dos comentadores do *Ensaio sobre a Dádiva*⁹, foi uma formulação de “um jurista maori, Tamati Ranapiri”, que havia sido anotada por Hertz, segundo a qual¹⁰,

⁸ Entre 1921 e 1923.

⁹ A começar por LEVI-STRAUSS. Ver a crítica em sua introdução à obra de Marcel MAUSS (LEVI-STRAUSS, 1974: p. 24-27). Uma penetrante análise do interesse pessoal de LEVI-STRAUSS em apontar

Os objetos *taonga* são, ..., dotados de *hau*, em outras palavras, de espíritos. Quando dou um *taonga* e quando o recipiendário o dá a um segundo beneficiário, este impelido pelo *hau*, pelo espírito do primeiro presente, não pode sob pretexto algum conservá-lo em seu poder; é obrigado devolvê-lo ao primeiro doador (MAUSS, 2001: p. 363).

Termina sua comunicação anunciando que temas equivalentes de direito podem ser indicados para o direito germânico e talvez para certas reminiscências do direito romano muito antigo (MAUSS, 2001: p. 363).

A última peça que faltava do quebra-cabeça para a montagem de um quadro mais completo dos “sistemas de prestações totais” Mauss parece ter encontrado no livro “*Os Argonautas do Pacífico Ocidental*”, que MALINOWSKI (1984) publicou em 1922. MAUSS trabalha com o material de MALINOWSKI sobre as Ilhas Trobriandesas, na Melanésia, no letivo de 1923-24. Nesse material reconhece instituições que, estando mais particularmente ligadas à religião, à estrutura jurídica e ao regime econômico, são do tipo do “*potlatch* propriamente dito”, dedicando particular atenção à noção de dom, de desinteresse e garantia. MAUSS encerra o texto *Gift-Gift*, onde faz um apanhado do estado das artes da articulação desses temas dizendo que todos esses fatos seriam oportunamente expostos em um trabalho sobre “a obrigação de dar presentes”¹¹. Talvez o trabalho mencionado fosse o que viria a ser o próprio *Ensaio sobre a Dádiva*.

1.1.2. Estrutura do Ensaio sobre a Dádiva

O *Ensaio sobre a Dádiva* é composto de cerca de 130 páginas na tradução brasileira e de 527 notas, sendo constituído por uma introdução, três capítulos e uma

os “erros” de Mauss, transformando-o num precursor do estruturalismo levi-straussiano pode ser encontrada em SIGAUD (1999).

¹⁰ Uma análise interessante do método maussiano é fornecida por DUBAR (1969), citado por Cardoso de Oliveira, segundo o qual Mauss adota o mesmo procedimento de Marx em sua Introdução à Crítica da Economia Política, para construir o conceito de *troca-dádiva*. Para DUBAR “o concreto que Mauss convida a alcançar não é o concreto figurado tal como ele se apresenta no início da pesquisa, antes que a definição provisória tenha estabelecido a ruptura epistemológica tornando possível a explicação científica. É exatamente este concreto pensado, esta ‘síntese de múltiplas determinações’ que constitui o fato social total”. Segundo o autor, de forma semelhante ao seguido por Marx, os passos de Mauss podem ser explicitados da seguinte forma: Concreto figurado: observações e documentos etnográficos sobre o *potlatch*, *kula*, etc.; abstrato: troca-dom; concreto pensado: *potlach*, *kula*, etc., redescritos como modalidades de troca-dom. DUBAR, 1969:p. 561. (Apud: Cardoso de Oliveira, 1983: p.35-36).

¹¹ Evidentemente não se trata do trabalho homônimo, publicado em 1923, anterior, portanto, ao *Gift-Gift*, conforme já vimos acima..

conclusão. A análise dos fatos etnográficos é feita nos dois primeiros capítulos. No terceiro, debruça-se na análise do direito em civilizações antigas. A conclusão, por sua vez, é composta de três partes: conclusões morais, conclusões de sociologia política e de economia política e conclusões de sociologia geral e moral.

O texto começa tendo como epígrafe um velho poema escandinavo para mostrar que em muitas civilizações antigas como aquela, “as trocas e os contratos fazem-se sob a forma de presentes, teoricamente voluntários, mas na realidade obrigatoriamente dados e retribuídos” (MAUSS, 1974: p. 41; 2003: p. 187).

No seu programa de trabalho consta que sua atenção está voltada, ao mesmo tempo, “para o regime de direito contratual e para o sistema de prestações econômicas entre as diversas secções ou subgrupos de que se compõem as sociedades chamadas de primitivas e também aquelas que poderíamos chamar de arcaicas” (MAUSS, 1974; p. 41; 2003: p. 187). Aponta a existência de um enorme conjunto de fatos, em si muitos complexos, nos quais tudo o que constitui a vida propriamente social dessas sociedades, se apresenta misturado. Ou seja:

“Nesses fenômenos sociais ‘totais’, ..., exprime-se, ao mesmo tempo e de uma só vez, toda espécie de instituições: religiosas, jurídicas e morais – estas políticas e familiares ao mesmo tempo; econômicas – supondo formas particulares de produção e de consumo, ou antes, de prestação e de distribuição, sem contar os fenômenos estéticos nos quais desembocam tais fatos e os fenômenos morfológicos que manifestam essas instituições” (MAUSS, 1974; p. 41; 2003: p. 187).

Enfatiza, ademais que, dentre esses temas por demais complexos e dentro da multiplicidade de coisas sociais em movimento, destacará um único traço, profundo, embora isolado, qual seja,

“o caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito e, no entanto, imposto e interessado dessas prestações. Elas têm tomado quase sempre a forma do presente, do regalo ofertado generosamente, mesmo quando, no gesto que acompanha a transação, há tão somente ficção, formalismo e mentira social; quando há, no fundo, obrigação e interesse econômico”. (MAUSS, 1974: p. 41-42; 2003: p. 188)

Precisa, ademais que, dos diversos princípios que deram esse aspecto à troca, se dedicaria a estudar a fundo apenas um, sem descurar dos demais, através de duas

perguntas: qual a regra de direito e de interesse que faz com que, nas sociedades de tipo atrasado ou arcaico, o presente recebido seja obrigatoriamente retribuído; que força há na coisa dada que faz com que o donatário a retribua? (MAUSS, 1974: p. 42; 2003: p. 188).

MAUSS acreditava que essas questões apontavam na direção de novos problemas: os que diziam respeito a uma forma permanente da moral contratual, especialmente a maneira como o direito real ainda permanece, em nossos dias, ligado ao direito pessoal; e os que se referem às formas e às idéias que presidiram, pelo menos em parte, a troca e ainda hoje suprem, também em parte, a noção de interesse individual (MAUSS, 1974: p. 42; 2003: p. 188).

O trabalho visava alcançar era duplo objetivo: de um lado fazer uma espécie de arqueologia acerca da natureza das transações humanas, por meio da descrição de fenômenos de troca e de contrato, em sociedades que não são desprovidas de mercado como usualmente se pensava, embora seu regime de troca seja diferente do nosso, bem como a moral e a economia que lhes concerniam; de outro, mostrar que esta moral e economia funcionam ainda em "nossas" sociedades de modo constante, ou subjacente, constituído-se por assim dizer em uma das rochas humanas sobre as quais foram erguidas nossas sociedades e daí inferir conclusões de ordem moral sobre problemas postos pela crise de "nosso direito" e de "nossa economia".

Afirmou que como método se serviria da comparação precisa. A primeira implicação significava estudar o tema apenas em algumas áreas determinadas, como a Polinésia, Melanésia e Noroeste americano e algumas regiões amplas. A segunda em ater-se apenas a lugares, em relação aos quais havia documentos que permitiam o acesso à "consciência das sociedades"; e fazê-lo descrevendo cada um dos sistemas, em sua integralidade, ao invés de comparar apenas traços, fato que descaracterizaria tanto as instituições como os documentos utilizados.

No item da introdução intitulado "*Prestação, Dádiva e Potlatch*", MAUSS afirma que "este trabalho é um fragmento de estudos mais vastos" (MAUSS, 1974: p. 43; 2003: p. 189), realizado em colaboração com Davy. A elaboração desse trabalho exigiu o conhecimento de uma grande quantidade de fatos de várias civilizações, que lhe permitiu afirmar que "Não parece que jamais tenha existido, nem em uma época bastante próxima de nós, nem nas sociedades que precariamente são confundidas sob o

nome de primitivas ou inferiores, algo que se assemelhasse àquilo que se denomina economia natural” (MAUSS, 1974: 43-44; 2003: p. 189-190), procurando ver o quanto, em matéria de direito e de economia, estão distanciados do estado de natureza.

Este ponto é de extrema importância para os desdobramentos deste trabalho, por isso vamos seguir um pouco mais o autor, mesmo com o risco de ser cansativo. Para ele,

“Nas economias e nos direitos que precederam os nossos, não constatamos nunca, por assim dizer, simples trocas de bens, de riquezas ou de produtos no decurso de um mercado entre indivíduos. Em primeiro lugar, não são indivíduos, e sim coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam; as pessoas presentes ao contrato são pessoas morais (...) que se enfrentam e se opõem, seja em grupo, face a face, seja por intermédio dos seus chefes, ou seja ainda das duas formas ao mesmo tempo. Ademais, o que trocam não são exclusivamente bens e riquezas, móveis e imóveis, coisas economicamente úteis. Trata-se, antes de tudo de gentilezas, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras em que o mercado é apenas um dos momentos e onde a circulação de riquezas constitui apenas um termo de um contrato muito mais geral e muito mais permanente. Enfim, essas prestações e contra-prestações são feitas de uma forma sobretudo voluntária, por presentes, regalos, embora sejam, no fundo, rigorosamente obrigatórias, sob pena de guerra privada ou pública. propusemo-nos a chamar a tudo isso de *sistema de prestações totais* (MAUSS, 1974: 44-45, 2003: p. 190-191, em itálico no original).

Em seguida MAUSS trata de um tipo de prestação total que denomina de tipo agonístico no noroeste americano, que será abordado em outra parte deste trabalho. Seguindo um percurso diferente de seus estudos, no *Ensaio*, MAUSS opta por tratar da Polinésia no "*Capítulo I*", das Ilhas Andaman, no Oceano Índico, Melanésia e do noroeste americano no "*Capítulo II*", das chamadas sociedades antigas (Roma, Índia, povos germanos) no "*Capítulo III*" e da Europa moderna na "*Conclusão*".

No Capítulo I, MAUSS trata de dois elementos do *potlatch*, presentes na Samoa, envolvendo “o elemento de honra, de prestígio, de mana que confere a riqueza”, por um lado e, de outro, “o da obrigação absoluta de retribuir essas dádivas sob a pena de perder esse mana, esta autoridade, esse talismã e esta fonte de riqueza que é a própria autoridade” (MAUSS, 1974: p. 50; 2003: p. 195). Trata também do espírito da coisa dada, o *hau*, nos Maori, conforme já apontamos. Ressalta no terceiro item que para se compreender a instituição das prestações totais e do *potlatch*, torna-se necessário explicar dois outros momentos complementares, uma vez que “a prestação total não envolve apenas a obrigação de retribuir os presentes recebidos, mas supõem duas outras

também importantes: a obrigação de dá-los, por um lado, e a obrigação de recebê-los, por outro” (MAUSS, 1974: p. 56-57; 2003: p.201).

A obrigação de dar é considerada por ele de fundamental importância, porque seu estudo poderia nos ajudar a compreender a razão pela qual os homens se tornaram permutadores (MAUSS, 1974: p. 56-57; 2003: p. 201), ponto onde SMITH parou. Esclarece-nos que a recusa em dar, deixar de convidar ou recusar-se a receber é equivalente a declarar guerra, recusar a aliança e a comunhão (MAUSS, 1974: p. 57-58; 2003: p. 201-202). A explicação para isso é que “o donatário tem uma espécie de direito de propriedade sobre aquilo que pertence ao doador” e que ela “exprime-se e é concebida com um vínculo espiritual” (MAUSS, 1974: p. 58; 2003: p. 202). Este ponto, extraordinariamente controverso será retomado mais adiante.

No segundo capítulo, para o que nos interessa, MAUSS trata do *Kula*, instituição dos nativos das ilhas Trobriand, originalmente descrita por MALINOWSKI (1984)¹². MAUSS define o *Kula* como um grande *potlatch*. é uma espécie de ritual em que tribos vizinhas trocam presentes. Mas o *Kula* significa círculo, rede, um grande círculo de comércio inter-tribal, o círculo que interliga tribos, ilhas e regiões, “formando assim um sistema internacional de trocas de grande amplitude, círculo que é ainda maior, quando faz interseção, na sua periferia, com círculos comparáveis” (GODBOUT, 1999: p. 128).

Essa rede é o conjunto das pessoas em relação onde a manutenção de relações interpessoais, conserva a confiança e a fidelidade. Essas redes só se criam a partir da aposta na dádiva. Tais presentes trocados são as dádivas e não são somente presentes trocados e retribuídos, teoricamente voluntários, mas na verdade, obrigatórios.

Esse sistema primitivo de dádiva assenta-se também nas noções de honra e de crédito, dizendo respeito a todos os aspectos econômicos, tribal e moral desses povos (GODBOUT, 1999: p. 128). Trata-se de um comércio de ordem nobre, distinto da simples troca econômica de mercadorias úteis, chamadas *gimwali*. Diz-se que “um indivíduo que não conduz o *Kula* com a grandeza de alma necessária, que ele o conduz como um *gimwali*”, como uma mera troca de mercadorias (MAUSS, 1974: P. 74; 2003: p. 215). É a partir do *Kula* que tudo ganha sentido e torna a vida digna de ser vivida. É através do *Kula* que se criam novos vínculos, que se fazem novos amigos e alcança-se a fama. O *Kula* é um instrumento, um círculo através do qual se tecem as redes de

¹² A magistral obra de Malinowski “Os Argonautas do Pacífico Ocidental” foi publicada originalmente em 1922. A edição brasileira é de 1984.

relações entre os indivíduos, grupos e tribos. Nessas trocas existe algo mais que a mera coisa trocada. Ao realizar-se a troca de presentes uma moralidade é instituída através dos atos de receber e de retribuir.

Aparentemente, o *Kula* consiste em dar, da parte de uns e em receber da parte de outros, mas os doadores de um dia são os receptores do outro. Essa doação se reveste de formas solenes e o doador é exageradamente modesto, dessa forma, os atores desse sistema procuram liberalidade, liberdade, autonomia e grandeza.

O *Kula* é chamado, sociologicamente falando, de fenômeno social total¹³, porque nele se exprimem de uma só vez todas as espécies de instituições. Neste sistema, há formalismo, obrigação e interesse econômico. Esses presentes trocados não são somente bens e riquezas, mas também gentilezas, banquetes, ritos, festas. A obrigatoriedade desse sistema é tal que na falta de retribuição pode ocorrer uma guerra privada. Por isso é chamado de sistema de prestações totais.

O *Kula* pode ser entendido como um grande *potlatch* que é um sistema de trocas por dádivas, através do qual se realiza um grande comércio intertribal. O *potlatch*, como sistema de prestação total é um complexo de atividades, inclusive festas, danças, proclamações públicas, doação e destruição de propriedades entre tribos indígenas que habitavam a costa noroeste da América do Norte. A essência destas atividades é a distribuição de bens reunidos pelo anfitrião para aquela ocasião por meio de economia, doação e empréstimo. Porém, o *potlatch* não deixava de ser um meio indispensável de obter e manter influência política e posição social.

Na verdade, “O *Kula* é uma instituição de troca recíproca em que parceiros permanentes dão e recebem objetos de valor socialmente reconhecido e que só podem ser trocados um pelo outro” (SILVA, 1986: P. 668). Ele parece geralmente ser reservado aos chefes, sendo estes, ao mesmo tempo os chefes de tropas, de canoas e comerciantes, etc., sendo realizado de maneira nobre, na aparência puramente desinteressada e nobre (SILVA, 1986: p. 669).

Da mesma forma que o *potlatch* do noroeste americano, o *Kula* “consiste em dar, da parte de uns, e em receber, da parte de outros, sendo os donatários de um dia os doadores da vez seguinte” (MAUSS, 1974: P. 74; 215). Se o presente oferecido é aceito isso significa que o donatário está disposto a entrar no jogo ou pelo menos a permanecer

¹³ Sobre o conceito de fato social total, ver Silva (SILVA, 1986: p. 465-466).

nele. A vida social, nessas sociedades, é um constante dar e receber. Pode-se concebê-la como perpassada por uma contínua relação, em todos os sentidos, por “dádivas dadas, recebidas, retribuídas, obrigatoriamente e por interesse, por grandeza e para serviços, em desafios e penhores” (MAUSS, 1974: p. 86; 2003: 226-227). Muitas vezes, o dom, os presentes expressam a concorrência, a rivalidade, o esbanjamento, a ostentação, a busca de grandeza, de reconhecimento e do interesse, como no caso das prestações agonísticas.

MAUSS conclui o capítulo afirmando que “*esse princípio da troca dádiva deve ter sido o das sociedades que ultrapassaram a fase da ‘prestação total’ (de clã para clã e de família para família)* e que não chegaram ainda ao contrato individual puro, ao mercado no qual corre o dinheiro, à venda propriamente dita e, sobretudo, à noção do preço estimado em moeda pesada e de título determinado” (MAUSS, 1974: p.129; 2003: 264).

No terceiro capítulo, MAUSS investiga a existência desses princípios nos direitos antigos e em economias antigas, onde ainda não havia se estabelecido a distinção entre os direitos reais e os direitos pessoais, entre as pessoas e as coisas, que são a marca de nossas sociedades.

Finalmente, no quarto capítulo MAUSS apresenta um conjunto de conclusões: de moral, de sociologia econômica e de Economia Política e por último de Sociologia Geral e de Moral. Interessa-nos aqui ressaltar alguns pontos destas conclusões que serão retomadas de forma inovadora pelos seus continuadores nos dias de hoje.

Diz ele que,

“Entre a economia relativamente amorfa e desinteressada, no interior dos subgrupos, que regula a vida dos clãs australianos ou americanos do norte (leste e pradaria), por um lado, a economia individual e do puro interesse que nossas sociedades têm conhecido pelo menos em parte, desde que ela foi descoberta pelas populações semíticas e gregas, por outro lado, entre esses dois tipos, escalonou-se toda uma série imensa de instituições e de eventos econômicos, e esta série não é governada pelo racionalismo econômico, cuja teoria é feita com tanta frequência” (MAUSS, 1974: 176; 2003: p. 306)¹⁴.

¹⁴ MAUSS nos diz que a palavra “interesse” é de origem recente, sendo originária da técnica contábil, vindo à frente das rendas a receber. Ressalta, ainda, que foi preciso a vitória do racionalismo e do mercantilismo para que as noções de lucro e de indivíduo fossem postas em vigor e alçadas à altura de princípios, sendo quase possível datar, após Mandeville da *Fábula das Abelhas*, o triunfo da noção de interesse individual (MAUSS, 1974: 176; 2003: p. 306-307).

Em síntese, uma contribuição fundamental que se pode depreender do “*Ensaio sobre a Dádiva*” é a idéia de que a vida social não é só a circulação de bens, mas também a circulação de pessoas, nomes, palavras, visitas, títulos, festas. Portanto as trocas não são só materiais: a circulação pode amplificar a prestação de valores espirituais.

A primeira conclusão dada por MAUSS no *Ensaio* é que: o estudo da circulação de riquezas, através da dádiva, oferece uma base para uma comparação inicial entre diferentes sociedades, e permite uma passagem entre o estudo da nossa sociedade e de outras. Para o autor a dádiva na sociedade moderna estaria embutida no ato de compra e venda e não paralela ou independente deste. Na conclusão, o autor também sugere que o trabalho é sempre uma dádiva em qualquer sociedade capitalista ou não e argumenta a favor de uma intensificação das trocas de dádivas o que para ele, conduziria uma minimização da estratificação entre as nações e os indivíduos, esta sendo resultado da intensificação das trocas mercantis.

Sobre a dádiva moderna, pode-se dizer que não há limites claros para o seu exercício; por um lado, recai no Estado e por outro alcança relações pessoais e a esfera doméstica; aqui a dádiva se encontra no centro do sistema de circulação dos serviços. Sabe-se que muitas organizações beneficentes são, na verdade, organizações profissionais que atuam na nova indústria da dádiva. Essa indústria da dádiva pode ser considerada associações que prestam serviços através de pessoas, não baseados em relações salariais (GODBOUT, 1999: p. 82).

Mas como esse critério seria insuficiente, faz-se uma distinção entre um tipo instrumental e o tipo expressivo. A primeira tem a finalidade externa a si própria e se atribui a funções sociais. A segunda, objetiva apenas a satisfação de seus membros. Em ambos os sistemas nota-se a ausência de ruptura entre quem oferece o serviço e quem o recebe, há um vínculo entre os membros da organização.

1.2. A Dádiva entre os Modernos

Esta apresentação, ainda que longa, não faz jus a toda a complexidade do pensamento de MAUSS. No entanto é suficiente para uma introdução aos desdobramentos do pensamento do autor, realizado por um conjunto de intelectuais e

pesquisadores, em sua maioria franceses, que reunidos no *Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais* (M.A.U.S.S.), procuram investigar e demonstrar, a partir da obra de Marcel MAUSS, que existe um terceiro paradigma, o paradigma do dom ou da dádiva, que não é uma mera hibridização do paradigma do individualismo metodológico e do holismo. Este terceiro paradigma, na verdade é anterior e mais extenso que os anteriores, por mostrar como se constrói o vínculo social, o que lhe confere o estatuto do único paradigma verdadeiramente sociológico¹⁵.

A rejeição da pretensão de universalidade do individualismo metodológico e da dominância do mercado auto-regulado em todas as esferas da vida social, bem como do totalitarismo embutido na dominância da ação estatal, levou a que esse conjunto de intelectuais, no início dos anos 80, reunidos em torno da *Revue du MAUSS (Revista do Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais)*¹⁶, dando ao nome M.A.U.S.S. dois sentidos: um em homenagem àquele sociólogo, que é um dos fundadores da Escola Sociológica Francesa, e, também, a afirmação de uma posição anti-utilitarista, em um momento de forte expansão do individualismo metodológico, que conduziu a hegemonia do neoliberalismo em nível global nas duas décadas finais do século passado.

A formulação teórica do M.A.U.S.S. se realiza a partir da descoberta de MAUSS de que nas sociedades “arcaicas” ou “primitivas” a regra fundamental da ação social não repousa sobre contratos, mas sobre a tríplice obrigação de dar, receber e retribuir. A troca se realiza por razões outras que ultrapassam os simples interesses materiais, calculistas, realizando-se, inclusive por razões simbólicas.

Essa abordagem rejeita liminarmente a concepção do *homo oeconomicus*, ou seja, a tentativa de tudo explicar pela lógica do mercado. Considera que o ser humano está emerso em relações sociais, na relação com amigos, no amor, no crime, na religião¹⁷. Ou seja, não se pode separar o ser humano do conjunto de suas relações sociais. Nesse sentido, não se pode reduzir as relações de dom com meras relações de troca entre

¹⁵ Sobre a construção do Paradigma da Dádiva, ver: CAILLÉ (1998), CAILLÉ (2002), MARTINS (2002) e GODBOUT (1998).

¹⁶ A *Revue du MAUSS* tem uma versão eletrônica, disponível no endereço: <http://www.revuedumauss.com>. Há também uma página em português no endereço: <http://www.jornaldomauss.org/site/>

¹⁷ A referência importante para o problema do enraizamento da economia do homem nas relações sociais e Karl Polanyi, através da ação de dois princípios não diretamente associados à economia: reciprocidade e redistribuição (POLANYI, 1980: p. 59-69).

átomos isolados. Na verdade, o pensamento anti-utilitarista afirma a existência de uma lei fundamental que organiza toda sociedade. Essa lei tem seu modo de operação regulado pelo princípio da reciprocidade, para além do mero sentido mercantil, mas como uma troca generalizada que envolve todos os seres sociais. Mas aqui o que importa é a relação e não a troca em si mesma. Quando alguém recebe, imediatamente institui-se uma dívida com o outro. Nesse campo de significação o que importa é estar-se em relação. É o campo, por excelência da dádiva¹⁸.

O individualismo metodológico procura explicar a ação através da lógica do interesse, da razão instrumental no âmbito do mercado. Trata-se de um paradigma sub-socializado. Em contraposição a ele, temos o holismo¹⁹. De uma forma geral, pode-se dizer que o holismo abrange todas as teorias que tomam como ponto de partida a sociedade e não o indivíduo. No holismo há uma tentativa de quebrar o isolamento do indivíduo, situando-o no âmbito de suas relações sociais. Para o holismo “é o conjunto das ações dos indivíduos que parece ser comandado por uma totalidade social sempre preexistente aos indivíduos, infinitamente mais importante que eles e incomensurável a seus atos ou a seus pensamentos que ela predetermina de ponta a ponta” (CAILLÉ, 2002: p.17). O paradigma do dom não corresponde, por outro lado, ao modelo mercantil, já que sua característica básica não é a equivalência, não é o interesse ao tomar a iniciativa da doação, de receber de volta. Tampouco pode ser reduzido ao holismo, pois nesse caso, a dádiva não se faria pelo mero interesse como naquele, mas pela interiorização de normas que nos induziriam a fazer dádivas por coação do ambiente social (CAILLÉ, 2002: pp. 73-75).

Percebe-se que o modelo do dom não se esgota no mercado exatamente por situar-se no pólo oposto do sistema mercantil. Enquanto a característica básica do sistema mercantil é a transação pontual, no sistema do dom a dívida é mantida voluntariamente, sendo de sua natureza que os parceiros se encontrem permanentemente em situação de dívida seja ela positiva ou negativa.

¹⁸ GODBOUT afirma que, no mercado e no Estado, está presente o invisível sistema da dádiva. Porém, “a dádiva constitui o sistema das relações propriamente sociais, na medida em que estas são irredutíveis às relações de interesse econômico ou de poder” (GODBOUT, 1999: p. 22).

¹⁹ O holismo se constitui no paradigma dominante na sociologia, enquanto que o individualismo metodológico o é na economia e nos ramos das ciências sociais que sofrem mais diretamente a influência da economia.

Na modernidade o Estado assume um conjunto de atividades que não são assumidas pelo mercado. Trata-se da redistribuição de um conjunto de bens e serviços, mas que se dão sem o estabelecimento de vínculo. Tanto no âmbito do Mercado como no do Estado, o objetivo é libertar-se dos vínculos sociais (GODBOUT, 1999: p.186). .

Não existe um modelo de sociedade assentado no dom, mas apenas o paradigma, que apresenta, de um lado, uma crítica ao modelo de mercado e, de outro, ao do Estado. Trata-se, como diz CAILLÉ, de considerá-lo, citando MAUSS, como “o primeiro, o mais belo, o mais bem-sucedido, o mais forte e o mais rico, eis o que todo o mundo procura e como obtê-lo” (CAILLÉ, 2002: p. 72; MAUSS, 1974: p. 175; 2003: p.306) O paradigma do dom nos apresenta um conjunto de elementos que sob diversas formas estão presentes desde o início das relações sociais humanas. Não se trata, portanto, de um sistema econômico, mas um sistema social de relações entre pessoas (GODBOUT, 1999: p. 24).

A dádiva não se constitui em um sistema econômico concreto como alguns chegaram a sustentar, ao lado do mercado regido pelo interesse e o Estado regido pela planificação (GODBOUT, 1999: p. 24). Na verdade, ela é irredutível às relações de interesse econômico, pois ela própria é formadora do sistema social, das relações sociais, das relações interpessoais. Pois a dádiva serve, antes, de mais nada, para estabelecer relações. E uma relação sem esperança de retorno, uma “*relação de sentido único, gratuita, nesse sentido, e sem motivo, não seria uma relação*” (GODBOUT, 1999: p. 16). A lógica do dom nos obriga a sair desses dois paradigmas. Ainda que o sistema mercantil monetize as relações e que o Estado redistribua sem criar vínculos, “*lugares onde as coisas continuam a ter uma alma e a viver a serviço dos vínculos sociais*” (GODBOUT, 1999: p. 193).

O terceiro paradigma, paradigma do dom ou paradigma da dádiva não nega nem o Estado nem o mercado, mas parte do reconhecimento de que essas duas esferas não dão conta de *per se*, de todas as dimensões da vida humana. Considera que o dom é constitutivo dos laços sociais, das relações, tanto simples como complexas, que instituem a base da sociedade.

1.3. A insuficiência dos modelos “Mercado” e “Estado”

Os paradigmas do Mercado e do Estado não são capazes de explicar o porquê e a gênese do vínculo social e da aliança, por não serem regidos pela lógica do dom. No entanto, o dom ainda está presente em nossas sociedades. Onde se realizam relações o dom está presente. Na verdade, o presente, ainda que simbólico, é o ponto de partida mesmo para transações mercantis. O ato de oferecer um presente já requer um mínimo de confiança. No entanto, mesmo as relações mercantis exigem um mínimo de confiança. Como diz GODBOUT, referindo-se as relações internacionais:

“No entanto, vestígios importantes dessa função da dádiva ainda subsistem, até mesmo no setor de relações com estranhos. Pois nele a relação mercantil deve ser previamente ‘autorizada’ por uma relação de dádiva. Em toda parte onde o mercado já não tenha estabelecido suas regras ‘automáticas’ e em toda parte onde o que conta são as relações, utiliza-se ainda o presente. Assim, existe a troca de presentes entre chefes de Estado de dois países na abertura de um encontro que irá resultar num tratado comercial, cujas ‘modalidades de aplicação’ ficam por conta dos funcionários e cuja efetiva realização fica por conta dos comerciantes. A dádiva autorizou tudo aquilo que se segue; como ato fundador, ela estabeleceu a confiança mínima necessária para a ulterior troca mercantil” (GODBOUT, 1999: p. 176).

Nos domínios do individualismo é quase impossível aos átomos isolados estabelecerem aliança, uma vez que esta requer confiança uns nos outros, como bem o ilustra o dilema do prisioneiro. O dom exige confiança. Ao existe meio termo: ou se confia ou se desconfia totalmente do outro. É o que CAILLÉ denomina endividamento mútuo positivo²⁰, isto é, quando há razão para confiar no outro. Quando a aliança se estabelece, a impressão que causa nos parceiros é a de receber mais do que dá; no entanto, ambos saem ganhando. Uma aposta na aliança, onde os rivais se aliam, potenciais inimigos se unem na confiança.

²⁰ Cf. CAILLÉ, A., 2002: p. 80. Alain CAILLÉ desenvolve o endividamento, mostrando que “cada cônjuge, nos casais que dão certo, se sente mais endividado que o outro” (CAILLÉ, 2002: p. 80).

1.4. O Dom a serviço do vínculo Social

Por que motivos fazemos dádivas, se não há a certeza da retribuição? O que é o vínculo social? Para que serve o dom? Qual é a sua utilidade? É porque através do estabelecimento do vínculo social emerge uma norma de reciprocidade. O vínculo social se estrutura quando a relação alcança uma identidade em relação a outrem. Portanto, é na busca da identidade que as pessoas se relacionam. Para que haja o vínculo, é preciso uma relação de troca simbólica que permita a troca-para-o-vínculo (HAESLER, 2002: p.145). A criação do vínculo pelo dom estabelece relação com o outro de forma única, enquanto no mercado e no Estado o outro permanece um desconhecido. Para CAILLÉ o paradigma do dom é o paradigma do simbolismo e do político (CAILLÉ, 2002: p. 147), por excelência, uma vez que visa criar laços, criar a sociedade. Ou seja, o que é visado pela ação da dádiva não é a coisa dada, a finalidade é outra coisa que é, precisamente, o estabelecimento, a manutenção, de um laço, de um vínculo ou de uma síntese social (HAESLER, 2002: p.145). Aqui os bens os bens circulam a serviço dos vínculos. O mais importante em dar um presente é o vínculo que se cria a partir dele. A dádiva é uma operação a serviço do vínculo. O “valor de vínculo” pode ser um objeto, um serviço, um gesto qualquer, que serve para o fortalecimento dos vínculos. Para GODBOUT, o valor de vínculo tem mais importância que o “valor de uso” e o “valor de troca”, não sendo explicável a partir do cálculo. Os presentes que damos e recebemos estão a serviço dos vínculos sociais. Aceitar os presentes significa reconhecer o que esses presentes querem nos dizer e o que está implícito. Na verdade, o dom situa-se no campo do simbólico. Em decorrência disso, pode-se afirmar que o dom (dádiva) é um símbolo. Aceitar o dom, o presente é aceitar a relação, o vínculo que ele traz às pessoas; e relacionar-se com o outro mostra que o dom ultrapassa as fronteiras do economicismo e do individualismo. É aceitar o dom como um símbolo que gera relações entre as pessoas, que cria vínculos afetivos de solidariedade (GODBOUT, 1999: p. 199-200).

Pessoas que mantêm relações formam redes sociais²¹, que geram cadeias de relações de fidelidade e confiança, o que é indissociável ao dom. Estar no jogo do dom,

²¹ Não abordamos neste trabalho a problemática da estruturação das redes sociais tema de grande importância para as ciências sociais contemporânea, em particular, para a nova sociologia econômica. Pelo menos em três temas o conceito de redes sociais tem uma grande importância, a saber, na criação e manutenção de capital social, na estruturação de territórios e, finalmente, no enraizamento do econômico

nos presentes dados e recebidos significa comprometer-se. O sistema da dádiva estabelece uma forte ligação entre o doador e o donatário. “O donatário torna-se dependente do doador. A dádiva, a coisa dada, cria um vínculo bilateral e irrevogável, sobretudo quando é uma dádiva de alimento” (MAUSS, 1974: p. 164; 2003: p. 295).

Ao realizarmos uma doação o objetivo primário não é o de esperarmos retribuição. O outro é livre para retribuir quando e se quiser. Trata-se de uma aposta. Nesse proceder, “*os homens dão testemunho uns aos outros de que eles não são coisas*” (LEFORT, 1990: p. 34; HAESLER, 2002: p. 153). A dádiva é uma ação, uma troca mútua que visa, “*não só o estabelecimento, mas a manutenção da relação social*” (HAESLER, 2002: p. 155). Pois, se damos e se retribuimos, o outro será um amigo e não um estranho. É somente através do espírito da dádiva que se gera, se edifica uma sociedade solidária (GODBOUT, 1999: p. 20). É através dela que se estabelece uma rede de relações interpessoais, fundamentadas no auxílio mútuo e cimentadas pela dádiva.

GODBOUT afirma que a dádiva é um paradigma à parte tanto do holismo quanto do individualismo. Pois a dádiva não se satisfaz nem com o postulado do interesse nem com o da interiorização das normas, que são principais características destes paradigmas. O individualismo parte da idéia de que as relações sociais podem e devem ser compreendidas como resultante de entrecruzamento dos cálculos efetuados pelos indivíduos. E no holismo há na totalidade algo mais do que nas partes ou em sua soma, nele a totalidade é considerada historicamente mais importante. Enquanto o holismo reifica a totalidade, o individualismo faz o mesmo com o indivíduo. Contudo, estes paradigmas são extremistas e particulares; assim, dão margem para a construção de um terceiro paradigma que é o da dádiva. Ela se opõe a todo e qualquer reducionismo e teorização unilaterais (GODBOUT, 1998: p. 44-45).

O paradigma da dádiva nos leva a pensar em três termos: a dádiva, o símbolo e o político, que se distinguem da esfera da atividade social regidas pelas contingências utilitárias e funcionais. Afinal, como nos diz CAILLÉ, para MAUSS, símbolos e dádivas são idênticos ou pelo menos coextensivos, assim, não há dádiva a não ser

no social, aspecto essencial para o desenvolvimento da economia solidária. Evidentemente, os três aspectos estão intimamente relacionados. Sem ser exaustivo, ver a respeito, PORTUGAL (2007), MARTINS (2004), FONTES (2004) e GODBOUT (2004).

daquilo que excede, por sua dimensão simbólica, a dimensão utilitária e funcional dos bens e serviços (CAILLÉ, 2000: p. 37).

O terceiro setor, ao mesmo tempo, faz contraponto às ações do governo, do mercado e projeta uma visão integradora da vida pública, enfatizando a complementaridade que existe entre as ações públicas e privadas. O Estado é muito importante para o terceiro setor, pois o bom funcionamento daquele é de grande interesse para este.

Do termo terceiro setor²², pressupõe-se a existência de mais dois setores: o primeiro setor, que é o âmbito Estado, onde seus agentes executam ações de caráter público; o segundo setor é o regido pelo mercado, onde agentes privados agem visando fins particulares, ou de uma maneira mais geral, o lucro, e o terceiro setor, campo onde se desenvolvem as atividades não governamentais e não lucrativas.

Atualmente, é considerado dádiva, tudo o que circula na sociedade que não está ligado nem ao Estado, nem ao mercado, ou seja, o que circula em prol do laço social. Esse tipo de circulação ocorre tanto entre amigo, vizinhos e parentes, quanto entre desconhecidos como na doação de sangue e de órgãos. A dádiva está assentada na dívida e na sua permanente renovação, na qual cada parte envolvida na relação guarda o sentimento de que sempre recebe mais do que retribui.

O que faz a lógica da dádiva ser diferente da que rege o mercado e o Estado é a relação com a regra, o paradoxo da obrigação de ser livre e da obrigação de ser espontâneo. Ela concretiza a tensão entre indivíduo e sociedade, entre obrigação e liberdade. Apesar da grande importância do Estado e do mercado, eles não alimentam os laços sociais. Em termos de sua posição em relação a estes paradigmas, a economia solidária pode ser pensada sob o paradigma da dádiva, pois este é baseado na gratuidade, na incondicionalidade, diferente dos outros dois paradigmas que regulam o primeiro e o segundo setores. Como estes setores são pensados sob lógica de seus paradigmas, a economia solidária, que tem fins distintos do mercado e do Estado, não pode ser regida por nenhum desses dois paradigmas.

Assim, pode-se dizer que a economia solidária não deixa de ser uma forma de dádiva, pois ambas são livres, não precisam de uma decisão no sentido das teorias da

²² A expressão terceiro setor não tem a conotação de setor filantrópico ou de benevolato como nas ciências sociais de extração anglo-saxônica. Ver a respeito, FRANÇA Filho (FRANÇA FILHO, 2001: p. 51-59).

escolha racional ou da coerção social como o quer o holismo. A Economia solidária em sua estruturação permite constantemente o estabelecimento de vínculos sociais primários. Dessa forma, dar, receber e retribuir tem um mesmo sentido, pois, ao dar também se retribui e se recebe. Na dádiva, o membro que recebeu, está retribuindo e dando sua ajuda a outro membro, em um movimento contínuo de prestações e contraprestações.

1.5. A Dádiva e a Economia Solidária

A idéia de dádiva repousa na compreensão de que a sociedade não se reduz à pura lógica do mercado. O tecido social se expressa, também, por valores não materiais como: bondade, doação, confiança, solidariedade. Valores esses só compreendidos a partir de uma ótica do “paradigma do dom”. O “paradigma da dádiva” repousa na idéia de qualquer prestação de bens ou serviços efetuada sem garantia de retorno, tendo em vista a criação, manutenção ou regeneração do vínculo social.

Depreende-se da idéia de dádiva um componente de solidariedade. Solidariedade que, no seu sentido moderno, está associado a um sistema público de distribuição, através de um conjunto de dádivas mecânicas e impessoais, identificadas como dádivas secundárias.

A dádiva também possui um caráter político na medida em que é capaz de instituir a fronteira entre amigos e inimigos, interior e exterior. O paradigma político da dádiva é, portanto capaz de estabelecer um pacto associativo, via criação de um vínculo social. Assim sendo, a dádiva constitui-se em um requisito essencial da democracia. A dádiva enquanto propulsora da formação de organizações adquire um caráter essencialmente democrático.

Mesmo admitindo uma renovação do conceito a partir de uma perspectiva que o afasta de uma ação meramente caritativa podemos dizer que a solidariedade sempre esteve presente, desde os tempos mais remotos, em toda formação social. O mesmo pode-se dizer da dádiva cuja natureza é essencialmente solidária.

A idéia-chave do tema que liga a economia solidária e a dádiva repousa na noção de reciprocidade. Esta é entendida como uma troca indissociável das relações humanas e fonte de sociabilidade que se traduz no sentimento não apenas de pertencimento à

humanidade, mas de dívida em relação às sociedades passadas e compromisso em relação às gerações futuras. Assim, a idéia de legado para as gerações futuras está tão presente tanto no tema sustentabilidade como no de solidariedade.

Os autores que promulgam uma nova ética social a partir das discussões em torno da economia solidária ou do terceiro setor têm como pressuposto a ampliação do espaço democrático, através de políticas mais inclusivas e da participação mais ativa do cidadão nos destinos da coletividade. Seria, como admitir, a possibilidade de subordinação das questões econômicas às questões políticas. A ênfase num conteúdo ético, na restauração dos laços sociais, na ampliação da democracia e na “humanização” do capitalismo parece se constituir como o elo convergente entre os autores.

A “economia social”, ou economia solidária, ou “setor independente” ou ainda “terceiro setor”, está associada a práticas que estão fora tanto da esfera do governo guiado por normas impessoais, como do mercado guiado pela procura desenfreada do lucro²³. Emergindo como uma terceira força, pautada na participação e democracia dos seus membros capaz, portanto, de contrabalançar as forças do mercado e do Estado. Qualquer que seja o termo, todos se referem às entidades de natureza não-governamentais e não-lucrativas voltadas para o atendimento de seus membros ou daqueles que a própria dinâmica capitalista excluiu do mercado.

De modo geral, o termo economia solidária é habitualmente usado para caracterizar aquelas cooperativas mais engajadas com a idéia de desenvolvimento econômico comunitário e desenvolvimento local, como as chamadas cooperativas de “terceira onda”, as cooperativas de trabalho e cooperativas habitacionais, cooperativas essas caracterizadas por seu porte mais reduzido (se comparado às cooperativas tradicionais) e por expressarem novos compromissos sociais. O campo da economia solidária envolve o novo, o que não existia antes ou que possuía existência inexpressiva e, principalmente, o que precisa ser construído. Não se trata de uma estratégia defensiva nem reformista e sim, prepositiva de novos modelos de atividade econômica e de trabalho e, através deles, de criação de uma nova sociedade. Não se trata, igualmente, de algo transitório, simples estágio prévio à entrada na economia “normal”. Uma alternativa que possui múltiplas designações: socioeconomia solidária e economia do trabalho, novo cooperativismo, empreendimentos econômicos solidários e, ainda,

²³ Sobre essas noções, consultar, FRANÇA Filho (FRANÇA Filho, 2001: p. 51-59).

empreendimentos autogestionários que, por sua vez, remetem para um conjunto de conceitos estranhos à economia convencional (cooperação, dádiva, moeda social, redes solidárias, trabalho emancipado e outros).

Ao falarmos especificamente da economia solidárias estamos nos referindo para a emergência, em diferentes contextos, de novas formas de solidariedade contrapostas a diversas práticas de solidariedade de caráter mais abstrato, caritativo ou beneficente²⁴ e, por isso mesmo, em grande parte unilateral ou redistributivo, por um lado, e por outro, a formas de solidariedade mais estritamente comunitárias, para englobar experiências associativas e cooperativas assentadas em uma dinâmica comunitária em sua lógica interna de funcionamento, mas ao mesmo tempo abertas à esfera pública, ou seja, voltadas para a resolução de problemáticas públicas locais.

A economia solidária adquiriu importância e projeção nacional, principalmente a partir das duas últimas décadas do século passado. No Brasil, entre as formas mais conhecidas, destacam-se as experiências num campo que tem sido denominado de cooperativismo popular. Este inclui múltiplas iniciativas, apresentando variações tanto em relação a sua área de atuação quanto ao seu grau de instrumentação e se expressando na forma de cooperativas de crédito, bancos populares, cooperativas de produção e de prestação de serviços, empreendimentos autogestionários, associações de produtores, clubes de trocas, além de casos variados de associações que desenvolvem múltiplas atividades sócio-produtivas com forte vínculo na perspectiva do desenvolvimento social e político da comunidade local.

Os dois *Atlas da Economia Solidária no Brasil*²⁵ apontam para a existência de milhares de empreendimentos envolvendo a geração de trabalho e renda para milhões de pessoas no país. Sua importância não é apenas quantitativa, mas também, qualitativa na medida em que a população concernida é, de modo geral, aquela mais vulnerável aos processos predatórias da economia dominante: desempregados, pobres do campo e da cidade, excluídos de várias origens, marginalizados sem acesso aos mecanismos convencionais de sobrevivência na economia capitalista. Ou seja, a economia solidária tem impacto direto sobre a redução das desigualdades.

Uma característica central que se destaca na compreensão desse fenômeno diz respeito ao peso do registro da solidariedade, que constitui a base fundamental sob a

²⁴ Em português as palavras dádiva e dom, infelizmente, por nossa tradição católica, têm essa conotação.

²⁵ Atlas da Economia Solidária disponível em <http://www.mte.gov.br>

qual se elaboram as atividades econômicas. Estas acabam sendo praticadas no cotidiano mesmo da vida no interior dos grupos primários. A economia solidária encontra, portanto, no tecido social local ou comunitário, nas práticas de reciprocidade, os meios necessários para a criação e desenvolvimento de suas atividades.

CAPÍTULO II

A ECONOMIA SOLIDÁRIA

O atual modelo de organização do trabalho²⁶ tem se caracterizado pelo fim da segurança no trabalho, pela substituição do trabalho integral por trabalho contingencial e outras formas precarizadas de relações de trabalho, tendo como conseqüências o crescimento das ocupações por conta própria, o aumento dos trabalhadores sem carteira assinada e enfraquecimento da solidariedade entre os trabalhadores assalariados. Esse fenômeno é uma conseqüência desestruturante da globalização sobre o mercado de trabalho, obstruindo sua capacidade de atuar como mecanismo de alocação da mão-de-obra.

As unidades produtivas se tornam mais flexíveis exigindo uma força de trabalho mais polivalente, mas ao mesmo tempo gera precarização para parcela expressiva do mundo do trabalho, sob a forma de terceirização, trabalho em tempo parcial e destruição de postos de trabalho em decorrência do acirramento da concorrência intercapitalista. O resultado é o crescimento da pobreza e da exclusão social, mesmo porque há fortes indícios de que a elasticidade emprego do investimento tem se reduzido substancialmente, de acordo com trabalho recente da *Organização Internacional do Trabalho* (OIT).

Essas mudanças foram ocasionadas por um conjunto de fatores independentes em suas origens, mas interligados no que se refere a crescente geração do desemprego, que por sua persistência ao longo do tempo, ganha conformação de caráter estrutural: a intensa inovação tecnológica e gerencial, de um lado, e políticas recessivas voltadas à estabilização e ao ajuste macroeconômico, de outro. A primeira, por colocar as inovações tecnológicas como elemento central do acicate da concorrência, que produz uma intensa reestruturação na produção de bens e serviços, bem como nas formas de organização e gestão da produção. A segunda, por subordinar a política econômica para a valorização do capital, em especial, do financeiro que, por sua própria natureza é de

²⁶ OFFE (1989) apresenta uma análise instigante mostrando a impossibilidade de um ajuste entre a oferta e a demanda no mercado de trabalho, pelo caráter “fictício” da mercadoria força de trabalho. Diante disso apresenta outras formas organizacionais alternativas para a força de trabalho, algumas das quais muito úteis para se compreender a importância da economia solidária como alternativa à relação de assalariamento.

curto prazo, engendrando políticas de controle estrito da taxa de inflação e elevadas taxas de juros, deletérias ao crescimento econômico e, portanto, à geração de empregos.

Dessa forma,

“o contexto sócio-econômico e político atual é marcado por fortes tensões decorrentes da destruição dos tecidos produtivo e social, e do acelerado processo de desindustrialização, de desemprego e de estagnação econômica. A falta de perspectivas, a insegurança e o sofrimento fazem com que os trabalhadores (re)criem formas de defesa que lhes possibilitem recuperar o emprego, o salário, a dignidade” (Galvão:1999).

2.1. A Emergência do Campo da Economia Solidária no Brasil

Foi nesse contexto que se deu o aparecimento de um conjunto de experiências, a partir dos meados dos anos 80, no Brasil, tendo em comum o fato de estarem assentadas em traços constitutivos de solidariedade, cooperativismo, mutualismo e autogestão comunitária, conformando uma racionalidade específica, distinta da baseada apenas na lógica do mercado e do lucro.

Esse conjunto de experiências é o que denominamos de Economia Solidária para distingui-la de outras formas tradicionais de cooperativismo²⁷. O reconhecimento desse fenômeno por parte do movimento sindical materializou-se com a constituição da *Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária* (ANTEAG) no início dos anos 90 e, depois, com a constituição da *Agência de Desenvolvimento Solidário* (ADS), no âmbito da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em parceria com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) e com a Rede Unitrabalho, em 1999.

Passo recente mais decisivo foi dado pelo governo federal com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Snaes), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, visando apoiar e auxiliar o fortalecimento das iniciativas de

²⁷ Um excelente trabalho mostrando a relação e, ao mesmo tempo, a especificidade da economia solidária com o cooperativismo tradicional foi desenvolvido por CRUZ (2006) como tese de doutoramento. O autor faz um excelente apanhado sobre o cooperativo na literatura econômica ortodoxa e marxista. Como contribuição própria, esboça os fundamentos econômicos da economia solidária.

economia solidária que vêm sendo desenvolvidas por entidades, instituições e empreendimentos de autogestão²⁸.

É nesse cenário que se coloca no centro do debate os fundamentos e o alcance das propostas de Economia Solidária, já que este enfoque dá ênfase à inserção produtiva de setores marginalizados economicamente do sistema formal de trabalho, possibilitando dar vazão a formas de gestão autônomas e voltadas para a consolidação da consciência da importância das formas coletivas de propriedade e dos laços de solidariedade entre os trabalhadores das periferias das grandes e médias cidades brasileiras e desses grandes contingentes de pessoas que vivem nos municípios rurais do país.

Em trabalho seminal recente DAGNINO aponta como a Economia Solidária pode se constituir numa nova estratégia para a redução da pobreza e da exclusão social. Depois de apontar as insuficiências da abordagem progressista assentada no *Welfare State Keynesiano* do pós-guerra, em função do novo paradigma técnico-científico e das políticas de ajustamento estrutural decorrentes do chamado *Consenso de Washington*, o autor aponta que a Economia Solidária pode se constituir na pedra que faltava no quebra-cabeça que a esquerda vem montando como projeto alternativo ao neoliberalismo no que respeita à forma de organização do trabalho e de gestão da produção. Para tanto, a Economia Solidária tem que superar algumas barreiras postas pelos requerimentos tecnológicos e pelas dificuldades da mobilização dos recursos cognitivos necessários e compatíveis para a execução da Estratégia (DAGNINO: 2000).

A Estratégia, denominação sob qual o autor condensa elaboração um conjunto de políticas públicas de cunho inovador capazes de conformar um ciclo iterativo e

²⁸ A Snaes considera como empreendimento de economia solidária a organização que possua as seguintes características: a) são organizações coletivas (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, etc.), suprafamiliares, cujos sócios são trabalhadores urbanos e rurais. Os que trabalham no empreendimento são, na sua quase totalidade, proprietários ou coproprietários, exercendo a gestão coletiva das atividades e da alocação de seus resultados; b) são organizações permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, deve-se incluir empreendimentos em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído e definido sua atividade econômica; c) são organizações que podem dispor ou não do registro legal, prevalecendo à existência real ou a vida regular da organização; d) são organizações que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundo de crédito (incluindo as cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares administrados pelos próprios sócios trabalhadores), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a 'razão de ser' da organização; e) são organizações singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associações ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares (Snaes/MTE, 2004).

realimentado que combine as dimensões redistributivas e emancipatórias com os ideais de justiça social e desenvolvimento econômico, engloba três momentos, o distributivo, o formativo e o empreendedor, necessários para a implementação dessas políticas públicas inovadoras visando à redução da pobreza e promovendo um amplo processo de inclusão social. Cada um desses momentos subsume num patamar superior o anterior, visando dar consistência à própria implementação da Estratégia.

O momento distributivo é o primeiro elo da cadeia por consistir num choque de imediato para romper com o círculo vicioso da pobreza extrema. Um exemplo de ação dessa natureza é o programa *Fome Zero*²⁹. Para não se tornar meramente paliativo, o programa poderia se articular como uma estratégia de construção social do mercado para a agricultura familiar, ou, ainda, articulando-se com redes de empreendimentos solidários no entorno do programa (periferias de centros urbanos, por exemplo).

O momento formativo é essencial por envolver não apenas a especificidades dos grupos escolhidos no âmbito do momento distributivo, supõe a disponibilidade da assistência técnica e de acesso ao crédito, mas fundamentalmente, à mobilização dos recursos cognitivos necessários para a promoção da Adequação Sócio-Técnica³⁰ capaz de dar sustentabilidade, em suas várias dimensões, à implementação da Estratégia.

Nesse segundo momento, pensamos, como DAGNINO, que o problema não está na escassa qualificação ou pouca experiência do pessoal envolvido, nem tampouco a um baixo compromisso com o serviço público, mas de que,

“essa insuficiência está relacionada ao fato de que esses dois atributos e, em geral, o conhecimento, embora presente, por ser funcional em termos de forma e conteúdo à prática convencional de governo, não é garantia (no plano cognitivo) de sucesso estratégias como a que se está analisando. E, no limite, caso esse conhecimento não seja revisado e siga sendo aplicado poderá terminar por inviabilizar Estratégias como a que se necessita. Tratar-se-á, portanto de enfrentar uma inadequação cognitiva: um obstáculo relacionado, não à carência de recursos humanos, financeiros ou de apoio político, freqüentemente responsável pelo insucesso das políticas públicas, mas à inexistência de um conhecimento previamente acumulado capaz de orientar as ações desenvolvidas num sentido transformador. Essa inadequação tende a se manifestar de uma forma geral sempre que o objetivo seja alterar substancialmente a forma de governar e conformar um novo tipo de relações sociais” (DAGNINO, 2000).

²⁹ Uma excelente análise de como o Fome Zero pode em ação emergencial e estrutural da promoção da segurança alimentar e do desenvolvimento territorial tendo como vetor a Economia Solidária, pode ser encontrada em MANCE (2004).

³⁰ O problema da construção de uma base técnica para a economia solidária é uma questão em aberto, mas fundamental para o seu sucesso.

Além do desafio da inadequação na base cognitiva³¹, temos não menos importante o problema da insuficiência da base técnica. Aqui o ponto é crucial. Como tornar os empreendimentos solidários competitivos em relação aos setores tradicionais, diante dos novos rumos do desenvolvimento científico e tecnológico. Essa definição é de suma importância no momento formativo, porque é a partir daí que se delineiam as situações concretas a serem enfrentadas por esses empreendimentos. A crítica teórica e prática a concepção de que a base técnica é neutra e pode ser sem maiores problemas utilizadas pelo campo da economia solidária.

Estudos sobre empresas em processo falimentar e que foram auto geridas pelos seus trabalhadores, não encontraram, em princípio mudanças significativas na base técnica, havendo apenas mudança em sua forma de gestão. A base técnica herdada assenta-se em maquinaria obsoleta, num quadro de acirramento da concorrência. Ademais, a passagem da gestão para o controle dos trabalhadores, não conseguiu superar a separação entre o trabalho manual e o intelectual, um pré-requisito do cooperativismo, permanecendo a mesma estruturação de quando a empresa era regida pela lógica do capital. Neste ponto, felizmente, tem se desenvolvido uma rede de construção social da tecnologia³² que pode oferecer potencialmente um amplo suporte aos empreendimentos solidários.

2.2. Sobre o Conceito de Economia Solidária

A economia solidária enquanto campo de estudos emergentes é ainda marcado por controvérsias dado que ainda não atingiu o estágio de “*normalidade khuniana*”³³, havendo grande indefinição de seu conceito central, como se verá mais adiante. Assim, termos utilizados por diferentes autores para se referirem a um mesmo objeto, em

³¹ Vou mais além de DAGNINO: a insuficiência da base cognitiva não está apenas nos gestores das políticas públicas. Penso que é fundamental o desenvolvimento de instrumentos cognitivos e de estratégias de mediação que capacitem os agentes da economia solidária a engendramos relações sociais de produção solidárias.

³² Sobre o conceito de Tecnologia Social e sobre a construção social da tecnologia, ver Fundação Banco do Brasil: Tecnologia Social: Uma Estratégia para o desenvolvimento. Fundação Banco do Brasil, Rio de Janeiro, 2004. Texto disponível em www.uel.br/proppg/pesquisa/documentos_ct/Livro%20Tecnologias%20Sociais.pdf

³³ Refere-se a Thomas KUHN que em seu livro “*Estrutura das Revoluções Científicas*” cunhou as expressões “Ciência Normal” e “Paradigma Científico” no âmbito da filosofia da ciência.

função de diversas críticas recebidas, originaram uma espécie de seqüência, não necessariamente exaustiva: Economia Informal, Economia Popular, Economia Social e Economia Solidária³⁴.

A Economia Solidária é um campo de estudo controverso (LIMA, 2003). Outros a têm como uma ressurreição de práticas cooperativistas que se constituíram em oposição ao capitalismo nascente³⁵. Por isso, ainda não existe uma uniformidade conceitual entre seus principais teóricos. Sem pretender ser exaustivo e sem fugir do escopo deste trabalho, apresentaremos a seguir uma tentativa de se delimitar minimamente o que se entende por Economia Solidária.

Respondendo às críticas dirigidas aos intelectuais e militantes do movimento da Economia Solidária, por inexistir um conceito “preciso de Economia Solidária”, Lia Tiriba, dedica-se em alguns de seus trabalhos a discutir seus pressupostos e avançar na sua conceituação. Na introdução de seu trabalho, ela atribui as nuances de significado conceitual aos diferentes interesses políticos dos movimentos sociais envolvidos com o campo. E justifica dizendo: “*assim como construímos a realidade, construímos os conceitos*” (TIRIBA, 2001).

Da seqüência acima enumerada, o conceito de Economia Informal, hoje é consensualmente considerado como inadequado para designar o objeto de que se está tratando.

O termo Economia Popular também apresenta limitações para designar o fenômeno da Economia Solidária. Em comum os dois termos pressupõem a negação da relação empregado-empregador. A Economia Popular é intersticial ao sistema capitalista, embora, em alguns contextos possa ter uma dimensão considerável. A Economia Popular pode ser vista como composta por, pelo menos, cinco tipos de atividades e empreendimentos, a saber, soluções assistenciais e filantrópicas (mendicância, Programas Oficiais de assistência, etc.); atividades ilegais e pequenos delitos (venda de drogas, prostituição, pequenos furtos, etc.); iniciativas individuais não estabelecidas e informais (vendedores em geral, camelôs, etc.); microempresas e pequenas oficinas e negócios de caráter familiar, individual ou de dois ou três sócios (as

³⁴ Sobre esse ponto ver, FRANÇA Filho, Genauto (2001).

³⁵ SINGER, Paul: “A Recente ressurreição da economia solidária no Brasil”, disponível em: <http://www.ces.fe.uc.pt/emancipa/research/pt/ft/difusao.html>

mais diversas formas de associativismo); organizações econômicas coletivas, populares e solidárias, como as Cooperativas. (TIRIBA, 1998).

Diante desta perspectiva, podemos perceber que nem todas as atividades desenvolvidas na economia popular têm o caráter solidário. Seu principal objetivo é o de possibilitar a subsistência dos que a praticam e dos seus familiares e pessoas próximas. Uma parcela da Economia Popular se encaixa na definição de Economia Solidária, como veremos oportunamente.

Numa tentativa de rastrear a genealogia do conceito de Economia Solidária no Brasil, LECHAT (2002), vai encontrar uma primeira referência ao termo no livro *Educação comunitária e Economia Popular*, organizado por GADOTTI e GUTIERREZ (1993), onde o autor chileno Luis RAZETO define o conceito de economia de solidariedade como:

“...uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas -...-, que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas.” (RAZETO, 1993: p. 40).

Na visão de RAZETO a Economia Solidária, ao invés da utilização do capital, vale-se do chamado fator “C”, que diz respeito a cooperação, a comunidade, a colaboração, a coordenação, a coletividade. Assim, enquanto na economia capitalista dominante as distribuições dos recursos, dos bens e dos serviços são realizadas através dos mecanismos de compra e venda, da tributação e da dotação orçamentária (subsídios, etc.), na economia solidária, além desses, estabelecem-se outros tipos de fluxos e relações econômicas assentados em doações, reciprocidade, comensalidade e cooperação.

Outro autor importante José CORRAGIO para quem a complexidade do atual tecido da economia torna imprescindível a redefinição dos setores formal e informal da economia em três subsistemas: 3 subsistemas: a economia empresarial capitalista, a economia estatal e a economia popular solidária. A economia popular e solidária pode ser caracterizada pela sua atomização, pouca organicidade e, em decorrência, frágil manifestação autônoma de auto-regulação. O salto de qualidade para a auto-regulação

depende dos setores que compõem as bases populares, virem a assumir um projeto político-econômico comum definido-se como sujeitos de um novo projeto político nacional.

Nesse caso a Economia Popular pode ser concebida como um sistema de potencialização das unidades domésticas populares. A Economia Popular é definida como um subsistema que vincula e potencializa, através de realizações políticas e econômicas desenvolvidas sobre um substrato de relações de parentesco, vizinhança, etnia e outras relações de afinidade, as unidades domésticas populares, concebidas como células da economia popular, basicamente familiar, comunitária, unipessoal e cooperativa, com suas organizações particulares e relativamente autônomas. O sentido das unidades domésticas populares é a reprodução ampliada da vida.

Em sua concepção a economia está dividida em três setores:

1. O subsistema capitalista, caracterizado pela existência de grandes empresas e sua dinâmica de funcionamento, com seu modelo de gestão burocrática e gerência “científica” do trabalho que se apropria do excedente de produção para acumular capital;

2. O setor estatal, caracterizado pelo modelo de gestão burocrático-estatal, onde as relações entre seus integrantes obedecem principalmente a critérios políticos como o nível do cargo ocupado ou a troca de interesses;

3. O setor economia popular;

Para ele:

“A economia popular emerge das rupturas contínuas impostas repetidamente ao cotidiano popular pela reconstrução global do capital, e dos comportamentos reativos da população trabalhadora em luta por reproduzir a vida.” (CORAGGIO).

Em seu entender existem quatro linhas de pensamento da economia informal:

1. A corrente “neoliberal” – propõe acabar com as regulações que afogam a iniciativa destes agentes econômicos. O desmantelamento do sistema legal que pretendeu controlar a livre iniciativa privada faria com que estes agentes saíssem da informalidade, que para essa corrente é identificada como “ilegal”.

2. A corrente “empresarial-modernizante” - assumida de uma concepção evolucionista da empresa (a partir de milhares de empreendimentos individuais ou

familiares) presente em diversos programas de governo, Organizações Internacionais (OI) e ONGs dedicadas a este setor.

3. A corrente “solidarista” - esta corrente propõe anular os efeitos negativos do mercado, do Estado e do poder político. Formada principalmente por grupos religiosos; que vê as estratégias familiares e comunitárias de sobrevivência dos pobres, como solo social e cultural para estender horizontalmente – valores de reciprocidade e solidariedade, encarnados em instituições de ajuda mútua, o mutirão...

4. A construção de uma economia popular – esta proposta não idealiza os valores nem as práticas populares atuais, tampouco propõe superá-las tendo como meta alcançar a modernidade capitalista. Não supõe a desconexão do mercado capitalista nem propõe seu projeto como fase para integrar-se a ele em plenitude. É uma proposta aberta, enquanto não se estabelece de maneira definitiva que atividades relações, e valores constituirão essa economia popular, *podendo gerar novas formas de produção*.

A Unidade Produtiva Doméstica, enquanto micro-unidade de organização de reprodução do subsistema da Economia Popular, é a sua célula, da mesma maneira que as empresas como menor componente da reprodução do capital, são as células da economia capitalista. No setor da Economia Popular o trabalho é utilizado para viabilizar a reprodução ampliada da vida em suas múltiplas dimensões.

As Unidades Domésticas podem ser classificadas da seguinte maneira:

1. Aquelas no qual o trabalho doméstico é voltado para o consumo, onde a produção (transformação de bens e serviços) é destinada à UD e a excedente para a troca;

2. Aquelas na qual o trabalho é destinado para o consumo solidário, recíproco, voltado para a reprodução de trabalho intergerações, caracterizada pelo ensino, informação e capacitação.

Ou seja,

“As Unidades Domésticas e a empresa capitalista são diferenciadas pela impossibilidade de separar a Unidade Doméstica da própria Unidade Familiar, o que garante a unidade entre a produção e reprodução, principalmente das mulheres que têm expandido seu trabalho nas Uds e representam uma alternativa à exclusão da força de trabalho do mercado.” (COSTA, 2001: p. 18).

Um dos principais dos motivos pelos quais as economias dos setores populares não estarem conseguindo obter um êxito maior reside no fato do não reconhecimento de que consistem em um modo de reprodução ampliada da vida e não meramente empresas subdesenvolvidas, cujo objetivo seria transformá-las em empresas capitalistas (CORAGGIO, 2000).

Daí que a fraqueza do setor da economia popular em relação às forças de mercado esteja associado a sua falta de organicidade interna, em função da baixa geração de excedente, alta competitividade externa, baixas barreiras à entrada e falta de organização das unidades domésticas. Para isso é necessário facilidades para obtenção de crédito para introdução de novas tecnologias, o que vem colocar as UD's na luta pela busca de investimentos das instituições públicas, ou seja, maior acesso ao mercado de crédito. (COSTA: 2001).

Outro autor importante para os propósitos deste trabalho é Milton SANTOS, pela sua análise dos circuitos da economia urbana e sua interação com a economia popular.

Em seu livro *A Pobreza Urbana* (1978) e no seminal, o *Espaço Dividido*, Santos afirma que o progresso técnico é um modificador da composição técnica do capital, reduzindo drasticamente a contratação de mão-de-obra, e por essa via, de empregos, nos pontos onde a modernização ocorre. Mas de acordo com sua abordagem teórica, quem não tem um emprego formal permanente não se encontra à deriva na economia, pois existe outro circuito da economia que engloba grande quantidade de mão-de-obra. Por isso não se deve estudar a economia apenas como um sistema único, mas composto por dois subsistemas, denominados pelo autor de circuito superior e circuito inferior (SANTOS, 1978: p. 34 e SANTOS, 1979: p. 33-34).

A diferença fundamental entre as atividades dos circuitos superior e inferior estão nas diferenças de capital, tecnologia e organização, dentre outras, conforme destacado no Quadro I, abaixo:

Quadro 1 – Caracterização dos Circuitos da Economia

Características	Circuito Superior	Circuito Inferior
Tecnologia	Capital-intensivo	Trabalho-intensivo
Organização	Burocrática	Primitiva
Capitais	Importantes	Reduzidos
Emprego	Reduzido	Volumoso
Assalariado	Dominante	Não-obrigatório
Estoques	Grande quantidade e/ou alta qualidade	Pequena quantidade, qualidade inferior
Preços	Fixos (em geral)	Submetidos à discussão entre comprador e vendedor
Crédito	Bancário institucional	Pessoal não institucional
Margem de lucro	Reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios, com exceção dos produtos de luxo	Elevada por unidade, mas pequena por em relação ao volume de negócios
Relações com a clientela	Impessoais e/ou com papéis	Diretas, personalizadas
Custos fixos	Importantes	Desprezíveis
Publicidade	Necessária	Nula
Reutilização de bens	Nula	Nula
Ajuda governamental	Importante	Nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	Grande atividade voltada para o exterior	Reduzida ou nula

Fonte: SANTOS, M. Pobreza Urbana. 1978, p.50

Segundo SANTOS,

“O Circuito superior emana diretamente da modernização tecnológica, mais bem representada atualmente pelos monopólios. O essencial das relações do circuito superior não é controlado dentro da cidade ou de sua região de influência e sim dentro da estrutura do país ou de países estrangeiros. O circuito inferior é formado de atividade de pequena escala, servindo, principalmente, à população pobre; ao contrário do que ocorre no circuito superior, essas atividades estão profundamente implantadas dentro da cidade, usufruindo de um relacionamento privilegiado com a sua região. O circuito superior inclui bancos, comércios de exportação e importação, indústria urbana moderna, comércio e serviços modernos, bem como comércio atacadista e transportes. Esses dois últimos elementos formam os elos que existem que ligam os dois circuitos, o atacadista operando também no topo do circuito inferior. O circuito inferior é formado essencialmente de deferentes tipos de pequeno comércio, e da produção de bens manufaturados de capital não intensivo, constituída em grande parte de artesanato e também de toda uma gama de serviços não modernos.” (SANTOS, 1978: p. 39).

Cada um desses circuitos representa um subsistema urbano. Há entre eles uma ampla interação, uma vez que o circuito inferior é dependente do superior,

representando uma extensão local e/ou regional deste. Por seu lado, o circuito superior consiste numa estrutura integrada nacional ou internacionalmente.

O setor atacadista e o transportador são os elos de ligação entre ambos os circuitos da economia, devido a composição mista de suas funções. Ambos têm ligação funcional tanto com o circuito superior como com o circuito inferior da economia urbana. O setor atacadista e transportador se encontram no topo do circuito inferior, integrando ao mesmo tempo a parte mais baixa do circuito superior. Eles têm a função básica de escoar a produção do grande capital do circuito superior para o circuito inferior da economia, que servirá como insumo ou revendido por este para uma grande faixa de consumidores.

O circuito inferior, por seu turno, engloba a chamada economia popular, consideradas por muitos, base de sobrevivência da população pobre, no sentido da manutenção dos seus empregos e rendas. É o principal foco da investigação do autor, por constituir-se no circuito em que se inscreve a maioria dos pobres e excluídos dos centros urbanos.

O circuito inferior da economia torna possível o acesso dessa população pobre aos produtos mais modernos, através da utilização de formas de circulação menos modernas e menos capitalistas, encarregadas de distribuir tanto os produtos artesanais como as mercadorias manufaturadas modernas provenientes do circuito superior.(COSTA, 2001).

O circuito inferior ou setor informal³⁶ da economia urbana, conforme destacado por Keith HART (1973: 5; apud COSTA, 2001) constitui um mecanismo permanente de integração que concebe uma grande quantidade de oportunidades de emprego com a utilização de um valor mínimo de capital. Portanto, se trata de um circuito que corresponde às condições gerais de emprego e renda de uma grande parte da população, principalmente por aquela população menos favorecida.

“A função essencial do circuito inferior seria a de difundir o modo de produção capitalista de produção entre a população pobre, através do consumo e absorver para o circuito superior, a poupança e a mais-valia das

³⁶ Para SANTOS, entretanto, “A designação informal, dada ao circuito inferior, poderia ser significativa se fosse efetivamente associada à noção de racionalidade. Seria então possível considerar o assim chamado setor informal como destinado a desaparecer e dar lugar a uma nova ordem, onde toda a economia seria formalizada, isto é, totalmente sujeita às leis do capitalismo tecnológico, que é a forma atual do capitalismo em fase internacional” (SANTOS, 1978: p. 56).

unidades familiares, por intermédio da máquina financeira, de produção e consumo. Isso se daria através dos canais de transmissão formais e informais: agências bancárias, cooperativas, firmas construtoras de residências e o próprio estado, através de duplo canal de taxação e da distribuição desigual de recursos”.(COSTA: 2001: p. 23).

Para SANTOS, é uma falácia afirmar que o circuito inferior não é subordinado as leis gerais do desenvolvimento capitalista, pois conforme destacado por MARX³⁷, as pequenas empresas também se inserem na lógica geral do capitalismo. Portanto, os pequenos comerciantes e artesãos do circuito inferior fazem parte do processo global da economia capitalista.

Essa articulação demonstra que a economia popular é consequência da estrutura econômica mundial, ou seja, do modo de produção capitalista e é constituída de uma parcela da população que compõe o que se pode chamar de pobreza urbana, resultante da operação do modo capitalista de produção. Portanto, enquanto houver capitalismo sempre existirá essa parte excluída da população, só que na atual conjuntura, denominada economia globalizada, essa parte da população tende a se expandir vertiginosamente.

Desde o início cabe ressaltar uma peculiaridade, que sem ser exclusiva, neste caso é marcante do processo que deu origem ao chamado campo da Economia Solidária. Trata-se do fato de que os mesmos atores que no campo da reflexão procuram formular o seu conceito, são os mesmos que militam no “movimento”, imprimindo determinadas características políticas e mesmo ideológicas, através de iniciativas como cursos, assessorias, incubação de cooperativas populares, de modo a conformar o “setor” da Economia Solidária.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que vai se delineando o campo, vão se constituindo, ainda que de forma de início não conectada, empreendimentos autogestionários e organizações produtivas populares dando origem a diversos tipos de iniciativas, como associações das mais diversas ordens, cooperativas de trabalhadores, redes de micro e pequenas empresas populares, redes de troca, fundos de ajuda mútua, numa multiplicidade de formas ainda a espera de ordenação.

Uma definição de Economia Social consideravelmente radical nos é fornecida pela *Organização Internacional do Trabalho* (OIT), para quem ela se refere "*aquela*

³⁷ Ver, MARX, “A fórmula geral do capital”, in *Capital*, Livro I, Parte II, cap. 4.

parte da economia nacional de um país constituída sobre os cimentos de um sistema de unidades produtivas que valorizam o Homem como sujeito central da atividade econômica, o que supõe uma preponderância do trabalho sobre o capital" (Apud, LISBOA, s/d).

Sobre o conceito de Economia Solidária no Brasil diversos autores e entidades se empenharam e desenvolver e explicitar o conceito de Economia Solidária. Sem pretender ser exaustivo, podemos apontar Paul SINGER, da USP, José Ricardo TAUILE, da UFRJ/RJ, Luiz Inácio GAIGER, da UNISINOS/RS, José Luiz CORAGGIO, da Argentina, a CUT, Capina, Cáritas, FASE, IBASE, Marcos ARRUDA, do PACS, Lia Vargas TIRIBA, da UFF, Luís RAZETO, do Chile, Gabriel KRAYCHETE, da UCS, Euclides MANÇE, do Ifil Instituto de Filosofia da Libertação, Paraná .

Sobre o alcance da Economia Solidária, TAUILE (2001), reporta-se a ORTIZ Roca (2001), para quem, *“a economia solidária recobre diferentes formas de organização onde os cidadãos e cidadãs se incumbem seja para criar sua própria fonte de trabalho, seja para ter acesso a bens e serviços de qualidade ao mais baixo custo possível, numa dinâmica solidária e de reciprocidade que articula os interesses individuais aos coletivos”* (ORTIZ Roca, 2001, tradução livre. Citado em TAUILE, 2001).

Nesse mesmo trabalho, TAUILE (2001), aponta com base em uma intervenção realizada em um congresso do CRIDA³⁸ (2000), que dentre os traços mais característicos da Economia Solidária estariam os seguintes: a reciprocidade colocada no cerne de sua ação econômica uma vez que as pessoas se associam numa base voluntária com o objetivo de satisfazer necessidades sociais e culturais; a vontade coletiva de empreender: não existe a busca de retorno sobre o investimento individual; a gênese e os atores envolvidos: trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho que constituem novos empreendimentos coletivos de produção e serviços ou que assumem empresas falidas e em dificuldades; a organização dessas experiências: ela se dá no âmbito de uma dinâmica cidadã favorecendo a criação de espaços públicos de

³⁸ Centre de Recherche et d'Information sur la Démocratie et l'Autonomie. CRIDA, 2000. L'Économie solidaire: à la recherche de nouvelles formes d'économie entre l'État et le marché. Intervention de Laurent Fraisse au Congrès mondial sur la coexistence humaine dans un monde responsable et solidaire à l'aube du IIIème millénaire. Montréal, juillet 2000.

proximidade; a forma de financiamento: por meio da combinação de recursos obtidos através do mercado e fora dele, e mesmo de caráter não-monetário (receitas autogeridas e contribuições voluntárias).

Segundo GAIGER (2000), a Economia Solidária pode ser caracterizada a partir das práticas de autogestão e cooperação usadas nos empreendimentos autogestionários, que alteram o princípio e a finalidade da extração do trabalho excedente encontrados na empresa capitalista, já que tais empreendimentos se assentam na unidade entre a posse e o uso dos meios de produção. Nesses empreendimentos: o funcionamento possui como premissa a propriedade social dos meios de produção, sendo vedada a apropriação individual desses meios ou sua alienação particular; o controle e o poder de decisão pertencem de forma paritária a associação dos trabalhadores; a gestão é determinada pelo conjunto dos trabalhadores, que organizam o processo produtivo, operam as estratégias econômicas e decidem sobre o destino do excedente produzido.

Uma outra conceituação de Economia Popular, que pode ser perfeitamente estendida para a Economia Solidária, nos é fornecida por LISBOA, que a considera como uma parte da economia que “...*originada tanto dos nunca integrados quanto dos desempregados pelas transformações contemporâneas, aos poucos vai constituindo-se num espaço econômico próprio composto por todos aqueles que estabelecem formas coletivas de produção material da sua vida.*” (LISBOA, sd, citado em DAGNINO, 2000).

Ademais, o autor enfatiza que,

O que caracteriza a EPS, insistimos, não é a condição de informalidade (o descumprimento das obrigações legais não é exclusivo dos produtores informais, nem a eles pode ser atribuída a responsabilidade maior pela evasão fiscal), ou estarem desvinculados do mercado, mas sua condição de estar voltado para prover o sustento do grupo (experiência associativa) sem a presença da mercantilização do trabalho, com uma racionalidade produtiva submersa nas relações sociais. Por isto não confundi-la com uma espécie de “capitalismo popular” (LISBOA, 2004).

Ao comentar a definição de SINGER de Economia Solidária, LISBOA enfatiza a sua semelhança com a Economia Popular, uma vez que esta, além de possuir uma fortíssima inserção comunitária, marcada pela presença de relações de reciprocidade, também começa a estruturar suas próprias redes de apoio e intercâmbio. Essa

semelhança é tanto mais marcante pelo fato de que “os pobres antigos (*...que seriam os atores centrais da Economia Popular...*) também são atingidos pela terceira revolução industrial, tanto pela diminuição da mobilidade social (desaparecendo as esperanças duma ascensão social futura), quanto pelo agravamento da concorrência nos mercados informais devido à ampliação do leque do exército industrial de reserva (além do próprio fato da reestruturação produtiva tornar mais competitiva a pequena produção).”

Numa tentativa de síntese, LISBOA afirma que:

“o que caracteriza a ES é sua condição de estar voltada para prover o sustento do grupo (experiência associativa) em geral, sem a presença da mercantilização do trabalho, com uma racionalidade produtiva submersa nas relações sociais. Por isso, não podemos confundi-la com uma espécie de capitalismo popular, pois nela a acumulação é um meio para a reprodução do grupo social que participa do empreendimento econômico” (LISBOA, 1999: 58).

Na concepção de LISBOA, um traço distintivo das iniciativas associativas e solidárias é que nelas tem enorme importância os laços culturais e as relações de parentesco, de vizinhança e afetivas, não motivadas pela idéia de maximização do lucro, o que não significa que este não esteja presente; fala-se aqui em lucro social. Tais relações econômicas não se encontram totalmente sujeitas ao mercado (mas interagem com ele), nem a controles burocráticos. É por meio dessas relações que as pessoas satisfazem suas necessidades cotidianas de forma auto-sustentável, sem depender das redes instituídas de filantropia (LISBOA, 1999).

Para Marcos ARRUDA (1997), a sócio-economia solidária não se restringe ao campo puramente econômico. Para TIRIBA, esses conjuntos de experiências de organizações econômicas populares são concebidos como iniciativas coletivas e solidárias que poder vir a ser o embrião de uma nova cultura do trabalho.

Para KRAYCHETE (2000), a economia dos setores populares existe de forma dispersa e fragmentada. Sua viabilidade econômica, seu crescimento e a qualidade da troca dependem da incorporação de recursos econômicos e sociais que não são reprodutíveis até agora em seu interior, limitando sua capacidade de desenvolvimento. Sua viabilidade transcende, portanto, os aspectos estritamente econômicos requerendo uma ação concertada e complementar de múltiplos atores e

iniciativas no campo político, econômico, social e tecnológico, envolvendo atores como ONGs, sindicatos, igrejas, universidades, órgãos governamentais, etc., instigando uma redescoberta cidadã do trabalho, com as conseqüentes implicações políticas, econômicas e sociais.

Outro autor extraordinariamente produtivo é MANCE que desenvolveu uma extensa produção sobre as *Redes de Colaboração Solidária*. Essas redes envolvem uma interação entre o consumo, o financiamento e a produção na qual os atores sociais interagem de forma solidária e coletiva tendo a autogestão como premissa básica, seja sob a forma de associação, cooperativa ou empresa. Pode-se dizer que seu conceito de Redes de Colaboração Solidária se confunde ao atualmente mais usado, de Economia Solidária (MANCE, 2001).

Outro teórico importante no campo da Economia Solidária, atual titular da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego é SINGER³⁹. Não é fácil fazer uma síntese de sua vasta e complexa obra. A seguir destacaremos alguns de seus aspectos que são mais importantes para os propósitos deste trabalho.

De acordo com SINGER a economia solidária se insere no resgate do ideal de uma “organização democrática de produção e consumo”, oriundo das práticas originais do “socialismo utópico”. Para ele há uma estreita ligação entre a economia solidária e a crítica operária e socialista ao capitalismo nascente.

No entanto, o movimento da economia solidária apresenta um aspecto mais do que simplesmente político e militante, constituindo-se em “um interstício no modo de produção capitalista” (SINGER, 1998). Da mesma forma que os sindicatos, os movimentos populares e outras organizações populares, a economia solidária ocupa um espaço no interior de uma formação social complexa, convivendo com modos de produção pré-capitalistas, capitalista e pós-capitalistas.

Em trabalho posterior, considera que a Economia Solidária,

“... constitui-se pelo conjunto de experiências coletivas de trabalho, produção, comercialização e crédito, organizadas por princípios solidários e que aparecem sob diversas formas: cooperativas e associação de produtores,

³⁹ Uma excelente apreciação da contribuição de SINGER para a economia solidária foi realizada por CORNELIAN (2006) em sua dissertação de mestrado.

empresas autogestionárias, bancos comunitários, clubes de troca, e diversas organizações populares urbanas e rurais”. (SINGER & SOUZA, 2000: 123).

Com esse posicionamento é reposto um debate ainda não resolvido no seio do movimento socialista, que remonta, na verdade, às visões cooperativistas de Rochdale e libertárias proudhonianas, sobre as possibilidades das ações mutualistas dos trabalhadores se converterem em alternativas de organização econômica coerente verdadeiramente com os ideais do movimento socialista.

Em outra obra, além do caráter de “interstício no modo de produção capitalista, ele se refere à possibilidade de que a economia solidária venha a se constituir no embrião de uma nova forma de organização e gestão da produção, ao afirmar:

“Nas lutas entre liberais e socialistas, nas democracias capitalistas, alguns desses implantes podem ser destruídos e novos podem ser logrados. Mas o decisivo para um eventual avanço rumo ao socialismo está no desenvolvimento de empresas autogeridas e comunidades autogovernadas, cuja prática demonstre a sua superioridade em termos de realização humana. Só essa demonstração poderá levar a maioria a optar livremente pelo socialismo”. (SINGER: 2001).

Em sua análise uma formação social como a capitalista moderna, está dividida em três setores: o capitalista, o autônomo e o estatal.

Na análise do autor, as empresas capitalistas ao lançarem novos produtos no mercado, ou ainda, aumentando sua produção habitual, geram novos postos de trabalho. No entanto, o acicate da concorrência os força a incorporar progresso técnico, aumentando a produtividade do trabalho, tornando-se desnecessário a contratação de novos assalariados para o aumento da produção. Ao contrário, a reestruturação industrial implica na destruição de inúmeros postos de trabalho.

O setor autônomo, caracterizado por sua grande heterogeneidade, vem sendo considerado como a grande esperança para absorver a enorme quantidade de pessoas que estão sendo desempregadas pelos outros setores da acumulação de capital – as empresas capitalistas e o Estado – ou, ainda, por aqueles que nunca conseguiram um emprego formal.

Com a crise do mundo do trabalho, o Estado tem investido no setor autônomo devido a sua grande capacidade de criação de empregos, com um reduzido volume

inicial de investimento (micro-crédito). O setor capitalista de produção também tem interesse no setor autônomo como escoadouro de parcela de suas mercadorias, bem como, pelo fato de que muitas empresas capitalistas têm terceirizado parte de suas atividades, despedindo trabalhadores, mas, muitas vezes comprando seus produtos ou serviços, na forma de produtores autônomos, de cooperativas ou pequenas empresas⁴⁰.

Singer conclui que nesta etapa da evolução do capitalismo a exclusão social só tende a aumentar, em consequência de três tendências básicas do sistema: contração do emprego no setor das empresas capitalista, contração do emprego público e crescimento muito menor da demanda pela produção do setor autônomo do que seria necessário, para integrar neste setor, os expulsos dos outros setores da economia. Daí a maior necessidade de intervenção do Estado, através de incentivos e financiamentos, para dar sustentação ao setor autônomo.

Singer aponta que embora o setor capitalista exerça sua hegemonia na ordem global, existem outras economias intersticiais no modo de produção capitalista. Uma delas é precisamente a economia solidária. A economia solidária é pautada nos princípios socialistas e cooperativistas, ou seja, são empresas regidas pelo princípio da igualdade, no qual a posse da empresa é de todos que nela trabalham. Isso, além de propiciar igual participação na repartição do excedente, é também importante do ponto de vista político, por ser uma empresa gerida por princípios democráticos.

Em síntese, para ele, a economia solidária é uma forma de organizar a produção em grande escala, foras dos moldes do grande capital⁴¹. As cooperativas de consumo e produção, em sua visão, constituem-se na melhor maneira de quebrar o isolamento das pequenas e microempresas e oferecer a elas possibilidade de sucesso diante do grande capital. Para isso, é necessário o estabelecimento de alguns pré-requisitos: formação profissional e aperfeiçoamento contínuo, concessão de crédito por “banco do povo”, criação de moeda própria para proteção de seu mercado específico.

Por outro lado, alguns proponentes da ES entendem que falar de economia solidária implica em voltar a uma definição de economia, no qual o objetivo do sistema econômico seja a satisfação de todas as pessoas e de suas necessidades, ou seja:

⁴⁰ Referimo-nos aos procedimentos de terceirização sob a forma de cooperativas de trabalho, no geral, estruturadas para fugir aos encargos trabalhistas por parte da contratante.

⁴¹ Na verdade, só se pode falar em produção em grande escala na economia solidária se estamos nos referindo a constituição de redes que possibilitem a agregação de valor.

“as sociedades e seus modos de organização voltados para satisfazer necessidades individuais e coletivas devem contribuir não como meios de enriquecimento, mas como meios de contribuição para a vida e o progresso da humanidade. Produzir, intercambiar, consumir, assim como trabalhar, gerenciar, poupar e investir fazem parte dos atos econômicos inelutáveis; entretanto, as maneiras de fazê-los, no contexto da economia solidária, desafiam os hábitos que se incrustaram na esfera mercantil e que, atualmente, contaminam e intoxicam toda ação humana” (SABOURIN, 2000).

Na conceituação de DZIMIRA e FRANÇA Filho (1999), a Economia Solidária refere-se a realidades micro-sociais, que constituem formas econômicas híbridas, com características das atividades mercantil (pela venda de produtos ou prestação de serviços), não mercantil (através de subsídios ou acordos e contratos junto a instituições públicas) e não monetária (através de contribuições voluntárias, de “dávivas”, principalmente sob a forma do benevolato, ou seja, dádiva de si mesmo e do seu tempo). Daí a dificuldade de sua apreensão pelos economistas treinados na lógica do mercado sob o capitalismo.

O conceito de Economia Solidária também tem seus desdobramentos em termos políticos, por enfatizar a organização dos produtores e consumidores, o que se traduz no aperfeiçoamento da sociedade civil. O que se espera é que a ação política dos cidadãos se desdobre na construção de espaços públicos por meio da democracia direta, participativa, por meio dos fóruns de participação popular e orçamento participativo, dentre outros. A cidadania passa a se expressar na aprendizagem da democracia direta e na incessante busca da autonomia. O debate de idéias diversas deve se dar dentro e fora dos limites da associação, de modo a que as diferenças quanto aos projetos possam se desenvolver, se “hibridizem”, em termos de compromissos quanto a sua formulação e execução. (SINGER, 1997 e 1998; LISBOA, 1999).

Destaque-se que a viabilidade das iniciativas econômicas não prescinde do papel do Estado. Na verdade, depende do estabelecimento de múltiplas parcerias e da implementação de mecanismos institucionais e de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de novas tecnologias compatíveis com a lógica do subsistema e de apoio financeiro que possam dar suporte a iniciativas nesse âmbito. O que se requer é que esse tipo de políticas públicas encare a Economia Solidária como um espaço econômico portador de alternativas de geração de trabalho e renda, ou seja, como um

projeto desenvolvimento do país, que não se confundam com políticas sociais compensatórias (LISBOA, 1999; SINGER, 1997 e 1998).

Em síntese, as múltiplas atividades cotidianas de subsistência dos marginalizados provêm de uma matriz comunitária, em geral, fortemente enraizadas de um determinado lugar. São constituídas por pequenas unidades produtivas, envolvem mutirões na construção e conserto de casas, compõem-se de formas associativas de produção de alimentos, vestuário, remédios, artesanato, objetos de uso pessoal e pequenos serviços, agricultura urbana e peri-urbana e agricultura familiar. São experiências que podem representar o embrião de uma nova cultura do trabalho. Esse conjunto heterogêneo de atividades em franca expansão, ainda não se constitui num campo articulado capaz de questionar a ordem vigente ou de combater o atual quadro de exclusão social vigente no país.

As reflexões sobre esse conjunto de experiências constituem o âmbito da Economia Solidária. Existem várias correntes algumas francamente díspares em termos de alcance e objetivos, mas de um modo geral, todas as formulações convergem para um núcleo comum: a solidariedade como o âmago de todas as propostas.

CAPÍTULO III

Espaço e Território e Desenvolvimento Territorial

A retomada da discussão sobre o território é uma marca dos anos 90, já que a teoria econômica tradicional basicamente negligenciou a base territorial da atividade econômica. Na verdade, no campo heterodoxo e, principalmente, no campo do marxismo houve um conjunto importante de formulações sobre a apropriação do espaço pelo capital, mas impasses na aplicação das leis gerais do desenvolvimento capitalista ao espaço mostraram-se igualmente infrutíferas⁴².

Nos anos mais recentes importantes formulações foram realizadas enfocando as concepções de espaço, de região, de território e de lugar. Em termos metodológicos um dos problemas que se coloca em qualquer campo de investigação diz respeito à forma como o sujeito se apropria do objeto de estudo. Toma-se como ponto de partido a impossibilidade de um conhecimento completo e integral de todas as características do objeto em apreço. Isso se dá por problemas técnicos, conceituais e metodológicos. Os problemas técnicos decorrem do fato de que cada objeto é composto de múltiplos, para não dizer inumeráveis, sistemas de elementos e relações. Conceituais pelo fato de que nenhuma disciplina desenvolveu a pretensão de apropriar-se de todo o conjunto de elementos e suas relações e, conseqüentemente metodológico porque cada disciplina se ocupa de apenas um grupo determinado de objetos ou fenômenos (REBORATTI, 2001 p. 80). Nas palavras do autor:

“Porém essa captação exige que se estabeleça uma espécie de tradução entre objeto e observador, que pode ter várias vias metodológicas (abstração, modelização, analogias, por exemplo), no entanto, qualquer que seja o caminho adotado necessita do estabelecimento de um parâmetro de relação para acercá-lo ou, dizendo de outra forma, para que o objeto seja abarcável e apreensível pelo observador, para que este possa “Pô-lo em foco”, para utilizar uma metáfora fotográfica, e obter dessa maneira o nível de resolução por sua particular ótica de análise” (REBORATTI, 2001: p. 80).

O instrumental conceitual, metodológico e técnico utilizado para a apropriação do objeto de estudo pelo observador, pode ser chamado de escala. No entanto, sejam as

⁴² Ver, a respeito, DINIZ Filho, Luís Lopes (2002)

escalas concebidas como categorias dimensionais ou espaços de conceitualizações, são de fundamental importância em qualquer disciplina.

No âmbito da geografia a escala foi desde cedo proclamada como um de seus elementos básicos, ao lado de outros, como espaço, tempo, natureza e lugar, embora em relação a estes, quase não se desenvolveram discussões teóricas ou conceituais sobre a escala tanto na geografia como nas demais ciências sociais ou naturais, talvez por ser tomada como óbvio não necessitando de maiores discussões.

REBORATTI argumenta que tal fato se deve a:

“... insistência da geografia em analisar o “espaço concreto”, aquele acúmulo de objetos e relações que se desenvolvem em um cenário real e, portanto, mensuráveis e cartografáveis. Este cenário é impossível de analisar de forma direta e deve ser necessariamente reduzido a uma dimensão manejável. Daí a insistência que se encontra em muitos trabalhos de geografia em utilizar escalas de caráter técnico antes que conceitual, inclusive, ..., determinando “degraus” na escala cartográfica que demarca a aproximação conceitual” (REBORATTI, 2001: p. 81).

No entanto, conforme LACOSTE,

“A técnica cartográfica chamada de “generalização”, que permite levantar uma carta em escala menor de uma “região” a partir de cartas em grande escala que a representam de modo mais preciso (mas cada uma para espaços menos amplos), deixa acreditar que a operação consiste somente em abandonar um grande número de detalhes para representar extensões mais amplas. Mas como certos fenômenos não podem ser apreendidos se não considerarmos extensões grandes, enquanto outros, de natureza bem diversa, só podem ser captados por observações muito precisas sobre superfícies bem reduzidas, resulta daí que a operação intelectual, que é a mudança de escala, transforma, e às vezes de forma radical, a problemática que se pode estabelecer e os raciocínios que se possa formar. A mudança de escala corresponde a uma mudança do nível da conceitualização” (LACOSTE, 1989: p. 77).

O problema da escala se coloca como um primeiro problema a resolver quando o objetivo de um trabalho é captar as múltiplas faces do desenvolvimento territorial. Trata-se então, de articular conceitos como os de território, territorialidade, lugar e região, dentro de um marco que procure apontar como se dão as articulações contextualizadas entre atores e processos capazes de, através de procedimentos associativos, cooperativos ou solidários, engendram um processo de empoderamento

capaz de tornar sustentável um processo de desenvolvimento territorial com crescente grau de autonomia.

Para tanto se torna imprescindível a difícil tarefa de deslindar o conjunto de conceitos a serem utilizados de modo a que a pesquisa possa alcançar aos fins almejados. Não pretendemos ser exaustivo, mas, na estruturação deste trabalho vamos procurar tornar legível o conjunto de conceitos que nortearão o trabalho tanto em termos teóricos como operacionais.

Em primeiro lugar consideramos o espaço como condição prévia da existência da vida, sendo a primeira e mais importante forma de domesticação feita pelo ser humano no planeta. Essa domesticação se deu através de um processo que confluíu para a delimitação do que vamos chamar de território.

Assim,

“Quando um bando disputa com outro uma fonte de água, a relação estabelecida é de uma territorialização, que ao mesmo tempo vincula um grupo ao espaço e desvincula o outro. Ainda não é o caso de imediatamente visualizar-se o território consubstanciado como a prisão inventada pelos homens para eles mesmos” (HEIDRICH, 2004: p. 38; RAFFESTIN, 1993: p.142).

Portanto, pode dizer que:

“o território é antes de tudo uma relação que envolve apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação. E, se apenas parte dessas características estão presentes, creio que podemos considerar a ocorrência do seu princípio, ou seja, do princípio da territorialidade” (HEIDRICH, 2004: p. 39).

Ou seja, para se configurar o território é necessário que ele se caracterize como um recurso sobre o qual se exerce o domínio e o controle social. Mas ao mesmo tempo, temos que considerar que para o estabelecimento de um território se efetive que tenha ocorrido o princípio da territorialidade, que é a ocupação. Isso implica em que, ao mesmo tempo tenhamos uma concepção de espaço absoluto, porque cada lugar é único e não se repete, relativo por causa da relação entre os objetos e, ainda, relacional porque cada objeto só existe na medida em que contém e representa dentro dele mesmo a relação com outros objetos, (HARVEY, 1980: p. 5).

Para clarificar melhor os conceitos que pretendemos trabalhar, podemos explicitar que concebemos o espaço como anterior ao território e que este se forma a partir daquele. Assim, agentes ao se apropriarem concreta ou abstratamente do espaço operam um processo de territorialização. O espaço é anterior a qualquer ação e consiste numa realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática.

Para RAFFESTIN, o território,

“é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apóia no espaço, mas não é espaço. É uma produção a partir do espaço, que se inscreve num campo de poder” (RAFFESTIN, 1993: p. 144).

No que se refere ao conceito de territorialidade, o autor nos diz que:

“territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. (...) A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a ‘face vivida’ e a ‘face agida’ do poder” (RAFFESTIN, 1993: p. 160-162).

O essencial para o entendimento do território é concebê-lo como um espaço onde se exercem relações de poder e, portanto, onde como expressão de domínio, se efetiva o controle do acesso. No entanto, para haver território é imprescindível a presença de sociedade, já que os territórios são essencialmente caracterizados pelas relações sociais projetadas no espaço, e não simplesmente pela existência de espaços concretos. Como nos diz SAQUET:

“O território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social. Dessa forma, pode ser temporário ou permanente e se efetiva em diferentes escalas, portanto, não apenas naquela convencionalmente conhecida como o ‘território nacional’ sob gestão do Estado-Nação” (SAQUET, 2003.: p. 10. Apud: CANDIOTO, 81).

Torna-se importante reter bem precisamente o conceito de território com o qual estamos trabalhando. Trata-se de um espaço delimitado tanto pelas relações de poder

como a partir delas. Essa é a questão primordial e não as características geológicas e os recursos naturais de uma determinada área, o que se produz, como ou que produz em um determinado espaço, ao mais ainda, quais as ligações afetivas e identitárias entre um certo grupo e seu espaço, ainda que esses aspectos sejam cruciais para o entendimento da gênese de um de dado território ou do interesse em tomá-lo ou mantê-lo (SOUZA, 2001: p.78).

Este ponto de vista procura ressaltar a existência de contradições e conflitos sociais na própria definição de território, ou seja, já que o território é em sua essência um instrumento de exercício de poder, então importa saber quem domina ou influencia que nesse espaço e de que forma (CUNHA, 2001: p.79).

No entanto, como bem acentua SOUZA, a partir de Hannah ARENDT, temos que distinguir algumas superposições ou confusões entre os conceitos de poder, violência, dominação, autoridade e competência, para aclararmos a forma como estamos trabalhando com o conceito de território.

Para ARENDT, há,

“por trás da confusão aparente e a cuja luz todas as distinções seriam, na melhor das hipóteses, de pequena importância, a convicção de que a questão política mais crucial é, e sempre foi, a questão de: Quem governa quem? Poder, força, autoridade, violência – nada mais são do que palavras a indicar os meios pelos quais o homem governa o homem; são elas consideradas sinônimos por terem a mesma função. É apenas depois que se cessa de reduzir as questões públicas ao problema da dominação, que as informações originais na esfera dos problemas humanos deverão aparecer, ou antes reaparecer, em sua genuína diversidade” (ARENDT, 1985: p. 23-24).

Segundo ela,

“O ‘poder’ corresponde á habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está ‘no poder’ estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, o ‘seu poder’ também desaparece” (ARENDT, 1985: p. 24).

Temos aqui uma idéia ampliada de poder que, ao mesmo tempo, nos permite libertar a concepção de poder da confusão com a violência e de restringi-lo à questão da dominação. Podemos assim, seguindo SOUZA, conjugar as idéias de *poder*, por extensão *território*, e *autonomia* (SOUZA: 2001: p. 80). Para ARENDT, o poder não necessita de justificativa por ser inerente à existência de qualquer comunidade política. Entretanto, o poder necessita de *legitimidade*. Para ela, “o domínio através da violência pura vem à baila quando o poder está em vias de ser perdido” (ARENDT, 1985: p. 29). Para concluir que “(...) politicamente falando, é insuficiente dizer não serem o poder e a violência a mesma coisa. O poder e a violência se opõem: onde um domina o outro está ausente (ARENDT, 1985: p. 30).

Nessa perspectiva podemos trabalhar com maior liberdade o conceito de território para conceber sua construção (e desconstruídos) nas mais diferentes escalas e não apenas como usualmente se faz, associando o conceito ao de Estado e, portanto, de “território nacional”, onde prevalece a noção de *domínio*. Diga-se desde logo, que não negligenciamos a importância do Estado, nem tampouco a dimensão do ‘território nacional’, como tem difundido a ideologia da globalização, ou a do localismo estrito..

Consideramos que territórios existem e podem ser construídos e desconstruídos nas mais diferentes escalas. Do nacional ao internacional, em escalas temporais e espaciais as mais diferentes possíveis. De qualquer forma, a escala nacional tanto pela gestão como pelo poder regulatório continua a ter uma importância primordial na definição do território, pelo menos na escala supranacional e na sub-nacional.

Existem múltiplas territorialidades: territorialidade cíclica, territorialidade móvel, territorialidade em rede, etc., que podem operar em diversas escalas. Todavia, não se pode “coisificar”, “reificar” o conceito de território. Concordamos que o espaço é anterior ao território, mas não se pode incorporar ao conceito de território o próprio substrato material, ou mais precisamente, o espaço social. O homem modifica a natureza (espaço natural) através do trabalho criando o espaço social, ato contínuo ao modificar e retrabalhar o espaço social, estamos diante de um território e não apenas de um espaço econômico, já que ao sofrer uma valorização pelo trabalho e, portanto, submetido a uma instância de poder ele necessariamente está territorializado por alguém. Em suma, como o poder está presente em todas as relações sociais, o território

está presente em toda espacialidade social, pelo menos, enquanto o homem também estiver presente (SOUZA, 2001: p. 96).

Em síntese, o espaço não é o espaço natural, nem tampouco o território é o espaço social. O território não é tão somente o substrato, o espaço social em si, mas um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas, operando sobre um substrato referencial. Ou seja, o território é “um *campo de forças*, uma *teia* ou *rede de relações sociais* que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo um *limite*, uma *alteridade*: a diferença entre ‘nós’ (o grupo, os membros da coletividade ou ‘comunidade’, os *insiders*) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os *outsiders*) (SOUZA, 2001: p. 86).

Para nós continua sendo importante na dimensão material do território considerar a sua base natural, mas nunca dissociada de seus componentes políticos, econômicos, sociais e culturais. Talvez a melhor forma de tratá-lo seja trabalhar o conceito de território como um híbrido sociedade-natureza. Os recursos ou trunfos, como diz RAFFESTIN, continuam sendo importantes. Mas deve-se considerar também como de fundamental importância para as diferentes formas de construção do território ou territorialidade considerando fatores como a mobilidade a que um determinado grupo está sujeito em relação⁴³ com a disponibilidade de seus recursos⁴³.

Numa perspectiva integradora não podemos negligenciar a dimensão cultural e/ou simbólica que consideramos crucial para a construção de uma identidade territorial.⁴⁴ As relações de poder são fundamentais na definição do território, mas pra além da dimensão puramente política do poder não se pode negligenciar a sua dimensão econômica e simbólica, como veremos no próximo ao analisarmos a construção teórica de BOURDIEU.

Aceitamos a concepção de que o poder se enraíza no trabalho, a partir de duas dimensões: energia e informação. E, mais ainda, de que o trabalho, mais do que energia é “força dirigida, orientada, canalizada por um saber” (RAFFESTIN, 1993: p.56; HAESBAERT, 2006: p. 84), como o componente mais indispensável para a construção de um território ou de um projeto de desenvolvimento territorial.

⁴³ Ver, por exemplo, MAUSS (2003: p. 423-505).

⁴⁴ Na corrente idealista ou humanista da geografia há uma valorização dos conceitos de lugar e paisagem para a análise da dimensão cultural ou identitária do espaço. Há nessa corrente uma nítida valorização da escala local, embora a problemática não se reduza a um problema escalar. Para uma crítica dos localismos diversos, ver dentre outros VAINER (2001/2002).

No embate entre as diferentes correntes da geografia na atualidade, um conceito profusamente utilizado é o de territorialidade, principalmente no tratamento das questões de ordem simbólico-cultural. Na verdade, esse conceito, descolado de seu viés biologizante é essencial para a compreensão da dinâmica da construção de um território. Como nos diz HAESBAERT, a partir da visão de SACK,

“a territorialidade, esta ‘qualidade necessária’ para a construção de um território, é incorporada ao espaço quando este media uma relação de poder que efetivamente o utiliza como forma de influenciar e controlar pessoas, coisas e/ou relações sociais – trata-se, simplificando, do controle de pessoas e/ou de recursos pelo controle de uma área” (HAESBAERT, 2006: p.86).

A territorialidade embora comporte uma base de poder (político), incorpora as dimensões econômicas (“uso da terra”) e culturais (“significação” do espaço). De forma mais precisa, a territorialidade é definida por SACK como “a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamento, pela delimitação e afirmação do controle de uma área geográfica. Esta área será chamada território” (SACK, 1986: p. 6; Apud, HAESBAERT, 2006: 86-87), ou ainda, “a territorialidade é uma expressão básica do poder social. É o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados” (SACK, 1986: p. 5; Apud, HAESBAERT, 2006: p. 87). Por seu lado, RAFFESTIN considera a territorialidade como “o conjunto de relações estabelecidas pelo homem enquanto pertencente a uma sociedade, com a exterioridade e a alteridade através do auxílio de mediadores ou instrumentos” (RAFFESTIN, 1988: p. 265; HAESBAERT, 2006: p. 87).

Podemos dizer, então, que temos efeitos territoriais que independem de seus contextos históricos, sendo, nesse sentido, universais, enquanto outros são específicos de uma época ou de um contexto geográfico. Um determinado lugar pode ser utilizado como um território em um determinado momento e em outro não, ou seja, nem todo espaço socialmente apropriado/dominado necessariamente se transforma em território. Nas palavras de SACK,

“(…) circunscrever coisas no espaço, ou num mapa, como quando um geógrafo delimita uma área para ilustrar onde ocorre a cultura do milho ou onde está concentrada a indústria identifica lugares, áreas ou regiões no sentido comum, mas não cria por si mesmo um território. Esta delimitação se

torna um território somente quando suas fronteiras são usadas para afetar o comportamento pelo controle do acesso” (SACK, 1986: p. 19; Apud, HAESBAERT, 2006: p. 87-88).

SACK reconhece também que existem diferentes níveis de territorialidade de acordo com diferentes níveis de acesso às pessoas, coisas ou relações. Há, então, diferentes níveis de permeabilidade em sua definição. Para esse autor, existem três relações interdependentes definidoras da noção de territorialidade sintetizadas por HAESBAERT, da seguinte forma:

- “- a territorialidade envolve uma forma de classificação por área (o que restringe sua noção de território ao que chamaremos (...) de território-zona, pautados numa lógica zonal ou areal, excluindo os território-rede ou de lógica reticular);
- a territorialidade deve conter uma forma de comunicação pelo uso de uma fronteira (“uma fronteira territorial pode ser a única forma simbólica que combina uma proposição sobre direção no espaço e uma proposição sobre posse ou exclusão” (1986: 21);
- a territorialidade deve envolver uma tentativa de manter o controle sobre o acesso a uma área e às coisas dentro dela, ou às coisas que estão fora através da repressão àquelas que estão em seu interior (1986:22).” (HAESBAERT, 2006: p. 88).

Na visão de SACK, então “a territorialidade deve proporcionar uma classificação por área, uma forma de comunicação por fronteira e uma forma de coação ou controle” (SACK, 1986: p. 28; Apud, HAESBAERT, 2006: p. 89). Assim concebido, o território pode servir de instrumento de padronização para os de dentro e de classificação em relação a outros territórios. Nas palavras de HAESBAERT,

“todos os que vivem dentro de seus limites tendem assim, em determinado sentido, a ser vistos como ‘iguais’, tanto pelo fato de estarem subordinados a um mesmo tipo de controle (interno ao território) quanto pela relação de diferença que, de alguma forma, se estabelece entre os que se encontram no interior e os que se encontram fora de seus limites.
Por isso, toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais. E vice-versa: todo processo de identificação social é também uma relação política, acionada como estratégia em momentos de conflito e/ou negociação.” (HAESBAERT, 2006: p.89).

No atual quadro de globalização ou de mundialização sob a hegemonia do capital financeiro temos assistido a um intenso processo de territorialização /

desterritorialização / reterritorialização. Os espaços se tornam mais fluidos, exigindo uma constante (re)construção de laços sociais, econômicos e culturais. Há uma tendência contraditória à uniformização cultural, mas em muitos casos, paradoxalmente, um reforço às identidades locais. Como diz HAESBAERT,

“A exclusão social que tende a dissolver os laços territoriais acaba em vários momentos tendo o efeito contrário: as dificuldades cotidianas pela sobrevivência material levam muitos grupos a se aglutinarem em torno de ideologias e mesmo espaços mais fechados visando assegurar a manutenção de sua identidade cultural, último refúgio na luta por preservar um mínimo de dignidade” (HAESBAERT, 2006: p. 92).

No final da primeira metade dos anos 90 o interesse pela dimensão territorial do desenvolvimento tem despertado a atenção, além dos cientistas sociais, de formuladores de políticas e gestores de públicas no interior dos países da OCDE, principalmente a partir de 1994, quando foi criada uma divisão voltada para o desenvolvimento territorial, cuja primeira tarefa foi produzir um conjunto de estudos propondo uma nova delimitação das fronteiras entre o rural e o urbano e a elaboração de um conjunto de indicadores que possibilitassem o entendimento das disparidades entre diferentes configurações territoriais.

Sua maior expressão foi o programa *LEADER* (Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural)⁴⁵, desenvolvido no âmbito do processo de constituição da União Européia, procurando desenvolver a competitividade dos territórios, através de ações “debaixo para cima” e da participação popular, articulando de forma inovadora os aspetos econômicos, sociais, culturais e ambientais, voltados principalmente para as áreas deprimidas⁴⁶ e, em particular, de seus membros com menor grau de desenvolvimento econômico.

⁴⁵ Dado o escopo eminentemente teórico deste trabalho, não entraremos em detalhes sobre as várias dimensões e ações da iniciativa LEADER. Para os interessados, ver, BEDUSCHI Filho e ABRAMOVAY (2004).

⁴⁶ Por áreas deprimidas, entendemos aquelas que além de apresentarem baixa renda por habitante e baixo ritmo de crescimento, também se caracterizam por apresentarem infra-estrutura básica inexistente ou em precárias condições; baixas taxas de crescimento econômico; insuficiência de absorção de mão-de-obra (elevadas taxas de desemprego aberto, de subemprego ou de desemprego disfarçado); elevados índices de pobreza e de carências de serviços sociais; e fortes desequilíbrios sócio-econômicos intra-regionais (entre as zonas urbanas e as zonas rurais), como o são os municípios brasileiros que recebem cobertura do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Para delimitarmos apropriadamente um conceito de território adequado à formulação de políticas públicas, vamos recorrer a BEDUSCHI Filho e ABRAMOVAY, para os quais,

“Os territórios não são apenas o receptáculo geográfico neutro onde empresas, coletividades e indivíduos atuam: cada vez mais, eles vão se tornando verdadeiros atores, em virtude da interação que promovem entre os conhecimentos das empresas, dos representantes eleitos, do setor associativo local e dos próprios órgãos do Estado” (BEDUSCHI Filho e ABRAMOVAY, 2004: p. 44).

Mas referindo-se ao *Programa LEADER*, destacam a importância da identidade local. Assim, “A identidade de uma área é ... composta de todas as percepções coletivas do passado de seus habitantes, de suas tradições e de seu *know-how*, de sua estrutura de produção, sua herança cultural, seus recursos materiais, enfim, seu futuro” (BEDUSCHI Filho e ABRAMOVAY, 2004: p. 53).

Em nossa perspectiva, portanto, o território deve atender a pelos menos três dimensões básicas: uma escala definida, uma relação de poder definida e uma identidade própria. De acordo com o recorte analítico pode-se recobrir um assentamento de reforma agrária, um município, uma micro-região ou uma meso-região, sem que isso implique em negligenciar a importância de outras escalas como a Estadual, a regional legal e a nacional.

Desde a promulgação da Constituição de 1988, o município é um ente da federação, com autonomia política, financeira e administrativa, incorporando muitos dos atributos que especificamos anteriormente para a definição de um território. Diversos estudos, no entanto, têm enfatizado que, em muitos casos, o município é uma escala insuficiente para o desencadear um projeto sustentável de desenvolvimento territorial, fato que mereceu atenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ao possibilitar a estruturação de consórcios intermunicipais para a implementação de propostas desse jaez⁴⁷.

Para passarmos agora especificamente para o conceito de desenvolvimento territorial. Assumimos a definição de SEN para quem desenvolvimento é ter opções de

⁴⁷ Trata-se do PRONAF, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que inspirado na iniciativa LEADER, adota o enfoque territorial em sua formulação e implementação. No entanto o PRONAF não será objeto de discussão aprofundada neste trabalho. Uma discussão sumária, dentro dos propósitos deste trabalho.

escolha (SEN, 2000). Trata-se mais especificamente de considerarmos a dimensão territorial do desenvolvimento. O foco se desloca para além das vantagens ou obstáculos de localização para a realização de tal fim. O que se procura destacar passa a ser, então, “a montagens das ‘redes’, das ‘convenções’, em suma das **instituições** que permitem ações cooperativas – que incluem, evidentemente, a conquista de bens públicos como educação, saúde, informação – capazes de enriquecer o tecido social de uma certa localidade” (ABRAMOVAY, 2000: p.380).

Na verdade, segundo ABRAMOVAY:

A idéia central é que o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais, dos custos de transportes e de comunicações. **Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico** (ABRAMOVAY, 2000: p. 385. Em negrito no original).

Novamente se coloca o problema das escalas como de crucial importância para as estratégias de desenvolvimento territorial. Na verdade, como aponta CASTRO, “a escala introduz a poliformia do espaço, sendo o jogo de escalas um jogo de relações entre fenômenos de amplitude e natureza diversas. A flexibilidade espacial institui, portanto, uma dupla questão: a da pertinência das relações como sendo também definida pela pertinência da medida na sua relação com o seu espaço de referência (CASTRO, 2001: p. 188). Se considerarmos que no estudo de um determinado território temos a superposição de duas escalas diferentes – a temporal e a espacial -, que se influenciam mutuamente, rompermos a noção de imutabilidade das dimensões territoriais ou das unidades temporais (REBORATTI, 2001: p. 88), ao mesmo tempo em que nos possibilita fazer o recorte que se faz necessário para um nível de análise tão particular como o estudo do processo de territorialização de um assentamento da Reforma Agrária.

CAPÍTULO IV

A Construção do Capital Social nas Estratégias de Desenvolvimento Territorial

4.1. A Gênese da Noção de Capital Social na Literatura Acadêmica

A imensa produção teórica utilizando a noção de capital social é uma marca da década de noventa. Vamos procurar tecer alguns fios que nos permita entender a sua gênese e, ao mesmo tempo, procurar mostrar sua importância para as políticas públicas destinadas a promover o desenvolvimento territorial. Para tanto torna-se necessário demarcar as pontes teóricas que nos permita estender articular os conceitos de capital social, território e desenvolvimento territorial sustentável. A criação de capital social pode ser o elo que faltava para a efetividade das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento territorial. Reconhecemos que ainda existe um amplo debate para a sua conceitualização, bem como sobre suas implicações nos processos sociais e, em particular, para as estratégias de desenvolvimento territorial.

Um conceito ao ganhar relevância no debate acadêmico, enseja imediatamente a reconstituição de sua gênese. Uma linha interessante de pesquisa e que foi negligenciado na literatura ortodoxa, salvo as exceções de praxe, diz respeito à importância dos valores éticos para o funcionamento corrente da economia e para engendrar processos virtuosos de desenvolvimento econômico.

Neste aspecto, um trabalho importante é o de CASTAÑO Martínez, que trata de fazer um lineamento dos valores éticos que constituem o capital social, remontando a Aristóteles, Mostesqueieu, Ricard e Adam Smith, passando mais recentemente por Alexis de Tocqueville (CASTAÑO Martínez, 2005:131-133).

Nos livros IV e V da *Ética à Nicômaco*, Aristóteles faz referências a valores éticos como a amabilidade, a sinceridade e a reciprocidade, que são elementos constituintes do capital social⁴⁸. No entanto, ao nos referirmos ao capital social, isso não

⁴⁸ Ao nos referirmos ao termo capital social, estamos considerando ao capital social tal como definido por Putnam e Gross, como consistindo naquele conjunto de redes sociais e normas de reciprocidade

significa que a mera existência de normas por si só gere capital social. Considera-se muito mais que sua presença conduza à cooperação entre grupos e que esta tenha virtudes éticas, tais como a honestidade, a manutenção de compromissos, o cumprimento de deveres e a reciprocidade.

Aristóteles considera que a forma como a maioria dos homens obtém a felicidade é através da vida política, já que esta exhibe características da vida feliz. Algumas das virtudes éticas apontadas por Aristóteles para se alcançar a felicidade são justamente as mesmas que são indispensáveis para a criação do capital social, a saber, a amabilidade, a sinceridade, a reciprocidade e a amizade. Sobre a amizade diz Aristóteles:

“... a amizade é uma virtude ou algo acompanhado de virtude e, ademais, é o mais necessário para a vida. Com efeito, sem ela ninguém quereria viver, andá que tivesse outros bens; inclusive os que possuem riqueza, autoridade ou poder parecem necessitar sobretudo de amigos(...). Na pobreza e nas demais desgraças, consideramos aos amigos como o único refúgio (...). A amizade também parece manter unidas as cidades, e os legisladores se orgulham mais por ela que pela justiça. Com efeito, a concórdia parece ser algo semelhante a amizade e a ela se aspira sobretudo e, em troca, procuram principalmente expulsar a discórdia, que é inimidade. E quando os homens são amigos, nenhuma necessidade há de justiça, porém ainda sendo justos, sim necessitam da amizade, e parece que são os justos os que são mais capazes de amizade” (ARISTÓTELES, 1995: p. 322-323. Apud: CASTAÑO Martínez, 2005: p. 135. Tradução livre).⁴⁹

Como se pode depreender os efeitos positivos da amizade é equivalente ao que modernamente se chama de capital social. Ou seja, são os vínculos sociais que emergem dos distintos tipos de amizade e as virtudes éticas a eles associados favorecem um funcionamento mais eficiente das sociedades e das atividades econômicas, sendo também importantes pelas normas de conduta que lhe dão suporte (CASTAÑO Martínez, 2005: p.135).

Nos autores clássicos também encontramos diversas referências sobre a importância dos valores morais para encorajar o comércio e de como este também contribui para a emergência de valores morais. Em Montesquieu encontramos esta idéia

associadas a eles que, da mesma forma que o capital físico e o capital humano, criam valor tanto em termos individuais como coletivo (PUTNAM e GOSS, 2003: p.14. Apud, CASTAÑO Martínez, 2005: p. 132).

⁴⁹ A edição brasileira apresenta uma tradução ligeiramente diferente (ARISTÓTELES, 2002: p. 215-216).

quando afirma que “o comércio aperfeiçoa e suaviza os modos bárbaros, como vemos todos os dias”⁵⁰ (CASTAÑO Martinez, 2005: p.132-133. Apud, FUKUYAMA, p. 2001).

O autor onde se acha mais desenvolvida esta idéia do mútuo benefício entre o comércio e o desenvolvimento de valores morais foi Samuel RICARD em 1704, mantendo-se influente por todo o século 18, onde aponta a vantagem da fama de ser honesto. Para ele “o comércio une [aos homens] entre si através do benefício mútuo ... Através do comércio, o homem aprende a deliberar, a ser honesto, a adquirir modos, a ser prudente e reservado tanto na fala, como na atuação. ao captar a necessidade de ser inteligente e honesto para triunfar foge dos vícios ou, pelo menos, seu comportamento mostra decência e seriedade, a fim de não levantar nenhuma valoração adversa de seus conhecidos presentes e futuros” (HIRSCHMAN, 1982: 1465, Apud, CASTAÑO MARTÍNEZ, 2005: 132).

Adam Smith também reconhecia os efeitos moralizadores do comércio (*doux commerce*), reconhecendo que o comércio fomentava a pontualidade, a prudência e a honestidade, além de melhorar a vida dos trabalhadores pobres por torná-los menos dependentes de seus superiores sociais. Não se pode negligenciar o fato de que Adam Smith foi um filósofo moral e que em seu sistema a moral desempenha um papel importante em sua defesa do capitalismo. Na *Teoria dos Sentimentos Morais*, mas também na *Riqueza das Nações*, SMITH concebe a atividade econômica se desenvolvendo dentro da comunidade, tomando em consideração uma série de componentes morais da sociedade, uma vez que o indivíduo não pode ser concebido senão no interior de uma comunidade humana, constituída por um conjunto de instituições políticas e econômicas. SMITH estuda em conjunto o comportamento social e econômico e, portanto, os valores éticos, fato negligenciados pelos comentadores apologéticos do liberalismo econômico smithiano, com evidente prejuízo para a consolidação da economia enquanto uma ciência normativa.

Com o predomínio do individualismo metodológico e do advento do homem econômico racional, há uma radical separação entre ética e economia. Os valores morais constitutivos do capital social passam progressivamente para o domínio de outros ramos das ciências sociais.

⁵⁰ MONTESQUIEU. *Do Espírito das Leis*, IV.xx, p. 289-301 / IV.xxi p. 303-330.

Na Ciência Política um autor que compreendeu a importância dos valores morais foi Alexis de TOCQUEVILLE em sua obra *A Democracia na América*, escrito em 1835, fruto de observações diretas do autor da sociedade americana. TOCQUEVILLE observa prevalecer nos Estados Unidos, em contraste com seu país de origem, a França, uma rica “arte associativa”. Observou o amplo costume da população para reunirem-se em associações voluntárias, tanto com objetivos triviais como por motivos relevantes.

4.2. Os Pioneiros

Trataremos inicialmente dos trabalhos dos mais importantes autores que foram pioneiros no uso do termo na acepção atual, tal como será explicitado mais abaixo, sem nenhuma pretensão de efetuar uma exegese ou de adentrar no tortuoso caminho da busca da origem.

Ao que tudo indica, o termo capital social foi usado pela primeira vez pelo jovem educador Lyda Judson HANIFAN, em 1916, para referir-se ao fato de que o aumento da pobreza em centros comunitários rurais estava gerando decréscimo da sociabilidade e das relações de vizinhança entre a população local. Observou que a comunidade se beneficiava da cooperação de todos quando desenvolviam o hábito de se relacionar, seja por razões sociais, de lazer ou econômicas e que esse “capital social”, ie, essa rede de relações pode ser orientada para promover o desenvolvimento da comunidade (D’ARAÚJO, 2003: p. 23-24).

Adianta que no uso do termo “capital social”, a menção ao termo capital não se refere à acepção usual, a não ser em sentido figurativo:

Não fazemos referência a imóveis, à propriedade particular ou ao dinheiro, mas, sim, àquilo que na vida tende a fazer com que esses elementos tangíveis tenham a importância maior na vida diária das pessoas: boa vontade, companheirismo, simpatia, e inter-relações sociais entre os indivíduos e as famílias que compõem uma unidade social – a comunidade rural, cujo centro lógico é, na maioria dos casos, a escola. Assim como em uma organização empresarial, na construção de uma comunidade, é preciso que haja um acúmulo de capital antes que o trabalho de construção possa ser feito...

Em outra passagem significativa para o significado de Capital Social, HANIFAN aponta que:

“Agora podemos passar facilmente da corporação empresarial para a corporação social, a comunidade, e podemos achar muitos pontos de singularidade. Se abandonado à própria sorte, o indivíduo é socialmente impotente. Mesmo a associação dos membros de uma família fracassa na satisfação daquele desejo que todo o indivíduo normal tem de estar junto de seus companheiros, de fazer parte de um grupo maior do que a sua família. Se ele entrar em contato com os seus vizinhos, haverá um acúmulo de capital social que poderá imediatamente satisfazer as suas necessidades sociais e disseminar uma potencialidade social suficiente para uma melhoria significativa de vida na comunidade inteira. Como um todo a comunidade se beneficiará da cooperação de todas as suas componentes, enquanto o indivíduo encontrará nas suas associações as vantagens da ajuda, da simpatia, e do companheirismo dos vizinhos. Então, primeiro deve haver um acúmulo de capital social comunitário. Tal acúmulo pode ser efetivado por meio de entretenimentos públicos, piqueniques, e uma variedade de outras reuniões comunitárias. Quando as pessoas de uma determinada comunidade se familiarizarem umas com as outras e formarem o hábito de se reunir ocasionalmente para fins de entretenimento, inter-relacionamento social e prazer pessoal, então, através de uma liderança hábil, este capital social poderá facilmente ser direcionado para a melhoria geral do bem-estar da comunidade”⁵¹.

Ou seja, o capital social é concebido claramente como um ativo que habilmente utilizado, gera laços capazes de aumentar o bem-estar da comunidade. Trata-se, aqui do estabelecimento de redes de sociabilidade primária que facilitam a cooperação.

A urbanista Jane JACOBS, quarenta e cinco anos mais tarde, em sua obra clássica *The Death and Life of Great American Cities (A Morte e a Vida das Grandes Cidades Americanas)*, vai retomar o termo para referir-se a importância das redes informais de sociabilidade nas grandes cidades americanas e de que tais redes em áreas urbanas de uso misto se constituíam em uma forma de capital social que favorecia a segurança pública. Destaca que:

“Estas redes são o capital social insubstituível de uma cidade. Sempre que o capital é perdido, seja de que causa for, a renda gerada a partir dele desaparece, não retornando jamais até que, e a menos que, capital novo seja lenta e perigosamente acumulado”⁵².

⁵¹ Original disponível no endereço: www.analytictech.com/networks/definitions_of_social_capital.htm, em inglês. Acesso em 03/03/07.

⁵² Idem.

Em seguida, temos as contribuições do antropólogo sueco Ulf HANNERZ, que em 1969, usou o termo em seus estudos clássico acerca de um bairro pobre habitado por negros em Washington - *Soulside. Inquiries into Ghetto Culture and Community* – para se referir “aos recursos refletidos em favores que os amigos e conhecidos faziam uns para os outros como parte de se contender a pobreza” (BRIGGS, 1998: p. 188).

Outro autor importante é Glenn LOURY. Segundo PORTES, uma outra fonte contemporânea é o trabalho do economista Glen LOURY (1977; 1981), que utilizou o conceito para efetuar sua crítica às teorias neoclássicas da desigualdade racial de rendimentos e às suas implicações de política. Para LOURY as teorias econômicas ortodoxas eram excessivamente individualistas, concentrando-se exclusivamente no capital humano individual e na concepção de que o mercado de trabalho é um campo nivelado em termos de vantagens competitivas diante do atributo de capacidades. Apontou que medidas para promoção de ascensão social dos negros, pelo fato de que a pobreza herdada de pais negros, transmitida aos seus filhos sob a forma de recursos materiais reduzidos e capacidades educativas inferiores e de que, concomitantemente esses jovens mantêm pobres relações com o mercado de trabalho e poucas informações sobre a disponibilidade de oportunidades impedem que frente a indivíduos em condições semelhantes, tenham sucesso em melhorar sua posição social.

Então para LOURY,

A noção meritocrática segundo a qual, numa sociedade livre, cada indivíduo ascenderá ao nível definido pela sua competência entra em conflito com a observação de que ninguém percorre esse caminho completamente só. O contexto social em que ocorre a maturação individual condiciona fortemente aquilo que, de outra forma, indivíduos de competências equivalentes poderiam alcançar. Isto implica que a igualdade absoluta de oportunidades, é um ideal inalcançável. (LOURY, 1977: p. 176)⁵³

Loury apreciava a literatura sobre mobilidade intergeracional e herança racial, para seus argumentos anti-individualista. Foi nesse contexto que utilizou uma única vez o conceito de capital social para captar as diferenças de acesso às oportunidades observadas para a juventude minoritária (negros) e não minoritária em função das

⁵³ Original disponível no endereço: www.analytictech.com/networks/definitions_of_social_capital.htm, em inglês. Acesso em 03/03/07.

respectivas ligações sociais; mas nele não se encontra qualquer tratamento sistemático das suas relações com outras formas de capital.

Importa ressaltar que os trabalhos sobre o capital social assumem uma feição multidisciplinar e, por que não dizer, multidimensional. Podemos apontar trabalhos no âmbito da sociologia econômica, da economia institucional, da sociologia do desenvolvimento, do neo-institucionalismo, dentre outros campos de estudo.

Ressalte-se, no entanto, que ao referir-se a temas como as relações de reciprocidade e cooperação no interior de determinados grupos sociais, o conceito de capital social retoma um aspecto que remonta ao nascimento da sociologia clássica, em especial a Durkheim, o verdadeiro fundador da disciplina no final do século XIX. A novidade em seu tratamento na atualidade está em não tomar essas relações por suas características intrínsecas, mas pelo seu valor como capital, ou seja, pela sua utilização por agentes como recursos mobilizáveis para alcançar determinados fins. Além do mais o conceito permite realizar a articulação dos planos micro e macro sociológicos, que tem desafiado os estudiosos a partir da crise das grandes teorias sociais na década de 1980.

O conceito de Capital Social tem recebido enorme atenção na literatura social, a partir das contribuições de COLEMAN e PUTNAN, apesar do termo em seus sentidos de uso corrente, seja bem mais antigo. Para organizar nossa discussão vamos apresentar, no Quadro 2, os principais conceitos de capital social utilizados na literatura social internacional, tal como sistematizados por MILANI, após o que centraremos nossa análise na contribuição dos autores supramencionados, de forma a atender os objetivos propostos para o desenvolvimento desta dissertação.

Quadro 2 - Síntese de algumas definições de capital social

Autor	Definição	Variáveis	Ênfase	Benefícios
Pierre Bourdieu	Conjunto de recursos reais ou potenciais resultantes do fato de pertencer, há muito tempo e de modo mais ou menos institucionalizado, a redes de relações de conhecimento e reconhecimento mútuos.	A durabilidade e o tamanho da rede de relações. As conexões que a rede pode efetivamente mobilizar.	Parte do princípio de que o capital e suas diversas expressões (econômico, histórico, simbólico, cultural, social) podem ser projetados a diferentes aspectos da sociedade capitalista e a outros modos de produção, desde que sejam considerados social e historicamente limitados às circunstâncias que os produzem.	Individuais e para a classe social a que pertencem os indivíduos beneficiados.
James Coleman	O capital social é definido pela sua função. Não é uma única entidade (<i>entity</i>), mas uma variedade de entidades tendo duas características em comum: elas são uma forma de estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos que se encontram dentro desta estrutura social.	Sistemas de apoio familiar. Sistemas escolares (católicos) na constituição do capital social nos EUA. Organizações horizontais e verticais.	Adepto da teoria da escolha racional (e de sua aplicação na sociologia), acreditava que os intercâmbios (<i>social exchanges</i>) sociais seriam o somatório de interações individuais.	Resultam da simpatia de uma pessoa ou grupo social e do sentido de obrigação com relação a outra pessoa ou grupo social.

Robert Putnam	Refere-se a aspectos da organização social, tais como redes, normas e confiança, que facilitam a coordenação e a cooperação para benefício mútuo.	Intensidade da vida associativa (associações horizontais), leitura da imprensa, número de votantes, membros de corais e clubes de futebol, confiança nas instituições públicas, relevância do voluntariado.	Na visão de Putnam, a dimensão política se sobrepõe à dimensão econômica: as tradições cívicas permitem-nos prever o grau de desenvolvimento, e não o contrário. A “performance institucional” está condicionada pela comunidade cívica.	Individuais e coletivos.
Mark Granovetter	As ações econômicas dos agentes estão inseridas em redes de relações sociais (<i>embeddedness</i>). As redes sociais são potencialmente criadoras de capital social, podendo contribuir na redução de comportamentos oportunistas e na promoção da confiança mútua entre os agentes econômicos.	Duração das relações (consideradas positivas e simétricas). Intimidade. Intensidade emocional. Serviços recíprocos prestados.	Granovetter critica as duas visões do comportamento econômico: a visão neoclássica, que ele qualifica de sub-socializada, visto que percebe apenas os indivíduos de forma atomizada, desconectado das relações sociais; e a estruturalista e marxista, que ele qualifica de super-socializada, porquanto os indivíduos são considerados em dependência total de seus grupos sociais e do sistema social a que pertencem.	O capital social seria um bem público e um bem privado, ao mesmo tempo.
John Durston	Corresponde ao conteúdo de certas relações sociais – aquelas que combinam atitudes de confiança com condutas de reciprocidade e cooperação – que proporciona maiores benefícios àqueles que o possuem.	Confiança. Reciprocidade. Cooperação.	O capital social está para o plano das condutas e estratégias como o capital cultural está para o plano abstrato dos valores, princípios, normas e visões de mundo. Tipologia do capital social: individual (relações entre pessoas em redes egocentradas), grupal (extensão de redes egocentradas), comunitário (caráter coletivo, ser membro é um direito), de ponte (acesso simétrico a pessoas e instituições distantes), de escada (relações assimétricas que em contextos democráticos, empoderam e produzem sinergias) e da sociedade como um todo.	De individual a social (de acordo com a tipologia de capital social).
David Robinson	Refere-se a um conjunto de recursos acessíveis a indivíduos ou grupos enquanto são de uma rede de conhecimento mútuo. Esta rede é uma estrutura social e tem aspectos (relações, normas e confiança) que ajudam a desenvolver a coordenação e a cooperação e a produzir benefícios comuns.	Relações de confiança. Oportunidades de interação e lugares de encontro. Obrigação e reciprocidade. Acesso ao conhecimento.	O capital social é cumulativo e pode aumentar em função de: ambiente legal e político, termos do compromisso (quais são os valores que dominam no sistema social?), regras do compromisso (formas assumidas pelas relações sociais e transparência das informações), processos de interação (deliberação).	Benefícios comuns (que satisfaçam, ao mesmo tempo, o indivíduo e a coletividade, por meio de negociação).

Fonte: MILANI (2004: p. 44)

4.3. O Capital social na Teoria Social de James Coleman

Uma definição simples de capital social é a de COLEMAN, segundo o qual ele “é criado quando as relações entre as pessoas mudam de acordo com formas que facilitam a ação” (COLEMAN (1990: p. 304; Apud, MARQUES, 2001: p.102). Dessa forma, o capital social diz respeito simultaneamente a obrigações, expectativas, partilha de informações, normas, sanções e organização social. Além do mais, apresenta características de facilitador de ações e propiciador de iniciativas por agentes situados em determinadas posições da estrutura social. É, portanto, um ativo disponível que pode ser convenientemente mobilizado para atingir determinados objetivos que seriam difíceis de serem alcançados na sua ausência).

Na linha da sociologia anglo-saxônica um autor que foi pioneiro na introdução do conceito na Teoria Social foi COLEMAN, em 1988, para incorporar a estrutura social na teoria da escolha racional (*rational choice theory*)⁵⁴, no intuito de evitar o sobre-dimensionamento que esta corrente teórica faz da perspectiva individual, ou seja, rejeita o individualismo extremo presente nesta perspectiva teórica, e de estender sua aplicação para além do campo econômico em direção de outros sistemas sociais.

Em pesquisa realizada com estudantes secundaristas nos anos 60, de diversas gerações, onde procurava identificar a influência dos estudantes mais velhos sobre os mais jovens em questões como participação social, liderança e participação em clubes recreativos. Para ele, existiriam duas grandes correntes intelectuais na descrição e explanação da ação social. Uma delas, que caracterizaria o trabalho da maioria dos sociólogos, considerava o ator socializado e a ação determinada por normas sociais, regras e obrigações. O principal mérito dessa corrente estaria na habilidade de descrever a ação em seu contexto social e explicar a ação como constrangida e direcionada pelo contexto social. A outra corrente, predominante entre os economistas, considerava o ator com objetivos independentes e inteiramente voltados aos seus próprios interesses. Sua principal virtude estaria no princípio da ação entendida como maximização utilitária, defendendo a inclusão, no desenvolvimento da teoria sociológica, de componentes das duas correntes: a aceitação do princípio da ação racional ou ação

⁵⁴ A teoria da Ação Racional está baseada na idéia da existência de uma correlação racional entre meios e fins. Veja-se, COLEMAN (1990).

propositiva e a tentativa de apresentar como este princípio, em determinado contexto social, pode contar não somente com a ação de indivíduos em contextos particulares mas também no desenvolvimento da organização social. Em sua concepção, *capital social* é um recurso presente na ação, introduzindo a estrutura social no paradigma da ação racional (COLEMAN, 1988, 1990).

COLEMAN analisou algumas formas assumidas pelo capital social: obrigações e expectativas; confiabilidade das estruturas; canais de informação e normas sociais. As obrigações e expectativas constituem o relacionamento entre os indivíduos e pode ser feita uma analogia com o capital financeiro. Em suas palavras:

"(...) se A faz alguma coisa para B, confia que B responderá reciprocamente no futuro; isto estabelece uma expectativa em A e uma obrigação por parte de B. Esta obrigação pode ser entendida com um crédito potencial mantido por A em relação ao desempenho de B. Se A mantém uma grande quantidade destes créditos potenciais, para um número de pessoas que se relacionam com A, então, a analogia com o capital financeiro é direta. Estes créditos passam a constituir um passivo ao qual A pode recorrer se necessário - a menos, é claro, se a aposta na confiança tenha sido imprudente, e estes sejam débitos ruins que não poderão ser reembolsados." (COLEMAN, 1988: p. 102)

Percebe-se, portanto, que essa forma de capital social funcione adequadamente, ela depende essencialmente da confiabilidade no meio social circundante, no sentido de que essas obrigações sejam pagas, fato que constitui a garantia da manutenção dessas relações. No entanto, como nem todas as estruturas sociais funcionam da mesma maneira, temos que um mesmo indivíduo tenha comportamento diferente em outras estruturas sociais, gerando graus de confiança desiguais e aumentando os riscos dessa forma de "capital". Em outros termos o *capital social* depende da estabilidade das instituições e sua ruptura implica na perda desse capital, com o fim das regras e normas aceitas socialmente. Em suas palavras:

“O capital social é definido pela sua função. Não é uma única entidade, mas uma variedade de entidades diferentes que têm duas características em comum: todas elas consistem de algum aspecto de estruturas sociais, e elas facilitam certas ações de indivíduos que estão dentro daquela estrutura. Como outras formas de capital, o capital social é produtivo e torna possível o alcance de certos fins que não seriam atingíveis sem ele. Como capital físico e capital humano, o capital social não é completamente substituível, mas é substituível com respeito a certas atividades. Uma determinada forma de

capital social valiosa na facilitação de certas ações, pode ser inútil ou até mesmo prejudicial para outras. Ao contrário de outras formas distintas de capital, o capital social baseia-se na estrutura de relações pessoa-a-pessoa e entre as pessoas. Ele não se finca em indivíduos nem em implementos físicos de produção.”⁵⁵

Em COLEMAN não encontramos explicitamente uma definição de capital social. Contudo, sua análise permite a identificação de algumas de suas propriedades, tais como, seu caráter produtivo e sua intangibilidade, em comparação com o capital físico, uma vez que está enraizado nas relações sociais.

A característica de bem público, conforme explicitado acima, na verdade constitui-se num atributo específico do capital social, quando tomado em comparação com outras formas de capital:

“Uma propriedade compartilhada pela maioria das formas de capital social que o diferencia de outras formas de capital é seu aspecto de bem público: o ator que ordinariamente gera capital social só captura uma pequena parte de seus benefícios, um fato que conduz a sub-investimento em capital social” (COLEMAN, 1988: p. 119)⁵⁶.

A partir de sua abordagem podemos apontar três formas nas quais este recurso se manifesta: i) nas obrigações e expectativas que se estabelecem entre dois atores quando se trocam favores (relações de reciprocidade), ii) nos canais de informação que existem nas relações sociais, que, ao mesmo tempo, são um insumo para a ação e iii) nas normas e sanções sociais que facilitam algumas ações e sancionam outras. COLEMAN sugere ainda, a existência de relação entre o capital social, o capital humano e o capital econômico, onde a preexistência do primeiro facilita a geração dos demais tipos de capital.

⁵⁵ No original: “Social capital is defined by its function. It is not a single entity, but a variety of different entities having two characteristics in common: They all consist of some aspect of social structures, and they facilitate certain actions of individuals who are within that structure. Like other forms of capital, social capital is productive, making possible the achievement of certain ends that would not be attainable in its absence. Like physical capital and human capital, social capital is not completely fungible, but is fungible with respect to certain activities. A given form of social capital that is valuable in facilitating certain actions may be useless or even harmful for others. Unlike other forms of capital, social capital inheres the structure of relations between persons and among persons. It is lodged neither in individuals nor in physical implements of production.”. Original disponível no endereço: www.analytictech.com/networks/definitions_of_social_capital.htm, em inglês. Acesso em 03/03/07.

⁵⁶ Bem público no sentido de que seu consumo não é excludente e, ademais, não se desgasta com o uso.

COLEMAN também considera que a informação pode ser considerada como uma forma de capital social uma vez que ela faz parte das relações sociais por meio de trocas permanentes entre os indivíduos, fornecendo uma base para a ação social. Tal se dá, por exemplo, quando uma pessoa passa para outra uma determinada notícia importante para ela, mas que lhe tinha passado despercebida. O mesmo se dá com informações que circulam entre familiares ou grupos próximos sobre empregos ou outras oportunidades de ganho, de tal forma que seu uso e manutenção podem ser utilizados para diferentes propósitos. Entretanto, sua aquisição leva tempo, ou seja, tem custos, exigindo atenção permanente por parte de seus membros.

Para COLEMAN a existência e a efetividade das normas e sanções sociais são importantes formas de capital social ao funcionarem no interesse da coletividade. Normas podem ser entendidas no sentido durkheimiano do termo, quando interiorizada pelas pessoas, como no sentido externo, enquanto imposta como forma de repressão efetiva contra atitudes que se contrapõem ao interesse da coletividade. Na verdade, atuam como um poderoso instrumento de manutenção do controle social, inibindo, por exemplo, o crime através da repressão direta, ou pelo constrangimento de comportamentos anti-sociais. Podem, por outro lado, facilitar a eclosão de movimentos sociais, seja por sua aplicação ou abolição, engendrando a emergência de atividades mutualistas, como na provisão de bens escassos, ou provendo políticas públicas voltadas para os interesses do conjunto da sociedade (boa governança).

O capital social também se deprecia como as outras formas de capital. Mas, nesse caso, sua criação, manutenção ou destruição depende das relações de confiança e proximidade, permitindo a realização de objetivos comuns ou atuando na defesa do grupo contra ações adversas de terceiros. Como resultado, a comunidade pode dispor do conhecimento acumulado para outras finalidades, ou seja, acumulam um capital social em decorrência dessa ação, reforçando os laços de confiança que podem ser mobilizados em outras situações.

Da análise da contribuição de COLEMAN pode-se inferir que a *confiança* é o resultado de *normas de reciprocidade*, presentes nos processos de socialização e das sanções implícitas ou explícitas contidas nesses processos. Por outro lado, as normas transferem o direito de controle da ação de um ator para outros, uma vez que a ação é geradora de externalidades que podem ter conseqüências positivas ou negativas.

Seguindo GRANNOVETER, a confiança construída por meio de redes sociais e relações pessoais é um resultado da interiorização de normas de reciprocidade, incrustadas nas relações econômicas, presentes mesmo nas sociedades modernas apesar do intenso processo de modernização e racionalização pelas quais passaram. Na verdade, mais do que os arranjos institucionais ou a moralidade generalizada seriam as relações que produziram a confiança na vida econômica, explicando a maioria das transações econômicas, que por si só, tem como seu pressuposto básico o conhecimento dos parceiros e a observância de regras morais entre eles.

4.4. O Capital Social na Perspectiva de Robert Putnam

O termo capital social é uma “ampliação teórica do termo ”capital”, no sentido de que, a expressão procurar abarcar conteúdos não cobertos pela noção estrita de capital, nem pela de capital humano, abrangendo aqueles atributos referentes à presença e qualidade das relações sociais para o desencadeamento do processo de desenvolvimento. Diz respeito ao conjunto de relações sociais que se encontram “institucionalizadas”, sob a forma de normas ou de redes sociais, representando o acúmulo de práticas sociais, culturalmente incorporadas nas histórias das relações de grupos, comunidades ou classes sociais. Ou, como o define: “o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” PUTNAN, 1993/2000: 177).

O que importa destacar é que no conjunto de relações sociais que se processam sob a forma de normas ou redes, operam os atributos culturais da reciprocidade, da confiança e da cooperação, de tal forma que, embutido na noção de capital social temos tanto componentes de natureza cultural, como outros de natureza “estrutural”, inerentes às relações sociais propriamente ditas, que são as próprias normas ou redes sociais que lhe dão suporte.

Na literatura internacional – hoje bastante intensa -, o enfoque concedido à temática do capital social tem envolvido diversas disciplinas, assumindo sua construção teórica um caráter francamente multidisciplinar. Os estudos também têm avançado consideravelmente no campo da economia, principalmente através da brecha aberta com

a utilização da teoria da escolha racional e do individualismo metodológico, assumido pela maioria dos autores de procedência anglo-saxônica. No campo heterodoxo temos o desenvolvimento de pesquisas sobre a “economia difusa” ou os “distritos industriais”, onde as relações sociais estabelecidas pelos agentes se processam ao mesmo tempo sob a égide da emulação, mas também da reciprocidade e cooperação, de que são exemplos notórios os casos de sucesso de territórios do capitalismo de “ponta”, como é o caso do “Vale do Silício” nos Estados Unidos ou o exemplo paradigmático da “Terceira Itália”, na Região da Emília Romana.

A apresentação da síntese do debate, ocorrido na literatura internacional, acerca da evolução sobre a concepção em relação ao capital social será iniciada com a obra de PUTNAM (2000)⁵⁷ - “Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna”. Esta opção está motivada no fato desta obra ter sido central nas discussões sobre a importância e o conceito do capital social. As conclusões deste autor, presentes no seu livro supracitado, provocaram inúmeras reflexões, reações e críticas por parte de muitos autores relacionados a esta temática.

O trabalho de PUTNAM (2000) foi fundamental para a amplitude que o tema do capital social ganhou no debate acadêmico e nas propostas de ação dos órgãos multilaterais de fomento. Embora a sua obra tenha merecido uma enorme atenção e tenha sido exaustivamente analisada em diversos campos e estudos particulares no âmbito das ciências sociais, uma avaliação mais detalhada de sua obra torná-se imprescindível para a fundamentação teórica deste trabalho.

O trabalho de PUTNAM teve como ponto de partida o estudo do desempenho dos governos regionais criados em 1970. A Itália passou por um processo de reunificação tardia, assumindo sua atual configuração em 1870. À fragmentação anterior consolidou-se um governo fortemente centralizado, concentrando Roma todo o poder político e recursos públicos, os quais eram redistribuídos de acordo com os interesses do poder central. Em 1970 foram criados quinze novos governos regionais, que se somaram a outros cinco anteriormente criados. A base empírica utilizada na investigação da equipe de Putnam foram estes novos governos regionais criados. A situação foi descrita pelo autor nos seguintes termos:

⁵⁷ A Edição em inglês desta obra, que causou grande impacto na literatura internacional, é PUTNAM, R. (1993) “Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy, Princeton University Press.

“No início dos anos 90, os novos governos, mal contando duas décadas de existência, gastavam quase um décimo do produto interno bruto italiano. Todos os governos tinham se tornado responsáveis por áreas como assuntos urbanos, agricultura, habitação, hospitais e serviços de saúde, obras públicas, ensino profissionalizante e desenvolvimento econômico. Embora os regionalistas continuassem se queixando das limitações impostas pelas autoridades centrais, todas as novas instituições já dispunham de autoridade suficiente para serem postas à prova. No papel, essas 20 instituições são praticamente idênticas e dispõem virtualmente dos mesmos poderes” (PUTNAM, 1996, p. 22).

O relato de PUTNAM, em sua obra maior, expressa bem as condições extraordinariamente favoráveis em que a pesquisa se desenvolveu ao longo de vinte anos. Na primeira parte de seu trabalho procurou descobrir de que forma a “mudança institucional” exerceram influência na identidade, no poder e na estratégia dos atores políticos. Seu procedimento consistiu em tomar como variável independente a mudança institucional para verificar a influência e as alterações ocasionadas no ambiente social e político, a saber nos atores e nas relações sociais, nas diferentes regiões italianas. Tendo como base os estudos institucionalistas, tomou como hipótese de base a consideração de que “(...) as instituições moldam a política. As normas e os procedimentos operacionais típicos que compõem as instituições deixam sua marca nos resultados políticos na medida em que estruturam o comportamento político” (PUTNAM, 2000: 23).

PUTNAM realizou um exaustivo estudo empírico durante vinte anos sobre o processo de descentralização realizado na Itália, procurando compreender quais os fatores que foram decisivos para a diferença de desempenho dos governos regionais no sul e no norte da Itália, entre 1970 e 1989, período no qual se deu a partir do governo central, o estabelecimento dos governos regionais. Essa iniciativa visava reduzir os níveis de desigualdade regionais entre o norte desenvolvido e o sul deprimido, a fim de que a Itália alcançasse maior eficiência econômica, a partir de um desempenho mais eficaz das administrações regionais. Sua principal conclusão foi a de que o capital social constituiu-se no principal determinante do nível de riqueza econômico alcançado e na formação de um bom governo local. A natureza das relações sociais foi o fator determinante do desenvolvimento alcançado.

A pesquisa revelou que o processo de mudança institucional, com o estabelecimento de governos regionais, ocasionou significativa alteração no

comportamento das lideranças políticas regionais, transformando a cultura da elite política regional. Em entrevistas realizadas entre 1970 e 1989, com políticos membros dos conselhos regionais e comunitários, constatou a profunda despolarização ideológica e o aumento do pragmatismo político-administrativo entre eles (PUTNAM, 2000: p. 29).

A despolarização ideológica gerou um clima favorável ao aumento da “(...) tolerância entre as diferentes linhas partidárias. (...) Quando da criação dos governos regionais, havia maior hostilidade entre os conselheiros recém-eleitos dos diferentes partidos do que entre seus respectivos eleitores. Duas décadas depois, essa tendência inverteu-se totalmente, e as relações intra-partidárias eram consideravelmente mais abertas e tolerantes entre os políticos regionais do que entre os eleitores” (PUTNAM, 2000: p. 44).

Ademais, as responsabilidades oriundas do ato de governar fizeram com que aumentasse as preocupações de natureza técnica e administrativa comparativamente com as de cunho partidário ou ideológico. Assim, “Após uma década de governo regional, os líderes regionais haviam se tornado menos teóricos e utópicos e menos preocupados em defender os interesses de certos grupos regionais em detrimento de outros. As questões práticas de cunho administrativo, legislativo e financeiro adquiriram maior relevo” (PUTNAM, 2000: p. 49).

A pesquisa revelou também a criação de um novo ambiente institucional em cada nível regional. Desenvolveu-se, então, “(...) uma clara tendência ao predomínio das lideranças regionais, cada vez mais independentes das forças externas (mas não imunes a elas). (...) Dentro dos limites da democracia representativa, cada vez mais competia aos líderes da nova instituição conduzir o seu próprio destino. (...) Em consequência dessa ampliação do poder e da [autonomia] regionais, os políticos regionais tornaram-se mais relutantes em seguir a orientação partidária nacional quando ela contrariava interesses regionais” (PUTNAM, 2000: p. 53-55).

Um dos resultados fundamentais a que chegou PUTNAM foi o de que o impacto das tradições cívicas foi maior no desenvolvimento socioeconômico, medido em termos de industrialização e saúde pública, do que o contrário. O civismo revelou-se um poderoso determinante dos atuais níveis de desenvolvimento socioeconômico, mantendo-se constante os níveis prévios de desenvolvimento. Em sentido contrário, o impacto do desenvolvimento socioeconômico, medido em termos de emprego na

agricultura e emprego na indústria, foi praticamente nulo nas tradições cívicas. O civismo revelou-se um melhor indicador dos níveis de emprego, mesmo mantendo-se constantes as tradições culturais. Putnam sugere, então que é preferível conhecer as condições culturais de uma região na década de 1900 para prognosticar o nível de emprego na década de 70, do que o contrário.

“a economia não serve para prognosticar o civismo, mas o civismo serve para prognosticar a economia, mais até do que a própria economia. (...) [Portanto], **as possibilidades de desenvolvimento sócio-econômico de uma região neste século dependem menos do seu potencial sócio-econômico do que de seu potencial cívico.**” (PUTNAM 2000: p.166). Grifo acrescentado)

Este argumento é surpreendente para a maioria dos economistas formados na tradição ortodoxa e suscitou inúmeros debates. Putnam é enfático na influência da tradição cívica sobre o desenvolvimento sócioeconômico, ao afirmar que as tradições cívicas “ajudam a explicar por que o Norte conseguiu reagir mais eficazmente do que o Sul aos desafios e oportunidades dos séculos XIX e XX.”(PUTNAM, 2000: p. 169) e de que, a rigor, essa eficácia reside em mecanismos institucionais estruturadores⁵⁸, dentre os quais “as normas e os sistemas de participação cívica”. No entanto, mais adiante, pondera relativizando que,

“seria ridículo supor que as tradições cívicas examinadas (...) são o único — ou mesmo o mais importante — fator determinante da prosperidade econômica. (...) Nosso modelo de duas variáveis é demasiado simples para dar conta de todos os fatores capazes de influenciar o progresso econômico regional, tais como recursos naturais, situação em relação aos principais mercados e políticas econômicas nacionais. Seriam necessários estudos muito mais aprofundados (inclusive estudos no nível sub-regional) para corroborar a argumentação histórica aqui formulada.” (PUTNAM, 2000: p. 171) e de que os “dados atestam que, nessas interações, o nexos ‘economia vs civismo’ não é predominante. **As normas e as instituições cívicas não são meramente a esteira deixada pelo progresso econômico.**” (PUTNAM, 2000: p. 171. grifo acrescentado).

Para se compreender o posicionamento do autor, deve-se ter presente a importância que ele concede ao “*poder das continuidades históricas para influenciar o desempenho institucional*” (PUTNAM, 2000: p.171. Itálico acrescentado), que podem

⁵⁸ Referência em particular ao sucesso dos distritos industriais italianos, à “Terceira Itália”.

gerar a combinação de círculos viciosos (estimulados pela pobreza) ou virtuosos (estimulados pela prosperidade). Em cada caso temos um efeito cumulativo, cuja qualidade do potencial cívico que é reforçada quando opera o mecanismo dos círculos virtuosos e desestimulada pela atuação dos círculos viciosos.⁵⁹

O elemento central e culminante da análise de PUTNAM é o capital social, que corresponde a um estoque de relações sociais empenhadas, envolvendo ou não, compromissos tácitos no interior de uma comunidade. Seu êxito repousa no fortalecimento da cooperação e da confiança mútua. A presença de um bom “estoque” de capital social permite a superação de dilemas de ação coletiva, uma vez que cimenta a consolidação e enraizamento das instituições formais, além de melhorar sua eficiência na superação de problemas dessa natureza.

O substrato do Capital Social são as relações de confiança gestadas através da cooperação. A recorrência de relações de confiança serve de incentivo à cooperação, ou tornam mais provável que ela ocorra com maior frequência, uma vez que para que se dê a acumulação de capital social, torna-se necessário a existência de um círculo virtuoso de confiança e cooperação. Para evitar cair no domínio da pura abstração ou idealização, Putnam considera que “a confiança implica uma previsão do comportamento de um ator independente”. Neste caso, considera-se que confiar envolve uma presunção de que ao ator social saia da mera intenção e concretize o ato de reciprocidade. Espera-se, portanto, que o ator social tenha preferência por usufruir da confiança e agir, na expectativa do benefício, do que do que suportar as conseqüências (os custos envolvidos) do não-fazer, do não-agir, do não-corresponder, do não-cooperar, de fugir à reciprocidade.

Assim, a existência de confiança, normas e sistemas de participação transformam-se em estoques de Capital Social, que serão acumulados e se reforçarão mutuamente se contribuirão para uma elevada cooperação, confiabilidade, civismo e bem-estar coletivo, gerando uma comunidade cívica. Se, pelo contrário, prevalecer a desconfiança, a anomia e se os sistemas de participação forem precários, haverá destruição dos estoques existentes de Capital Social, que atuarão como mecanismo de reforço de uma comunidade não-cívica. Para PUTNAM estas são as duas vias postas para a sociedade

⁵⁹ Comentaremos mais à frente este ponto.

moderna, principalmente a segunda⁶⁰. A operação destas duas vias pode gerar “equilíbrios sociais duradouros” no sentido de tendências evolutivas auto-reforçadoras das características cívicas ou não-cívicas de uma sociedade. A resultante dessas tendências, equilíbrio social positivo e equilíbrio social negativo, decorrerão desempenhos institucionais e econômicos distintos. De um lado, estratégia de ação coletiva de nunca cooperar (não cívica), ou de cooperar sempre (cívica)⁶¹.

Divergências no estoque de capital social promovem trajetórias de desenvolvimento diferentes, gerando equilíbrios estáveis de civismo ou não civismo, cujas trajetórias podem ser similares quantitativamente, embora jamais, qualitativamente. Resulta então que, as condições de sustentabilidade para uma determinada estratégia de desenvolvimento podem ser tanto maiores, quanto mais uma determinada sociedade, região ou território, investir no aumento de seu estoque de capital cívico, reforçando o processo cumulativo gerador do equilíbrio social positivo.

Dizendo de outra forma, tanto a continuidade nas regras e nos sistemas de participação cívica, como os diferentes tipos de desenvolvimento engendrados, estão subordinados à trajetória herdada dos sistemas sociais, que influem no comportamento humano racional, determinando diferenças duradouras no desempenho institucional e econômico de diferentes sociedades⁶². A partir de sua análise da experiência italiana, Putnam generaliza suas conclusões para o desempenho das sociedades democráticas, ao dizer que “*as normas e os sistemas de participação cívica contribuem para a prosperidade econômica e são por sua vez reforçados por essa prosperidade*”. Nesse caso, não importa o sentido da determinação, mas apenas o estímulo ao reforço mútuo, no qual o capital social representa o tecido real que qualifica a trajetória de desenvolvimento a ser seguida por uma dada sociedade. Estamos aqui na presença de uma noção tautológica da idéia de Capital Social. De fato, dadas as relações sociais no tempo e os equilíbrios sociais positivos ou negativos que caracterizam suas instituições,

⁶⁰ Na visão de North, as sociedades mais complexas e desiguais são mais suscetíveis de oferecerem condições para a emergência de comportamentos oportunistas e trapaceiros (apud PUTNAM, 2000: p. 187).

⁶¹ Talvez, esta seja a contribuição mais importante do trabalho de Putnam. No entanto, colocada em termos de tudo ou nada, pode resvalar para um simplismo empobrecedor. Em suas palavras: “*A história determina qual desses dois equilíbrios estáveis irá caracterizar uma dada sociedade.*” (PUTNAM, 2000: p. 188. Itálico acrescentado).

⁶² Esta dependência da trajetória é o traço menos conhecido do funcionamento de qualquer sistema social. Putnam se apóia rigorosamente nessas continuidades históricas para avaliar o desempenho de diferentes sociedades.

está dada a justificativa para a trajetória a ser seguida, Temos aqui uma visão estática do capital social que apenas reforça o lado sincrônico e negligencia o caráter diacrônico dos fenômenos sociais.

No que propriamente se pode chamar de a segunda parte de *Comunidade Cívica e Democracia*, PUTNAM se dedica a mostrar de que forma o desempenho institucional é condicionado pela trajetória histórica de uma dada sociedade. De acordo com PUTNAM,

“(…) as instituições são moldadas pela história. Independentemente de outros fatores que possam influenciar a sua forma, as instituições têm inércia e robustez. (...) Os indivíduos podem “escolher” suas instituições, mas não o fazem em circunstâncias que eles mesmos criaram, e suas escolhas por sua vez influenciam as regras dentro das quais seus sucessores fazem suas escolhas” (PUTNAM, 2000: p. 23).

Na segunda parte de seu livro, PUTNAM procede a uma inversão metodológica de sua hipótese inicial, a fim de determinar os fatores explicativos do desempenho institucional: a mudança institucional agora é tomada como variável dependente. Novamente recorre à literatura institucionalista para elaborar três variáveis independentes que, por hipótese, são passíveis de influenciar o desempenho institucional: (a) a primeira hipótese diz que a organização, a estrutura e o planejamento interno são os fatores fundamentais um governo representativo eficaz; (b) a segunda hipótese estabelece que o processo de modernização sócio-econômica (a riqueza econômica) é que determina o desempenho das instituições; (c) a terceira hipótese diz que são os fatores culturais que definem o grau de desempenho dos governos. Neste aspecto, portanto, presume-se que, quanto mais cívicas sejam às populações melhores serão os seus governos (PUTNAM, 2000: p. 25-27; CASTILHOS, 2002: p. 26).

No que se refere à primeira hipótese, a pesquisa realizou várias pesquisas de opinião entre o eleitorado das regiões, durante o período de 1968 a 1988, que permitiram identificar a avaliação dos cidadãos em relação aos seus respectivos governos regionais. Da mesma forma, foram efetuados estudos de casos buscando identificar a eficiência administrativa destes mesmos governos regionais. Estas pesquisas e estudos, segundo o autor, buscaram comprovar o que qualquer pessoa poderia “sentir”, caso visitasse os diferentes governos regionais italianos: existem grandes disparidades, quanto à eficiência administrativa e gerencial, entre eles. De um

modo geral, os governos de regiões mais ao norte, como a Emília-Romana, são mais eficientes do que os governos de regiões mais ao sul, como a Calábria.

Com o intuito de aferir a eficiência governamental dos governos regionais, foram utilizados uma série de indicadores referentes às três variáveis básicas: (i) a continuidade administrativa – estabilidade do gabinete, prestação orçamentária e serviços estatísticos e de informação; (ii) as deliberações sobre as políticas – análises da legislação reformadora e da inovação legislativa e (iii) a implementação das políticas – em que foram analisadas as efetividades em programas de saúde pública, previdência social, desenvolvimento industrial e agrícola e política habitacional e urbana.

Os resultados da pesquisa revelaram uma extraordinária coerência entre os doze indicadores de desempenho institucional, no sentido de que os melhores índices obtidos se referem àqueles governos regionais que foram melhor avaliados por seus eleitores. PUTNAM conclui, então, que, “na verdade, o índice de desempenho institucional é bastante condizente com o julgamento dos observadores mais atentos e do eleitorado em geral. (...) Os governos regionais que adotam leis inovadoras, implementam seus orçamentos como o planejado, constroem creches, respondem às cartas que lhe são enviadas e assim por diante gozam de maior popularidade entre o eleitorado do que os que não o fazem.” (1996, p. 90). Há uma notável coerência entre a eficácia institucional e a desimportância de um ou outro programa governamental, quando tomados de forma isolada. No entanto, essa forte coerência entre a eficiência administrativa e o desempenho institucional fez com que emergisse a seguinte pergunta: por que isso ocorre? De outra forma: a pesquisa concluiu que a eficiência administrativa é inerente ao bom desempenho institucional, mas não sabemos a razão.

A modernidade sócio-econômica foi a segunda hipótese utilizada para explicar o desempenho institucional. Se dividirmos o território italiano pela metade, a simples observação revela a gritante diferença entre o norte e o sul. De fato, foi encontrada uma correlação positiva entre a modernidade sócio-econômica e o desempenho institucional, uma vez que no norte desenvolvido estão os melhores governos regionais, enquanto que no sul mais pobre, concentram-se os piores desempenhos institucionais.

Mas, a pesquisa revelou também marcantes diferenças de desempenho institucional entre os diferentes governos regionais, tanto situados ao norte como no sul. A presença destas diferenças mostrou que a hipótese de que a modernidade sócio-

econômica era a responsável pelo desempenho institucional tinha que ser reconsiderada. De posse desse resultado, PUTNAM conclui que “(...) a modernidade econômica está de algum modo associada ao bom desempenho das instituições públicas – isso está claro. O que nossa análise até agora não esclareceu é se a modernidade é uma das causas do desempenho (talvez uma entre várias), se o desempenho é talvez de certa forma uma das causas da modernidade, se ambas as coisas são influenciadas por um terceiro fator (e a associação entre elas é de certo modo espúria) ou se a relação entre modernidade e desempenho é ainda mais complexa” (PUTNAM: 2000, p. 100).

Finalmente, a terceira hipótese utilizada para explicar a variabilidade no desempenho dos governos regionais, foi a presença ou ausência de correlação positiva com o grau de civismo existente entre os habitantes dessas regiões italianas. Ressalte-se aqui que a concepção de civismo utilizada por PUTNAM tem como sua matriz a aceção de comunidade cívica presente na obra clássica de Aléxis de TOCQUEVILLE⁶³, “*A Democracia na América*”.

A comunidade cívica em PUTNAM delineada a partir de determinando elementos sócio-culturais presentes na população de determinado território, que visam a construção de uma sociedade melhor, com base nos seguintes compromissos: (i) participação cívica (reconhecimento e busca do bem público), (ii) igualdade política e a solidariedade (confiança e a tolerância) e, (iii) o nível de participação dos cidadãos nas associações que incentivam a cooperação mútua.

Para aferir o grau de civismo das diferentes populações regionais italianas, PUTNAM utilizou os seguintes indicadores: (i) a participação das populações em referendos, (ii) o tipo de voto utilizado (voto mais partidário do que pessoal), (iii) o nível de leitores de jornais e (iv) a presença quantitativa de associações organizacionais horizontais (clubes de futebol, de música, grupos de mães, associações e cooperativas diversas, etc).

Com base nessas informações, PUTNAM afirma que existe uma elevada correlação entre “o grau de civismo” de que uma determinada população é portadora e o

⁶³ Aléxis de Tocqueville foi um estudioso francês que estudou detidamente os princípios teóricos da “comunidade cívica” na sociedade norte-americana. Mostrou que a força da democracia americana estava no espírito associativo e organizativo de seu povo, apontando a correlação entre sua presença e a igualdade em uma sociedade democrática. A obra utilizada e citada por Putnam é: TOCQUEVILLE, Aléxis de. “*A Democracia na América*”. São Paulo. Martins Fontes. Esta obra de Tocqueville pode ser enquadrada na corrente teórica denominada como “republicanismo clássico”.

desempenho dos distintos governos regionais. De posse desses elementos definidores de uma comunidade cívica, PUTNAM conclui que,

“existe de fato uma estreita correlação entre os nossos quatro indicadores, na medida em que nas regiões onde é maciço o comparecimento às urnas nos referendos e inexpressivo o uso do voto preferencial são praticamente as mesmas onde existem uma densa rede de associações civis e um elevado número de leitores de jornais. (...) Nas regiões cívicas (...), os cidadãos participam ativamente de todo tipo de associações locais (...), quando dois cidadãos se encontram na rua, *ambos* já leram em casa o jornal daquele dia. Mais da metade dos cidadãos das regiões cívicas *jamaiz* exerceu voto preferencial em sua vida. (mais da metade dos eleitores das regiões menos cívicas diz que *sempre* votou assim). Ser membro de clubes desportivos, grupos culturais e recreativos, organizações comunitárias e filantrópicas, associações educativas e juvenis, entre outros, é aproximadamente duas vezes mais comum nas regiões mais cívicas do que nas regiões menos cívicas.(...) [Há] uma notável coincidência entre o desempenho de um governo regional e o grau de participação na vida social e política da região. Nesse sentido, a comunidade cívica é um determinante mais forte que o desenvolvimento econômico. (...) Quanto mais cívica a região, mais eficaz o seu governo” (PUTNAM, 2000: p. 110-112. Itálicos no original).

As características das relações sociais e do processo político nas regiões menos cívicas são elevadas hierarquização, autoritarismo, elitismo e clientelismo. PUTNAM as denomina de relações sociais “verticais”, em pólo oposto ao das regiões cívicas, caracterizadas pela presença de relações mais democráticas, igualitárias e cooperativas, em síntese, “horizontais”. A que se deve o civismo presente nas regiões no norte da Itália? Aos diversos tipos de associações de cooperação mútua. Essas associações são organizações que geram civismo na sociedade, por fornecerem o estímulo democrático e participativo, fundamentais para disseminar por todo o tecido social relações mais “horizontais” entre as pessoas, grupos e classes sociais. É exatamente a partir destas observações que PUTNAM infere que o fator responsável pelo desempenho institucional é a existência de uma forte comunidade cívica.

O ponto crucial passa então a ser a pesquisa de como se deu o aparecimento da comunidade cívica. O recurso óbvio é a análise histórica. De fato, os dados e informações disponíveis sobre diversas regiões italianas permitiram ao autor encontrar uma forte correlação positiva entre os tipos de governo que essas regiões possuíam na Idade Média e os seus correlatos graus de civismo e desempenho institucional revelados na pesquisa.

A análise histórica permitiu verificar que as regiões mais cívicas e de melhores desempenhos institucionais revelados por sua pesquisa são as mesmas que tiveram um passado republicano, ao passo que as menos cívicas e de piores desempenhos institucionais, historicamente provieram de governos senhoriais ou feudais. Assim,

“Os territórios sulistas outrora governados pelos reis normandos constituem precisamente as sete regiões menos cívicas no anos 70. Com quase a mesma exatidão, os Estados papais (exceto as repúblicas comunais da parte norte dos domínios do papa) correspondem as três ou quatro regiões que vêm a seguir na escala de civismo nos anos 70. No outro extremo da escala, o centro do republicanismo em 1300 curiosamente corresponde às regiões mais cívicas de hoje” (PUTNAM, 2000: p. 144).

Mais ainda, a partir dos estudos, relatórios e dados referentes ao século XIX, o autor conclui que

“Onde um século atrás os italianos estavam fortemente engajados em novas formas de solidariedade social e mobilização cívica, precisamente aí os italianos de hoje demonstram maior civismo em sua vida política e social. (...) [Examinando] a correlação existente entre o desempenho institucional nos anos 80 e as tradições cívicas em 1860 – 1920, [nota-se que a] tendência é clara: teria sido possível prever com extraordinária exatidão o êxito ou o fracasso do governo regional na Itália nos anos 80 tomando por base o grau de participação cívica existente quase um século antes” (PUTNAM, 2000: p. 160).

Avançando ainda mais na tese mais controversa de seu livro, PUTNAM, afirma que é o “grau de civismo” de uma população o fator que determina o desempenho institucional e a modernidade sócio-econômica, mais do que é determinado por estes. em suas palavras,

“As possibilidades de desenvolvimento sócio-econômico de uma região neste século dependeram menos de seu potencial sócio-econômico inicial do que de seu potencial cívico. Tanto quanto podemos julgar por essa simples análise, a atual correlação entre civismo e economia reflete principalmente o impacto do civismo sobre a economia, e não o inverso. A força das tradições cívicas é deveras persistente. [É] a atual participação cívica ... e não o atual desenvolvimento sócio-econômico ... que influencia diretamente o desempenho do governo regional ..., tais resultados indicam que as tradições cívicas podem influenciar fortemente o desenvolvimento econômico e o bem-estar, bem como o desempenho institucional” (PUTNAM, 2000: p. 166-167).

Desses fatos o autor conclui que o desenvolvimento econômico de hoje está muito mais associado à existência do civismo em um determinado território do que a sua potencialidade econômica.

Para fundamentar sua tese, como já apontamos, PUTNAM recorre à história italiana. Para ele, no século XIX, o norte da Itália era menos desenvolvido do que o sul. No entanto, o maior grau de civismo de que o norte era portador, vai lhe fornecer o diferencial para o maior grau de desenvolvimento sócio-econômico no presente. Foi o vínculo entre civismo e economia, ou seja, foram as normas e instituição conformadoras da comunidade cívica que fizeram o diferencial em favor do norte.

Para explicitar o vínculo entre civismo e economia, em nível microeconômico, PUTNAM recorre a diversos autores, principalmente os teóricos dos distritos marshallianos e os vinculados à acumulação flexível:

“(...) Arnaldo Bagnasco primeiramente chamou a atenção para o fato de que, além das duas Itálias, sobejamente conhecidas, isto é, o triângulo industrial nortista e o mezzogiorno atrasado, existia uma “terceira Itália” constituída por uma economia difusa – de pequena escala porém tecnologicamente adiantada e altamente produtiva. Michael Piore e Charles Sabel aprofundaram essa análise, apresentando numerosos exemplos, no Centro-Norte da Itália, de uma “especialização flexível” de tipo artesanal. (...) Tomando emprestado um conceito de um dos fundadores da moderna ciência econômica, Alfred Marshall, os especialistas passaram a chamar essas áreas de “distritos industriais”. Uma das características distintivas desses distritos industriais descentralizados porém integrados é a combinação aparentemente contraditória de concorrência com cooperação. As empresas competem acirradamente no campo da eficiência e da inovação em produtos, mas cooperam nos serviços administrativos, na aquisição de matérias-primas, no financiamento e na pesquisa. O resultado é uma estrutura econômica tecnologicamente adiantada e altamente flexível, que se mostrou a mais indicada para competir no dinâmico mundo econômico dos anos 70 e 80. Não admira que nessas duas décadas essas regiões de especialização flexível tenham gozado de uma prosperidade acima da média” (PUTNAM, 2000: p. 169-170).

As tradições cívicas ou o grau de civismo de uma dada população são determinados pela sua história. O “civismo” é resultante de todo um processo histórico e determinado pelo “estoque” de capital acumulado pelos habitantes de um dado território e por seus antepassados. É desses laços sociais que se forma o capital social, o qual pode ser concebido, então, como uma característica dessa mesma população e, como tal, determinado histórica e culturalmente. Sua difusão se dá, principalmente através do atributo cultural da confiança. Esta, por sua emana de duas fontes conexas, a saber, das

normas e cadeias de relações sociais. O funcionamento dos mecanismos que desencadeiam a formação de normas e de relações de confiança baseadas em atributos como a confiança e a reciprocidade são chamados de “*sistemas de participação cívica*”.

Por seu lado, os sistemas de participação cívica se convertem, em sociedades democráticas, nos mecanismos de participação dos cidadãos na escolha e na fiscalização dos seus respectivos governos. Como PUTNAM se mantém fiel a linha de pensamento de Tocqueville, vai atribuir um papel preponderante aos diversos tipos de associações civis formadas pelos cidadãos de determinado local, como pedra angular dos sistemas de participação cívica, para a construção do capital social e com maior razão do civismo. Em suas palavras,

“Diz-se que as associações civis que contribuem para a eficácia e a estabilidade do governo democrático, não só por causa dos seus efeitos ‘internos’ sobre o indivíduo como também pelos seus efeitos ‘externos’ sobre a sociedade. No âmbito interno, as associações incutem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade, senso de responsabilidade comum para com empreendimentos coletivos, bem como espírito público. No âmbito externo, a ‘articulação de interesses’ e a ‘agregação de interesses’, são intensificadas com uma densa rede de associações secundárias” (PUTNAM, 1996: 103-104).

Esta parte da obra de PUTNAM, rica em sugestões é a mais controversa. Principalmente por embutir, em sua concepção de capital social, a idéia de subordinação à trajetória⁶⁴. A partir daí, as distinções entre os diversos tipos de relações sociais

⁶⁴ A noção de “subordinação à trajetória” ou “dependência de rota”, em PUTNAM, deriva principalmente de NORTH, D. (1990) “Institutions, Institutional Change and Economic Performance”, Cambridge University Press, Cambridge, MA, USA. Segundo PUTNAM, “Como enfatizaram os “novos institucionalistas”, as instituições – e caberia acrescentar, os contextos sociais que condicionam seu funcionamento – desenvolvem-se ao longo da história, mas não atingem seguramente um único e eficiente equilíbrio. A história nem sempre é eficiente, no sentido de suprimir práticas sociais que impeçam o progresso e incentivem a irracionalidade coletiva. (...) Teóricos da história econômica apelidaram recentemente essa característica dos sistemas sociais de “subordinação à trajetória”: o lugar a que se pode chegar depende do lugar de onde se veio, e simplesmente é impossível chegar a certos lugares a partir de onde se está. A subordinação à trajetória pode produzir diferenças duradouras entre o desempenho de duas sociedades, mesmo quando nelas existem instituições formais, recursos, preços relativos e preferências individuais semelhantes. Isso tem profundas implicações para o desenvolvimento econômico (e político). (...) North assinala que os modelos institucionais tendem a auto-reforçar-se, mesmo quando são socialmente ineficientes. Primeiro, quase sempre é mais fácil para um agente individual adaptar-se às regras do jogo vigentes do que modificá-las. Na verdade, tais regras costumam induzir à formação de organizações e grupos interessados em suas imperfeições. Segundo, depois que o desenvolvimento toma determinado rumo, a cultura organizacional, os costumes e os modelos mentais do mundo social reforçam essa trajetória. A cooperação ou a omissão e a exploração tornam-se entranhadas” (PUTNAM, 2000: p. 188-189).

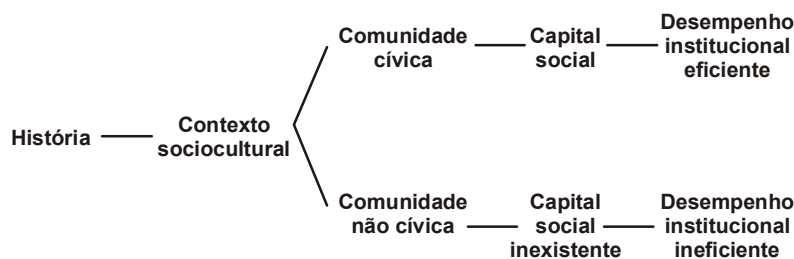
existentes em diferentes sociedades são determinadas pelo processo histórico e cultural vivido por cada uma destas sociedades.

Em consequência desta visão, concebe que a existência de uma sociedade cívica (ou mais cívica) é determinada historicamente pelas relações sociais que conformam “equilíbrios sociais estáveis”, assentados na cooperação, reciprocidade, confiança e outros atributos culturais (concebidos como precursores do capital social) favoráveis inerentes ao desenvolvimento desta mesma sociedade. Por outro lado, uma sociedade não-cívica (ou menos cívica) é determinada por relações sociais, que da mesma forma estruturam “equilíbrios sociais estáveis”, os quais, neste caso, estão assentados em atributos culturais como a exploração, dependência, clientelismo e outros, que impedem o melhor desenvolvimento destas sociedades. Em síntese, não são os vínculos sociais por si só que determinam o caráter de cívica ou não cívica de diferentes regiões, mas fundamentalmente, pelo tipo de vínculos sociais que prevalecem em cada uma delas.

Esta concepção de capital social umbilicalmente ligado a noção de “dependência da trajetória”, que PUTNAM tomou de empréstimo dos neo-institucionalistas, em particular de North, é o que lhe rendeu a acusação de assumir uma postura francamente determinista na avaliação do desempenho institucional de diferentes regiões⁶⁵. Sua concepção histórica e culturalmente determinista sobre o capital social suscitou um conjunto de reações na literatura internacional, com continuidade até os dias de hoje, uma vez que posta a “dependência da trajetória”, “(...) não haveria saída para qualquer país do terceiro mundo, ou mesmo para qualquer cidade ou região não-cívica em qualquer parte do planeta vir tentar a tornar-se cívica, isto é, obter capital social, caso um governo com forte propósito nesse sentido o desejasse, pois o determinismo histórico-cultural já os havia condenado” (FERNANDES, 2000, p. 88).

Em síntese, para entendermos as críticas efetuadas ao seu trabalho, podemos dizer que o argumento de PUTNAM segue a seguinte seqüência:

⁶⁵ NORTH explica que o maior desenvolvimento do norte do continente americano em relação ao sul, se deve ao fato de que o norte é portador de maior estoque de capital social, em virtude da origem protestante da população que se estabeleceu nessa região, em contraposição com a matriz católica prevalecente nas populações que colonizaram o sul do continente.



Fonte: (RÍOS & RÍOS, 1999: p. 515)

Na esteira da controvérsia que a obra maior PUTNAM suscitou na literatura internacional sobre o tema, uma grande quantidade de estudos posteriores procuraram debater e responder a todo um conjunto de questões que se tornaram importantes para a discussão sobre o capital social, dentre as quais, as limitações da noção teórica sobre o capital social, o debate sobre a concepção determinista ou sobre-socializada de PUTNAM e, de qual a importância do Estado e das políticas públicas na formação do capital social.

Putnam, por seu lado, dá uma importância fundamental à reciprocidade, ao definir o capital social como sendo constituídas por normas de reciprocidade, redes de envolvimento cívico, pondo ênfase na confiança e nas redes facilitadoras da coordenação da ação e da eficiência da sociedade.

De uma forma mais ampla, o capital social pode ser definido a partir de um conjunto de características, tais como:

- a) É um aspecto da organização social, orientado para as relações entre indivíduos e grupos de indivíduos, com foco na forma como essas interações se estruturam;
- b) Faz a ligação entre as dimensões econômica, social e política, com ênfase em suas influências recíprocas;
- c) É bipolar, uma vez que conjuga, de um lado, normas, valores e tradições que promovem a cooperação e a reciprocidade e, de outro, redes, relações e organizações que juntam os indivíduos com o objetivo de resolverem problemas comuns;
- d) É um coordenador de atividades e instrumento de eficiência, ao reduzir comportamentos oportunistas e forçar a interação repetida entre os agentes, fator essencial para alicerçar a confiança.

Pode-se dizer, então, que existe uma íntima relação de complementaridade entre o capital físico-econômico (insumos, infra-estrutura, e financiamento), o capital humano (educação e preparação técnica) e o capital social (relações de confiança). Assim,

A otimização do capital físico-econômico e do capital humano é alcançada na medida em que as relações de confiança e reciprocidade aumentam na comunidade. Em outras palavras, em duas ou mais comunidades em que o nível educacional das pessoas e os recursos materiais oferecidos são constantes, o que distingue o desempenho de seus membros é as confianças estabelecidas, que permite mobilização coletiva e maximização dos recursos individuais existentes. A capacidade de ação é ampliada em situações em que a confiança permeia uma coletividade (ou associação), facilitando a otimização do uso de recursos sócio-econômicos disponíveis (ABU-EL-HAJ, 1999: p. 68).

4.5. O Capital Social na Teoria Social de Bourdieu

O pensamento social de Pierre BOURDIEU é extremamente complexo. Ele construiu um projeto teórico cujo principal objetivo consistiu na análise das práticas sociais dos diferentes agentes sócias, procurando superar as dicotomias tradicionalmente estabelecidas entre a corrente estrutural e a vertente subjetivista, elaborando todo um conjunto de conceitos voltados primordialmente para a apreensão da dinâmica instituinte das ações individuais e coletivas. Os conceitos são interligados em sua obra, tornando difícil sua apresentação de forma isolada. Em sua análise da realidade social, a sociedade é concebida como um campo de disputas, na qual os diferentes agentes, portadores de diferentes pontos de vista, envolvem-se em lutas simbólicas para impor a sua visão de mundo. Em sua visão, portanto, a sociedade é concebida um palco de lutas e conflitos onde as relações de dominação - de imposição dos pontos de vistas - inerentes a todas as relações humanas, determinam a existência de agentes em posições dominantes e outros em posições de dominados. Essas lutas se processam em um espaço social ordenado, o qual é estruturado pelos agentes, mas que também atua de forma estruturante, condicionando as práticas e visões sociais desses agentes. Vejamos como Bourdieu, articula diversos conceitos para analisar o modo de operação dos atores na realidade social⁶⁶.

⁶⁶ Esta parte da dissertação deve muito ao trabalho de Cowan (COWAN, 2003).

4.5.1. Espaço social e dominação simbólica

O primeiro conceito que cabe explicitar é o de campo. Campos são espaços sociais dinâmicos e estruturados, formados por postos hierarquizados e regras do jogo próprias; ou seja, na qualidade de sistemas integrais de posicionamento, onde os agentes sociais se relacionam de maneira permanente e dinâmica. Os campos são as distintas configurações de classes ou relações sociais, onde os agentes se unem para relacionar-se. É uma espécie de rede, onde as relações são necessárias. Estas relações com suas respectivas razão de ser e também com seus status sociais que os fazer relacionar-se de tal ou tal maneira. Temos que visualizar os indivíduos como em um mapa. Estas posições dos indivíduos funcionam como pares de oposição, por exemplo, pobre/rico, valente/covarde. Assim, podemos analisar as diferenças nos indivíduos, de acordo com o campo no qual se encontram com mais facilidade.

Especificamente, o conceito de campo social pode ser definido como:

“um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital – quer dizer, segundo, o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses.” (BORDIEU, 2002: p. 135)

Da definição de campo social, destaca-se de imediato, a importância da dotação de capital dos agentes, pelo poder que sua posse lhes confere. Assim,

“O capital é trabalho acumulado (em sua forma materializada ou sua forma “incorporada”, enraizada) o qual, quando acumulado em uma base privada, i.e., exclusiva, por agentes ou grupos de agentes, os permite a destinar energia social na forma de trabalho concretizado ou vivo. É uma *vis insita*, uma força demarcada em estruturas objetivas ou subjetivas, mas também é uma *lex insita*, o princípio que está por baixo das regularidades imanentes do mundo social” (BOURDIEU, 1986: p. 241)⁶⁷.

⁶⁷ “Capital is accumulated labor (in its materialized form or its “incorporated”, embodied form) which, when appropriated on a private, i.e., exclusive, basis by agents or groups of agents, enables them to appropriate social energy in the form of reified or living labor. It is a *vis insita*, a force inscribed in objective or subjective structures, but it is also a *lex insita*, the principle underlying the immanent regularities of the social world” (BOUDIEU: 1986. p. 241).

Nesta concepção, liberta-se o conceito de capital de sua conotação estritamente econômica, estendendo-se o conceito para qualquer tipo de bem que possa ser acumulado e que possa engendrar um processo de produção, distribuição e consumo e, portanto, instaurar o mercado. Para ele existem três tipos de capital, o econômico (em suas mais diferentes formas), o cultural e o social. Em suas palavras,

“O capital cultural pode existir em três formas: no estado personificado, i.e., na forma de disposições duradouras da mente e do corpo; no estado objetivado, na forma de bens culturais (quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, etc.), que são o rastro ou a realização de teorias ou críticas destas teorias, problemáticas, etc.; e no estado institucionalizado, uma forma de objetificação que deve ser reservada porque confere propriedades completamente originais ao capital cultural que presumivelmente deveria garantir” (BOURDIEU, 1984: p. 243)⁶⁸.

Em texto seminal, BOURDIEU, expressa sua concepção de capital social da seguinte forma:

“O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (...), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. Essas ligações são irredutíveis às relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o reconhecimento dessa proximidade” (BOURDIEU, 1999: p. 67).

O capital social, na definição proposta pelo autor, consiste na soma dos capitais e poderes contidos nas relações sociais estabelecidas por um grupo de agentes. Na verdade,

“Estas relações podem existir apenas no estado prático, em trocas materiais e/ou simbólicas que ajudam a mantê-las. Elas também podem ser instituídas socialmente e podem ser garantidas pela aplicação de um nome comum (a

⁶⁸ “Cultural capital can exist in three forms: in the embodied state, i.e., in the form of long-lasting dispositions of the mind and body; in the objectified state, in the form of cultural goods (pictures, books, dictionaries, instruments, machines, etc.), which are the trace or realization of theories or critiques of these theories, problematics, etc.; and in the institutionalized state, a form of objectification which must be set apart because it confers entirely original properties on the cultural capital which it is presumed to guarantee” (BOURDIEU: 1984: p.243).

família, uma classe, ou uma tribo, ou uma escola, um partido, etc.) e por um conjunto completo de atos institucionais projetados simultaneamente para formar e informar àqueles que se submetem a eles; neste caso, elas são mais ou menos ordenadas, mantidas e reforçadas pelas trocas. Sendo baseadas em trocas indissolúvelmente materiais e simbólicas, cujo estabelecimento e manutenção pressupõe reconhecimento de proximidade, elas são também parcialmente irredutíveis a relações objetivas de proximidade em espaço físico (geográfico) ou mesmo em espaço econômico e social” (BOURDIEU, 1986: p. 249)⁶⁹.

O capital social tem como uma de suas características seu fundamento no conhecimento e reconhecimento mútuo, adquirindo, desta forma, um caráter simbólico que pode, por sua vez, ser transformado em capital simbólico. O capital apresenta, portanto, como uma de suas propriedades certa maleabilidade, que se expressa na possibilidade de conversão de uma forma para outra.

“Os diferentes tipos de capital podem ser derivados de capital econômico, mas só às custas de um esforço mais ou menos grande de transformação que é necessário para produzir o tipo de poder efetivo no campo em questão (...) de forma que é preciso que se coloque simultaneamente que o capital econômico está na raiz de todos os outros tipos de capital e que estes transformados, em formas disfarçadas de capital econômico, nunca completamente redutíveis àquela definição, produzem os seus efeitos mais específicos somente até o ponto em que eles escondem (...) o fato que o capital econômico está na sua raiz, em outras palavras, na raiz dos seus efeitos” (1986: 249)⁷⁰.

Finalmente, temos o capital simbólico, também conhecido como de prestígio, de renome, de reputação, etc. O capital simbólico é qualquer propriedade, de qualquer espécie de capital, físico, econômico, cultural ou social, na condição de que seja percebido pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que, estão em

⁶⁹ “These relationships may exist only in the practical state, in material and/or symbolic exchanges which help to maintain them. They may also be socially instituted and guaranteed by the application of a common name (the family, a class, or a tribe or a school, a party, etc.) and by a whole set of instituting acts designed simultaneously to form and inform those who undergo them; in this case, they are more or less really enacted and so maintained and reinforced, in exchanges. Being based on indissolubly material and symbolic exchanges, the establishment and maintenance of which presuppose reacknowledgment of proximity, they are also partially irreducible to objective relations of proximity in physical (geographical) space or even in economic and social space” (BOURDIEU, 1986: p.249).

⁷⁰ “The different types of capital can be derived from economic capital, but only at the cost of a more or less great effort of transformation which is needed to produce the type of power effective in the field in question (...) so that it has to be posited simultaneously that economic capital is at the root of all the other types of capital and that these transformed, disguised forms of economic capital, never entirely reducible to that definition, produce their most specific effects only to the extent that they conceal (...) the fact that economic capital is at their root, in other words at the root of their effects” (BOUDIEU:1986 p. 249).

condições de conhecê-lo (de percebê-lo) e de reconhecê-lo, de dar-lhe valor. Em outras palavras, á forma que toma toda espécie de capital, quando é percebido através das categorias de percepção que são o produto da incorporação das divisões ou das oposições inscritas na estrutura de distribuição desta espécie de capital. Daí se deduz que o Estado, por dispor dos meios de impor e inculcar princípios duráveis de visão e de divisão conforme as suas próprias estruturas, é o lugar por excelência da concentração e do exercício do poder simbólico (BOURDIEU, 1984).

As diferentes dotações de capital de cada agente determinam sua posição no espaço social. Na verdade, cada agente ocupa uma e apenas uma posição no espaço social, fato que fornece ao investigador informações sobre as propriedades intrínsecas e relacionais ou de posição dos agentes em seu âmbito. Através dessas propriedades e de sua distribuição, o mundo social, em sua objetividade mesma, ganha o estatuto de sistema simbólico. Tal se dá como na organização de um sistema de fonema, o qual se organiza de acordo com uma lógica da diferença, da separação diferencial, constituída, assim, como distinção significativa. O espaço social e as diferenças que nele se traçam de forma espontânea tendem a funcionar, simbolicamente, como espaço dos estilos de vida ou como conjunto de grupos caracterizados por estilos de vida diferentes (BOURDIEU, 1985).

No espaço social os agentes ocupam diferentes posições, sendo, portanto, uma de suas propriedades intrínsecas a existência de uma ordem, a qual se fundamenta em uma dada hierarquia social, a qual é o resultado de uma construção sócio-histórica, ou dizendo de outra forma, é o resultado de diferentes lutas simbólicas que os agentes travaram no passado para impor a sua visão de mundo, o que implica que a ordem hegemônica atual é um reflexo da visão de mundo dominante, isto é, dos agentes que conseguiram impor a sua visão de mundo e, portanto, ascenderam às posições dominantes que hoje ocupam no espaço social.

Mas como identificar as classes? Considerando que como numa representação cartográfica as distâncias espaciais sobre o papel equivalem as distâncias sociais e sobre a base do conhecimento do espaço das posições, pode-se, então, fazer o recorte das classes entendidas como,

“(...) conjunto de agentes que ocupam posições semelhantes e que submetidos a condicionamentos semelhantes, têm todas as probabilidades de

ter disposições e interesses semelhantes e de produzir, portanto, práticas e tomadas de posições semelhantes” (BOURDIEU, 1985: p. 284)⁷¹

A concepção de classe de Bourdieu difere da concepção de classe da concepção marxista, já que para ele, a classe no papel tem uma existência teórica que é própria das teorias, uma vez que é o produto de uma classificação explicativa que permite tanto analisar e prever as práticas e as propriedades das coisas classificadas, como suas condutas coletivas. Não se trata, portanto, de uma classe no sentido de grupo e de grupo mobilizado para a luta, mas talvez, de uma classe provável, no sentido de um conjunto de agentes cujo comportamento colocará menos obstáculos objetivos às iniciativas de mobilização de que um outro conjunto de agentes. Nesse caso, será apenas por intermédio do trabalho político que esta classe no papel pode assumir a condição de classe mobilizada. (BOURDIEU, 1984).

Os pesquisadores ligados ao movimento da geografia e teoria social (social theory and geography movement”– STGM) procuraram, a partir da contribuição de Bourdieu, incorporar a dimensão física ou geográfica à noção de espaço social. Um dos autores desta linha de pesquisa nos diz que,

“Dois aspectos deste novo uso do conceito de território destacam-se. Em primeiro lugar, realmente ele tem a ver com ‘poder’: mas não o poder necessário no sentido de ter a ver com o estado. Ao contrário, é uma questão da sua implicação crônica nas relações sociais em casos tão óbvios como os de classe, gênero e raça. (...) O segundo significado de territorial (...) é o de conceber o território não simplesmente em termos das demarcações legais de limites jurisdicionais, mas em um sentido mais amplo: limites como zonas, das quais a fronteira jurisdicional é um caso limitador. Isto vai claramente de acordo com a idéia de *político* como um momento essencial de qualquer relação social e não tão necessariamente limitado ao estado. Colocar o assunto de limites territoriais deste modo é também colocar a pergunta sobre o que está sendo limitado: não se trata de mera extensão territorial, mas de algum conjunto de relações sociais que são, por alguma razão ou outra, localizadas. Combinando isto com a primeira – mais ampla – definição de *político*, território emerge como uma arena para conflitos (...) Em outras palavras, o conceito de território como surge na STGM, parece apontar, em última instância, na direção de áreas delimitadas ou arenas dentro das quais o conflito acontece. Obviamente territórios (...) não são ilhas. Ao discuti-los, organizações locais, filiais locais do estado, firmas, etc., tentam mobilizar fontes extra-locais de poder. (...) Isto coloca a pergunta da articulação de relações sociais localizadas dentro dos ‘territórios’ com aquelas em outros

⁷¹ No original: “ (...) conjuntos de agentes que ocupan posiciones semejantes y que sometidos a condicionamientos semejantes, tienen todas las probabilidades de tener disposiciones e intereses semejantes y de producir por lo tanto prácticas y tomadas de posiciones semejantes” (BOURDIEU, 1985 p. 284).

lugares, ou com redes de relações sociais definidas em escalas muito mais amplas! (COX, 1991: 5-7. Apud, COWAN, 2003: 25)⁷².

Trata-se agora de fazer uma possível articulação entre as noções de espaço social e a de território, a fim de destacarmos nos recortes espaciais o aparecimento das diferentes disputas entre os agentes que ocupam diferentes posições no espaço social. O recorte espacial permite a análise da mobilização de recursos ou capitais, em particular os sociais, tanto para o interior como para o exterior, que os agentes acionam para travar suas lutas simbólicas.

4.5.2. O habitus como fundamento da ação

BOURDIEU, ao tratar do agente, rejeita liminarmente o sujeito universal tal como concebido tanto pela fenomenologia como pela teoria da ação racional, uma vez que, mesmo que os agentes construam a sua visão de mundo, não o fazem de forma livre, mas condicionados pelas estruturas, tanto externas como internas, estas enraizadas nas estruturas cognitivas. Destaca que os pontos de vista dos agentes são visões tomadas a partir de um ponto, mais precisamente de uma posição determinada no espaço social (BOURDIEU, 1993). Aqui temos que nos valer do conceito de *habitus* para se entender a ação dos agentes. Por *habitus* deve-se entender,

“as estruturas sociais de nossa subjetividade que se constituem inicialmente por meio de nossas primeiras experiências (*habitus* primário), e depois, de

⁷² “Two aspects of this new use of the concept of territory stand out. In the first place it does indeed have to do with ‘power’: but not necessary power in the sense of having to do with the state. Rather it is a matter of its chronic implication in social relations such obvious cases as those of class, gender and race. (...) The second meaning of territorial (...) is to conceive of territory not simply in terms of the legal demarcations of jurisdictional boundaries but in a broader sense: bounds as zones, of which the jurisdictional boundary is a limiting case. It clearly accords with the idea of political as an essential moment of any social relation and so not necessarily limited to the state. To pose the issue of territorial bounds in this way is also to pose the question of what is being bounded: this is not mere territorial extent but some set of social relations which are for some reason or another, localized. Combining this with the earlier –broader- definition of the political, territory emerges as an arena for conflicts (...) In other words the concept of territory as emerging in STGM, seems ultimately to point in the direction of bounded areas or arenas within which conflict occurs. Territories (...) are obviously not islands. In fighting it out, local organizations, local branches of the state, firms, etc., try to mobilize extra-local sources of power. (...) This poses the question of the articulation of social relations, localized within ‘territories’ with those elsewhere or with networks of social relation defined at much broader scales” (COX, 1991: p. 5-7).

nossa vida adulta (*habitus* secundário). É a maneira como as estruturas sociais se imprimem em nossas cabeças e em nossos corpos pela interiorização da exterioridade. É um sistema de disposições duráveis e transponíveis”⁷³ (CURCUFF, 2001, p. 50).

O *habitus* entendido como uma unidade de continuidade da pessoa não é carregada pelo agente de forma consciente, mas de maneira inconsciente. Ainda mais, temos a existência de um *habitus* individual e um *habitus* de classe. Na explicação de BOURDIEU:

“Todo agente econômico age em função de um sistema de preferências que lhe é próprio, mas que se distingue somente por diferenças secundárias dos sistemas de preferências comuns a todos os agentes colocados em condições econômicas e sociais equivalentes. As diferentes classes de sistema de preferências correspondem a classes de condições de existência, logo, de condicionamentos econômicos e sociais que impõem esquemas de percepção, apreciação e ação diferentes. Os *habitus* individuais são produto da interseção de séries causais parcialmente independentes” (BOURDIEU, 1990 p. 131).

A teoria do *habitus* não exclui a possibilidade da escolha estratégica e consciente. Com efeito, de acordo com BOURDIEU,

“as orientações sugeridas pelo *habitus* podem ser acompanhadas de cálculos estratégicos dos custos e benefícios tendentes a levar a nível de consciência aquelas operações que o *habitus* efetua conforme sua própria lógica. em especial nos períodos de crise, e mais ainda, quando ocorrem processos de mudança das estruturas objetivas, ou seja, nos quais os ajustes rotineiros das estruturas subjetivas e objetivas são brutalmente transtornadas, constituem uma classe de circunstâncias onde a escolha racional pode predominar, pelo menos entre aqueles agentes que se dar ao luxo de ser racionais” (BOURDIEU, 1995 p. 91)⁷⁴.

⁷³ “Disposições, isto é, inclinações a perceber, sentir, fazer e pensar de uma certa maneira, interiorizadas e incorporadas, geralmente de maneira inconsciente, para cada indivíduo, decorrentes de suas condições objetivas de existência e de sua trajetória social. Duráveis, pois se estas disposições podem se modificar no curso de nossas experiências, elas são, no entanto, fortemente enraizadas em nós e tendem, por isso, a resistir à mudança, marcando assim uma certa continuidade na vida de uma pessoa. Transponíveis, pois disposições adquiridas ao longo de certas experiências (familiares, por exemplo) têm efeitos sobre outras esferas de experiências (profissionais, por exemplo) é o primeiro elemento de unidade da pessoa”. (CORCUFF, 2001: p. 51).

⁷⁴ “las orientaciones sugeridas por el *habitus* pueden acompañarse de cálculos estratégicos de los costos y beneficios tendientes a llevar a nivel de la conciencia aquellas operaciones que el *habitus* efectúa conforme a su propia lógica. En especial en los períodos de crisis, y más aún cuando ocurren procesos de cambio de las estructuras objetivas, es decir en los cuales los ajustes rutinarios de las estructuras subjetivas y objetivas son brutalmente trastornados, constituyen una clase de circunstancias donde la

Neste ponto BOURDIEU serve-se da noção de estratégia, concebendo-a como produto do sentido prático, como sentido do jogo, de um jogo pessoal particular, historicamente definido e que é adquirido desde a infância, em virtude da participação nas atividades sociais. Conseqüentemente, temos posta a suposição de uma invenção permanente, indispensável para adaptar-se às situações geralmente variáveis, nunca perfeitamente idênticas no campo social. Essa liberdade de invenção, de improvisação, é que possibilita a produção de uma infinidade de lances possibilitados pelo jogo, tendo, por isso, os mesmos limites do jogo. O *habitus* como social inscrito no corpo, no indivíduo biológico, permite produzir uma infinidade de jogadas que estão inscritas no jogo em estado de possibilidades e de exigências objetivas; as coações e as exigências de jogo, apesar de não estarem reunidas em um código de regras, impõem-se àqueles que, exatamente por compreenderem o sentido do jogo, estão preparados para percebê-las e realizá-las (BOURDIEU, 1990).

BOURDIEU aponta que se pode identificar um sistema de estratégias de reprodução, “através das quais a família visa a se reproduzir biologicamente e, sobretudo socialmente, isto é, reproduzir as propriedades que lhe permitem conservar sua posição, sua situação no universo social considerado” (BOURDIEU, 1990: p. 87). É exatamente nessa definição das estratégias, que os capitais de que são possuidores os agentes ganham relevância,

“A conversibilidade dos diferentes tipos de capital é a base das estratégias voltadas para assegurar a reprodução de capital (e a posição ocupada no espaço social) por meio das conversões menos caras em termos de trabalho de conversão e das perdas inerentes à própria conversão (em um determinado estado das relações de poder social)” (BOURDIEU, 1986: p. 253)⁷⁵.

Em síntese, a dotação de capitais que possuem os agentes, em particular, o capital social naqueles agentes que se encontram na base da hierarquia social e que apresentam grandes possibilidades de possuir baixa dotação de capital econômico e cultural,

elección racional puede predominar, por lo menos entre aquellos agentes que pueden darse el lujo de ser racionales” (BOURDIEU, 1995: p. 91).

⁷⁵ “The convertibility of the different types of capital is the basis of the strategies aimed at ensuring the reproduction of capital (and the position occupied in social space) by means of the conversions least costly in terms of conversion work and of the losses inherent in the conversion itself (in a given state of the social power relations)” (BOURDIEU, 1986: p. 253).

tornam-se objeto de interesse para a análise das estratégias de reprodução social que os agentes implementam.

4.5.3. Luta simbólica: reprodução ou subversão da ordem?

Os diferentes agentes em sua luta para imporem a sua visão legítima do mundo social (da forma de ver e construir o mundo, isto é, impor uma ordem social) dispõem de um poder proporcional a seu capital simbólico (BOURDIEU, 2000). Isso porque o capital simbólico é poder simbólico, é a força particular de que dispõem certos agentes para exercerem o que o autor chama de violência simbólica, a qual se põe em marcha sobre um agente ou grupo de agentes, com sua própria cumplicidade. Trata-se de uma violência eufemizada e por eles socialmente aceita, enquanto arbitrária é desconhecida e com isso reconhecida, na medida em que se fundamenta no desconhecimento dos mecanismos do seu exercício⁷⁶ (GUTIÉRREZ, 1995).

Desta forma, o poder simbólico de que um agente é possuidor é a resultante dos diferentes tipos e subtipos de capitais que tem acumulado. Neste sentido,

“O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo, e deste modo a ação sobre o mundo, e portanto, o próprio mundo, é um poder quase mágico, que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se fosse reconhecido, isto é, ignorado como arbitrário. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, conseguir manter a ordem ou de subvertê-la, é a crença na legitimidade das palavras e naquele que as pronuncia. É neste sentido que o poder simbólico cumpre com sua função política de imposição ou legitimação da dominação, que contribui para a dominação de uma classe sobre outra” (BOURDIEU, 1989: p.14).

Na visão de BOURDIEU os sistemas simbólicos, envolvendo mitos, língua, arte, ciência, etc., constituem-se em instrumentos de conhecimento, de comunicação e de construção do mundo objetivo e como formas simbólicas exercitam um poder

⁷⁶ Bourdieu tomou de Marx o fato de que a realidade social é um conjunto de relações de forças entre classes historicamente em luta e da obra de Weber o fato de que essa mesma realidade é também um conjunto de relações de sentido. Com eles, toda dominação social, a menos de recorrer à força física constantemente, deve ser reconhecida, aceita como legítima. Deve ter um sentido de maneira que os dominados adiram ao princípio da sua própria dominação e se sintam solidários aos dominantes em um mesmo consenso sobre a ordem estabelecida (BOURDIEU e WAQUANT, 1992. Apud GUTIERREZ, 1995).

estruturante, exatamente porque são estruturados. Nesse sentido, BOURDIEU afirma que,

“... os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração lógica é a condição da integração moral” (BOURDIEU, 1989: p. 10).

As ideologias, por seu turno, são um produto ao mesmo tempo coletivo e coletivamente apropriado, servindo a interesses particulares que, enquanto tais, tendem a apresentarem-se como interesses universais, sendo assim, comuns a todo grupo.

“A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (...) para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. Este efeito ideológico, produ-lo a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une é também a cultura que separa e que legitima as distinções compelindo todas as culturas a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante” (BOURDIEU, 1989: p. 10).

Na verdade, a estrutura cognitiva de cada agente social é o resultado da incorporação das estruturas objetivas do espaço social, condicionando a forma como o mundo social é por eles percebido. Essa determinação tem uma tal força que os induzem concebê-lo da forma como ele é, naturalizando-o, ao invés de se rebelar contra suas estruturas opressivas, contrapondo outras possibilidades, outros mundos possíveis. Há aí, implicitamente uma aceitação da própria posição, dos limites ou das distâncias a serem mantidas, respeitadas ou a se fazerem respeitar. Quanto mais penosas forem as condições de existência dos dominados mais elas se impõem como uma força férrea, contrárias ao sentido de libertação. Essas estruturas socialmente construídas só podem parecer conservadoras para quem as observa numa condição de exterioridade.

Se considerarmos a noção de *campus* como “sistema de relações objetivas no qual as posições e as tomadas de posições se definem relacionalmente e que dominam, também, as lutas que visam transformá-lo” (BOURDIEU, 1989: p. 30), então, a luta pelo poder simbólico vai se efetuar nos diferentes campos que constituem o espaço social, visando manter ou transformar a ordem vigente. Mas, há que se considerar que

as produções simbólicas respeitam a divisão do trabalho em seu interior, de forma que apenas os que estão em posição dominantes, estão legitimados para a sua produção, inclusive pelos dominados, visando a estruturação da ordem social.

Dado os condicionamentos impostos pelo *habitus*, como explicar aqueles momentos disruptivos, quando os dominados se rebelam contra a ordem vigente e tentam transformá-la? Para BOURDIEU esta situação só pode ocorrer quando se apresenta aos agentes situações inusitadas quando o *habitus* não dispõe de nenhuma resposta ou direcionamento que oriente sua ação. Nesse caso o agente se vê obrigado a inovar e pode se dar uma situação na qual a ordem vigente não necessariamente vai se reproduzir, eventualmente produzindo novo *habitus*. Há uma mudança na perspectiva do autor, no sentido de que em suas primeiras formulações do conceito, ele entendia que o agente(s) encontrava(m)-se profundamente condicionado pelas estruturas sociais, corporificadas no *habitus*. Essa posição foi paulatinamente se flexibilizando, ao ponto de sugerir a possibilidade de que o(s) agente(s) altere(m) as disposições presentes em seu *habitus*.

Em suas palavras:

“os que ocupam as posições dominadas no espaço social estão também em posições dominadas no campo de produção simbólica e não se vê de onde lhes poderiam vir os instrumentos de produção simbólica de que necessitam para exprimirem o seu próprio ponto de vista sobre o social, se a lógica própria do campo de produção cultural e os interesses específicos que aí se geram não produzisse o efeito de predispor uma fracção dos profissionais envolvidos neste campo a oferecer aos dominados, na base de uma homologia de posição, os instrumentos de ruptura como as representações que se geram na cumplicidade imediata das estruturas sociais e das estruturas mentais e que tendem a garantir a reprodução continuada da distribuição do capital simbólico” (BOURDIEU, 1989: p. 152).

No entanto como se processa essa mudança cognitiva? Esse papel de mediação cabe aos intelectuais. Os intelectuais ao ocuparem uma posição de dominados entre os grupos dominantes, se identificando no espaço social com as classes sociais populares. Esta aliança dos dominados dos dominantes com os dominados, funciona como capital social das classes populares, que utilizando o capital cultural dos intelectuais, podem processar a construção de símbolos a serviço de seus interesses de emancipação. Esse processo de mediação exercido pelos intelectuais é denominado auto-socioanálise, por

permitir que o agente rompa com o círculo da reprodução simbólica vigente, objetivando sua disposição de modificar a ordem estabelecida.

Segundo BOURDIEU,

"É difícil de controlar a inclinação inicial do habitus, mas a análise reflexiva nos ensina que nós mesmos damos à situação parte do poder que ela tem sobre nós, nos permitindo lutar para modificar nossa percepção da situação e com isto nossa reação. Nos torna capazes de dominar até certo ponto, algumas das determinações que se exercem através da relação de cumplicidade imediata entre posição e disposição. (...) Isto significa que, se os agentes tiverem que ter alguma oportunidade para converter-se em algo assim como "sujeitos", isso só será na medida em que dominem de maneira consciente a relação que mantêm com as próprias disposições, optando por deixá-las agir ou pelo contrário, inibindo-as ou melhor submetendo-as (...) e opondo uma disposição a outra. Mas este trabalho de administração das próprias disposições só é possível ao preço de um esforço constante e metódico de explicitação" (BOURDIEU, 1995: p. 94)⁷⁷.

Neste ponto é interessante ressaltar que BOURDIEU utiliza a expressão aliança para se referir ao vínculo que se estabelece entre os intelectuais e os agentes que ocupam posições dominadas no espaço social, e que, por isso mesmo desenvolvem diferentes pontos de vista sobre as estruturas de dominação. Em suas palavras:

"Mas, o mais importante, do ponto de vista do problema da ruptura do círculo da reprodução simbólica, está em que, na base das homologias de posição no interior de campos diferentes (...) se podem instaurar alianças mais ou menos duradouras e sempre com fundamento num mal-entendido mais ou menos consciente. A homologia de posição entre os intelectuais e os operários da indústria (...) está na origem de uma aliança ambígua, na qual os produtores culturais, dominados entre os dominantes, oferecem aos dominados, mediante uma espécie de desvio do capital cultural acumulado, os meios de constituírem objetivamente a sua visão do mundo e a representação dos seus interesses numa teoria explícita e em instrumentos de representação institucionalizados –organizações sindicais, partidos, tecnologias sociais de mobilização e de manifestação, etc." (BOURDIEU, 1989: p. 153).

Então, na concepção de BOURDIEU, os intelectuais têm um papel importante na transformação da ordem social. Ao transmitirem para os agentes que ocupam posições dominadas na estrutura social os instrumentos para que construam a sua visão de

⁷⁷ No original: "Resulta difícil controlar la inclinación inicial del habitus pero el análisis reflexivo que nos enseña que nosotros mismos le damos a la situación parte del poder que ella tiene sobre nosotros, nos permite luchar por modificar nuestra percepción de la situación y con ello nuestra reacción. Nos vuelve capaces de dominar hasta cierto punto, algunas de las determinaciones que se ejercen a través de la relación de complicidad inmediata entre posición y disposición. (...) Esto significa que, si los agentes han de tener alguna oportunidad de convertirse en algo así como "sujetos", ello sólo será en la medida en que dominen de manera consciente la relación que mantienen con sus propias disposiciones optando por dejarlas actuar o por el contrario inhibiéndolas o mejor sometiéndolas (...) y oponiendo una disposición a otra. Pero este trabajo de gestión de las propias disposiciones sólo es posible al precio de un esfuerzo constante y metódico de explicitación" (1995: p.94).

mundo, simultaneamente, também transferem com estes sua visão de mundo formada a partir da posição que ocupam no espaço social e dentro de um campo de produção, que diferem das ocupadas pelos agentes que estão situados em posições dominadas do espaço social⁷⁸.

4.6. O Capital Social Comunitário na Perspectiva de John Durston

Um autor de grande importância no debate sobre o capital é DURSTON por estar voltado para as sociedades latino-americanas e por enfatizar a perspectiva comunitária do capital social. DURSTON é um antropólogo de pensamento extraordinariamente complexo, tendo colaborado decisivamente em vários projetos de extensão e de desenvolvimento comunitário em toda a América Latina⁷⁹.

Para ele, o capital pode ser entendido como,

“(...) o conteúdo de certas relações e estruturas sociais, ou seja, as atitudes de confiança que se dão em combinação com condutas de reciprocidade e cooperação. Constitui um capital no sentido de que proporciona maiores benefícios aos que estabelecem este tipo particular de relações e que pode ser acumulado.” (DURSTON, 2002: p. 15. Em itálico no original).

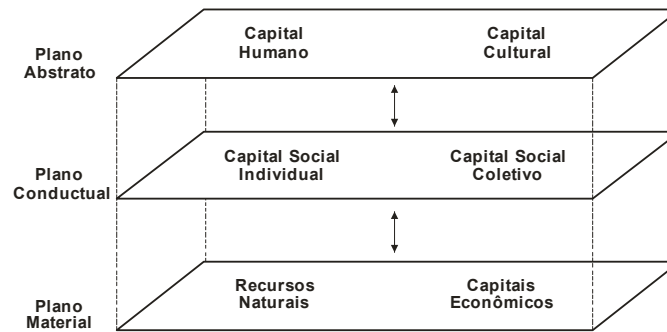
Ou ainda,

“(...) o conteúdo de certas relações sociais – que combinam atitudes de confiança com condutas de reciprocidade e cooperação -, que proporciona maiores benefícios àqueles que o possuem em comparação com o que poderia obter-se sem este ativo” (DURSTON, 2003: p. 147).

DURSTON situa o capital social no plano condutual das relações e sistemas sociais, e não no plano abstrato da cultura simbólica das normas, dos valores e das cosmovisões, plano no qual, para ele se situam o capital cultural, o capital humano ou cognitivo, nem tampouco no plano material onde se situam os recursos naturais e os capitais econômicos. (DURSTON, 2002: p. 16; 2003: p.156).

⁷⁸ Interessante neste ponto fazer uma contraposição entre a posição de Bourdieu e Gramsci sobre a relação entre os intelectuais e as camadas populares. Ver Gramsci (GRAMSCI, 1978: p.13).

⁷⁹ Temos plena consciência de que não fizemos justiça à importância de DURSTON no desenvolvimento da teoria do capital social comunitário. Em outros trabalhos procuraremos nos redimir desta falta.



Fonte: DURSTON, 2002: p. 17

Sua visão pode melhor ser entendida se concebermos o sistema sócio-cultural como composto de três planos, tal como expresso na figura acima: o plano abstrato lugar do capital humano e do capital cultural, o plano das condutas, onde se situa o capital social individual e o coletivo, e, finalmente, o plano material, âmbito dos recursos naturais e dos capitais econômicos. Entre o plano abstrato do capital humano e cultural e o plano condutual do capital social, desenvolvem-se interações recíprocas, sem que um necessariamente determine o outro.

A confiança, a reciprocidade e a cooperação se constituem para ele no conteúdo, por excelência, das relações e das instituições sociais do capital social (DURSTON, 2002: p. 16). Vejamos de que forma.

4.6.1. A Confiança

Em consonância com sua concepção de que o capital social se situa no plano das condutas, Durston concebe a confiança individual como:

“(...) uma atitude que se baseia no comportamento que se espera da outra pessoa que participa na relação que se estabelece entre ambas. Esta confiança tem um suporte cultural no princípio da reciprocidade, e um suporte emocional, que é o afeto que sentimos para aquelas pessoas que acreditamos confiáveis e que nos dão mostra de sua confiança por nós. Tal atitude se expressa em condutas reiteradas e reforçadas com expressões que comunicam essa confiança em discursos e em ações de entrega do controle sobre determinados bens (DURSTON, 2002: p. 16).

A confiança é uma decorrência da repetição de interações com outra pessoa, gerando uma experiência acumulada, que indica que essa pessoa responderá a um ato de generosidade com outro ato equivalente, estabelecendo um vínculo no qual se combina

a aceitação do risco com um sentimento de afetividade ou de identidade ampliada. Na verdade, viver em um mundo de riscos e incertezas, impõe-se a necessidade de confiar em alguém, mesmo considerando que, por essas mesmas razões, sempre há o risco da quebra de confiança, da traição. No entanto, em praticamente todos os grupos humanos se estabelece o sentimento da obrigação relacionada com o parentesco que, ao mesmo tempo, processa em seus membros a internalização de normas de identidade comunitária que funciona como um antídoto à traição.

4.6.2. A Reciprocidade

Como já vimos no primeiro capítulo, a reciprocidade atua como o princípio fundamental que rege as relações institucionais formais e informais em uma determinada comunidade. Nas sociedades que antecederam o processo de mercantilização vigia uma lógica de intercâmbio baseada em presentes, lógica distinta da mercantil que opera em nossas sociedades, embora nestas também esteja presente em maior ou menor grau formas daquela, tanto no âmbito da sociabilidade primária, como nas estruturas mais profundas do funcionamento do mercado. Nas palavras do autor:

“Um presente é signo de estar disposto a iniciar ou manter uma relação social e, ao mesmo tempo, supõe da parte do receptor a obrigação, culturalmente sancionada, de retribuir de alguma forma o presente. Nesta reciprocidade, que Mauss chama difusa, a compensação por um favor, um empréstimo ou um regalo não é imediata nem com uma equivalência precisa, o que sem dúvida a distingue das transações mercantis” (DURSTON, 18: p. 18).

O tipo de relações comunitárias que estamos tratando neste tópico são fenômenos totais, que por sua vez, também são sistemas totais. Nesse caso, a reciprocidade que poderia ser concebida com um fenômeno menor entre tantos outros fenômenos sociais, constitui-se na base, no fundamento, das relações e instituições do capital social.

4.6.3. A Cooperação

Para Durston a cooperação é “uma ação complementar orientada para a obtenção de objetivos compartilhados de um empreendimento comum”. Em conjunto com a

confiança e com os vínculos de reciprocidade, ela emerge a partir de interações sucessivas entre diversas estratégias individuais. Ainda que seja complicado tomar o conceito como assentado na teoria dos jogos, como sugere o autor, ao postular seu fomento através da repetição de situações nas quais é possível confiar ou trair, a exemplo do clássico dilema do prisioneiro, penso que a melhor abordagem consiste em pensá-la como uma consequência não planejada da evolução interativa – ou coevolução – de distintas estratégias de múltiplos agentes, outra possibilidade que ele também apresenta para que se estabeleçam laços de cooperação.

Fica a pergunta de como se processa a interação entre a confiança, a reciprocidade e a cooperação, mesmo considerando como ponto de partida a abordagem maussiana das dinâmicas de intercâmbio material de reciprocidade. Cabe considerar, como o fizemos de passagem no primeiro capítulo, a importância dos sentimentos e das emoções. Como estamos tratando de fenômenos totais, não podemos deixar de lado esses aspectos, uma vez que a interação das emoções uma vez que, como ele nos diz:

“(…) os sentimentos de afeto, de segurança e de pertencimento, por um lado, e de raiva, medo e rechaço, de outro, surgem das interações aqui descritas e as retro-alimentam. De fato, há um círculo vicioso na qual a desconfiança é confirmada pela agressão ou o engano, que leva a recusar a cooperação e os gestos de afeto e de dádiva. Não obstante, há também uma dinâmica virtuosa, que se põe em movimento cada vez que um gesto de amizade ou de confiança é retribuído com um ato igualmente positivo ou ainda mais positivo, com o que se reforça um vínculo de amizade ou de amor” (DURSTON, 2002: p. 19).

4.6.4. Capital Social e Exclusão

Na visão do autor as redes e organizações são, no geral, socialmente excludentes por definirem claramente os que estão dentro e os que estão fora. Na verdade,

“Uma das principais causas da emergência do capital social coletivo é que todos os grupos humanos competem entre si por conquistar o controle o controle sobre os recursos e os territórios. Parte da estratégia de cooperação coletiva tem como objetivo excluir aos grupos rivais desse controle e, no caso de grupos mais poderosos, subordinar socialmente a outros grupos. A exclusão e a subordinação desempenham um papel na reprodução da pobreza, e os grupos mais poderosos – isto é, com maiores ativos – mobilizam seu capital social precisamente para reproduzir a exclusão e por consequência a pobreza”.

Disso decorre que nem sempre, como o quer uma visão apologética, o capital social é benéfico para toda a sociedade. Por estar mal distribuído entre os diferentes segmentos da sociedade, trás benefícios para os que o possuem, e exclusão e pobreza para os destituídos de sua posse. Ou seja, “os laços que unem também excluem; os grupos e as redes só funcionam mediante a inclusão de alguns e a exclusão de outros, pelo que o capital social pode contribuir para manter a exclusão nas sociedades socialmente diferenciadas” (NARAYAN, 1999. Apud, DURSTON; 2002, P. 25).

Daqui se depreende que dada sua desigual distribuição no seio das comunidades camponesas, há a possibilidade de que determinado indivíduos ou facções imponham seus projetos pessoais aos demais membros, gerando relações verticalizadas ou de subordinação. Mais ainda, quando facções internas se articulam em vínculos clientelísticos com atores externos, os chefes dessas facções acumulam capital social que lhes permite agir como agentes do poder dominante externo, promovendo a passividade no seio da comunidade, com o que contribuem para acentuar a diferenciação entre ela e os segmentos privilegiados externos.

4.6.5. Capital social e comunidade camponesa

Sem entrar no debate sobre o caráter individual ou coletivo do capital social, importante por certo, como o mostra a profusão da literatura sobre o tema, importa aqui destacar que para o autor em consideração, os atributos que ele sustenta são:

“i) que o capital social comunitário não é um recurso individual, mas uma forma de institucionalidade social do conjunto, neste caso da comunidade local; e ii) que os participantes no capital social comunitário se propõem como objetivo, de forma explícita ou implícita, o bem comum, ainda que não necessariamente o alcancem” (DURSTON, 2002, p.27).

Nosso autor não nega que as comunidades ao serem compostas por indivíduos, não exclua a possibilidade de que estes se beneficiem do capital social comunitário, mas se recusa, a nosso ver com razão, em prosseguir com o confronto entre as posturas subsocializadas ou sobresocializadas do capital social. Como ele mesmo diz, “grande parte da riqueza do capital social radica justamente em que lança luzes sobre o modo

pelo qual o capital social individual interage com as instituições do capital social comunitário, às vezes contra, porém, no geral, como um reforço que opera em igual sentido” (DURSTON, 2002: p. 29).

4.6.6. Ruralidade, territorialidade e capital social comunitário

Desde sua formulação inicial o conceito do capital social tem sido concebido em elevado nível de abstração, sem levar em consideração situações concretas e locais, ou fazendo referência explícita ou implicitamente a contextos urbanos. Apoiando-se em Woolcock (1998), para quem a pobreza no sentido estritamente econômico pode ser tão intensa no campo como na cidade, embora no campo, a presença de redes comunitárias mais intensas e duradouras impeça algumas das piores manifestações da pobreza urbana, essas diferenças podem possibilitar que o estudo do capital social comunitário contribua para o esclarecimento do debate conceitual do capital social em geral (DURSTON: 2002, P. 34). Esse é o caso da dimensão territorial do capital social.

Parece razoável sustentar que a comunidade rural propicie um ambiente favorável para a emergência do capital social. Sem cair na visão utópica, bucólica ou romantizada da comunidade rural, é possível argumentar que:

“A situação de relativa estabilidade das relações interpessoais, cruzadas por sua vez por relações de parentesco, em um espaço local durante toda a vida, promete desde já ser um precursor do capital social... As relações sociais na comunidade rural são certamente complexas, porém não necessariamente densas, porque o espaço social é afetado pelo espaço geográfico, e a distância entre os vizinhos – assentados no geral de forma dispersa – a insuficiência dos meios de transportes atentam contra o surgimento de uma forte institucionalidade rural de capital social, seja individual – em redes – ou comunitário – em instituições” (DURSTON, 2002: p. 35).

No entanto, não se pode negligenciar o potencial de conflito nas comunidades rurais em sua concorrência por recursos escassos que pode minar a construção do capital social, principalmente quando fomentadas por atores externos poderosos. Ademais, nos adverte o autor, devemos nos afastar do modelo simplista que classifica as comunidades rurais em conflitivas e cooperativas. Isso porque os mesmos fatores precursores da confiança e cooperação, como parentesco, identidade étnica, etc., pode

dar lugar a eclosão de graves conflitos entre indivíduos e entre facção. Mais ainda, torna-se importante ter em conta que em muitas comunidades camponesas da América Latina, a oposição interna entre grupos e subgrupos, é um elemento essencial e permanente da estrutura e da reprodução da comunidade como um sistema socioeconômico complexo e heterogêneo, em termos de suas respectivas dotações de capital social. Nesses casos, a cooperação dentro de um determinado grupo de parentes ou vizinhos pode ser suscitada pelo espírito unificador gerado pelo conflito com um grupo contrário ou com a comunidade vizinha.

Em suma, a possibilidade da geração de capital social comunitário depende de muitas condições internas e externas. Em seu interior se combinam elementos propícios ou nocivos para a formação do capital social, sendo o saldo líquido específico e temporalmente circunscrito a cada comunidade.

4.6.7. Os laços fortes e o os laços débeis

No interior das comunidades rurais as pessoas se movem em sistemas que no geral envolvem numerosos atores. Por isso, as interações são múltiplas e também as relações de poder, ou seja, o controle que cada ator tem sobre elementos que são de interesses de todos. Assim, as obrigações e expectativas das pessoas rebatem sobre as demais, gerando o fenômeno de clausura ou fechamento. A importância deste controle recíproco é que ele permite estabelecer normas que são respeitadas por todos e sanções da coletividade sobre cada um de seus membros. Esse tipo de laços fortes de interdependência e obrigação entre um grande número de pessoas torna difícil o rompimento das normas. Em muitas comunidades rurais caracterizadas por este tipo de fechamento torna-se possível desenvolver instituições fortes e eficazes cujas normas no geral são respeitadas.

Como já vimos no capítulo 3, a dimensão territorial do fechamento é essencial, pois abre a possibilidade de fortalecer as relações e os compromissos de uma comunidade com seu entorno maior. Essa cola que permite o estabelecimento e o fortalecimento da confiança, da reciprocidade e da cooperação na comunidade. Mas, para que a comunidade não permaneça segregada e submersa no paroquialismo, é essencial o estabelecimento de laços débeis que permitam a ampliação do raio que,

embora menos poderosos, abrangem um raio mais amplo que os laços fortes, permitindo uma maior interlocução com outras comunidades.

Todavia, não se pode cair na armadilha das dicotomias, principalmente aquelas geradas pela confusão de variáveis, tal como é o caso de comunidades que se caracterizam por laços fortes e pobreza material, por exemplo. A escassez de recursos pode debilitar os laços fortes e a força dos laços débeis pode surgir da abundância de recursos, que permita a comunidade ampliar seu raio de ação. A combinação de laços fortes com a posse de recursos abundantes pode permitir o acesso dessas comunidades a novas fontes de recursos e informações que lhes permitam romper com as condições de exclusão social e pobreza. Na verdade, esta visão aberta do capital social nos possibilita pensar nas interações que pode se estabelecer entre as políticas públicas de desenvolvimento rural e as instituições próprias da comunidade camponesa.

4.6.8. Capital social comunitário e políticas públicas

Uma das contribuições mais duradoura de Durston para a teoria social é o tratamento da relação ambivalente entre o capital social comunitário e as políticas públicas. Ao invés de postular uma separação rígida entre Estado (e serviço público) e sociedade civil, talvez um caminho mais promissor seja investigar as condições em que pode se dar, em diversos planos, a sinergia entre a institucionalidade do capital social e o Estado. Diversos estudos têm enfatizado a ação do Estado no empoderamento⁸⁰ de setores excluídos através da conjunção de serviços sociais e de um forte compromisso do funcionário público com a comunidade local (TENDLER, 1998).

As políticas públicas podem construir e fortalecer o capital social, direta ou indiretamente, através do potencial sinérgico contido no trabalho conjunto das organizações cívicas com o Estado:

“(…) os incentivos que o Estado outorga para que os cidadãos se associem com o objetivo de receber algum benefício, têm o efeito adicional de romper as barreiras seculares de temor e desconfiança e, por essa via, de estimular a

⁸⁰ Trata-se de um processo pelo qual um determinado grupo conquista, desenvolve e exerce a autoridade. A ênfase recai no grupo que leva a cabo seu próprio empoderamento. Não é uma concessão de uma entidade superior, já que é a antítese do paternalismo. É a potencialização das capacidades latentes em uma pessoa ou grupo social no sentido da autogestão e autonomia na busca de igualdade de oportunidades. (STAPLES, 1990. Apud: DURSTON, 2002, 49).

confiança ali onde ela não existe, assim como de fortalecer os hábitos de colaboração e associação” (DURSTON, 2002: p. 46).

O Estado pode, no entanto, se constituir em parte do problema para o desenvolvimento do capital social comunitário. Mas, mesmo nesse caso, não há uma cisão estrita entre o Estado e a sociedade civil. Na verdade, o que com frequência ocorre é o aparelhamento do Estado pela elite econômica e pela elite detentora do conhecimento, ou seja, estas conseguem estabelecer vínculos privilegiados com o Estado, gerando os conhecidos fenômenos do lobby, do apadrinhamento e do clientelismo, formas de capital social que reforçam sua estrutura de poder e de privilégios, mas que excluem a maior parte da população dos benefícios das políticas públicas.

Essas formas de capital social que se incrustam no Estado e podem comprometer sua autonomia, na maioria das vezes conseguem reproduzir ou reforçar a pobreza e a exclusão social. No entanto, outras formas de interface entre a sociedade civil e o Estado, podem ser virtuosas por propiciarem o estabelecimento de fortes vínculos sócioemocional entre o agente público e a comunidade, permitindo-lhe aumentar sua resiliência e capacidade coletiva de empreender projetos. No nível local é possível, nesse caso, que os sistemas sócio-políticos microrregionais estimulem a emersão de atores sociais excluídos, com o objetivo de provocar um processo democratizador e emancipador e, a partir disso, aumentar a escala territorial do capital social coletivo dos setores pobres.

A contribuição mais duradoura de Durston, em nosso entender, consiste em não apresentar apenas a face considerada virtuosa do capital social. Considera que da mesma maneira que outras formas de capital social, o lobismo, o apadrinhamento e o clientelismo são partes do problema da perpetuação da pobreza, não porque sejam intrinsecamente perversos, mas pelo fato de que, em geral, são os ricos e não os pobres que os praticam com maior frequência e proveito. O caso mais exemplar, em particular, é o do clientelismo autoritário. Nele se reproduzem relações de poder extremamente desiguais entre os partidos políticos e os grupos pobres, principalmente quando é exercido na escala local por indivíduos que atuam como nexos entre os dominantes e os dominados.

O clientelismo em suas manifestações mais excludentes e dominantes se constitui no principal exemplo do capital social como parte do problema da perpetuação da pobreza e da exclusão social, parte no qual, a autonomia do próprio Estado e seus programas de ajuda aos pobres, ficam seriamente comprometidos.

No quadro abaixo, o autor sintetiza os diferentes tipos de interação entre o capital social e os organismos públicos em uma escala que vai das formas mais autoritárias e repressivas até as mais sinérgicas e virtuosas de co-produção entre o Estado e a sociedade civil.

Quadro 3 – Tipos de Interação entre Capital Social e Organismos Públicos

Clientelismo autoritário, repressivo e/ou cleptocrático	Clientelismo passivo: paternalista, tecnocrático burocrático e/ou partidarista	Semi-clientelismo: organismo incubador e capacitador	Organismo empoderador e apoiador	Sinergia: co-produção entre o Estado e a sociedade civil
Reprime com violência o capital social popular; saqueio como prêmio	Transforma o capital social em receptividade passiva de produtos e cria dependência	Fomenta a organização autônoma, capacita em gestão e espírito propositivo. Protege a organização no plano social, econômico e político local e regional	Continua desenvolvendo sistemas de autogestão de organizações já constituídas e que funcionam com certa autonomia. Amplia o raio de ação territorial e fortalece aos atores sociais mais débeis	As organizações de base e de segundo nível determinam e gerem suas próprias estratégias, firmam contratos com o Estado e com organismos externos, gerem recursos financeiros e contratam pessoas para co-produzir melhorias na qualidade de vida de seus integrantes. Os funcionários públicos e os técnicos contratados prestam contas aos usuários organizados.

Fonte: DURSTON, 2002: p. 45

O reconhecimento de que o Estado pode ser apropriado por segmentos privilegiados da sociedade civil, embora não seja nova, é de grande importância para que se parta em bases realistas para propostas de políticas públicas orientadas para os segmentos mais desfavorecidas da população. Desnuda, como dissemos antes com base no autor, o caráter essencialmente ambivalente da relação entre os organismos públicos de desenvolvimento rural e as comunidades pobres. Em suas palavras:

“Ainda que no plano do discurso estes organismos sejam invariavelmente aliados incondicionais dos camponeses, comprometidos com seu empoderamento, na realidade estão também, em maior ou menor medida, penetrados por diversas formas de lobismo e clientelismo que dificultam o cumprimento de tais promessas” (DURSTON, 2002, p. 51).

A tipologia das possibilidades de interações entre o capital social e os organismos públicos de fomento voltado para os pobres é de enorme importância para avaliarmos a possibilidade de sucesso das políticas públicas explicitamente orientadas para esse público-alvo. Isto porque diferenças aparentemente de somenos importância quanto a natureza e gravidade do clientelismo podem significar enormes diferenças para as possibilidades reais de tal ou qual organismo de desempenhar um papel favorável para a acumulação de capital social comunitário, quando se apresenta a ocasião para isso. Esses matizes ou leque de possibilidades vão desde as formas mais perversas de clientelismo para o capital social comunitário até relações sinérgicas virtuosas de interface entre a sociedade civil e o Estado (DURSTON, 2002, p. 51)..

É evidente que quanto mais propícias forem as relações entre o Estado e as comunidades pobres, maiores serão as possibilidades de que acumulem e com maior rapidez capital social. Entre as relações Estado sociedade civil predatórias e as sinérgicas e virtuosas, temos um contexto de maior interesse que é aquele onde predominam relações do tipo semi-clientelístico. Trata-se de uma situação de grande fluidez e, portanto, de abertura para mudanças sistêmicas, já ocorre quando setores reformistas democráticos conseguem obter o controle de alguma instância do aparelho do Estado e propõem um novo pacto que promete empoderar seus beneficiários em termos de sua capacidade de autonomia e negociação. Nessa moldura ou em outras mais favoráveis – caso onde ainda há a presença de um organismo facilitador ou co-produtor -, é possível alcançar uma situação na qual a sinergia entre o Estado e suas agências,

membros da sociedade civil e as comunidades envolvidas, co-evoluam para um círculo virtuoso de crescente autonomia das organizações de base, aumento da participação cidadã na fiscalização dos atos do Estado e, tão importante quanto, democratização expandida do aparelho do Estado e autonomia em relação aos interesses particularistas emanados da sociedade civil.

Em síntese é possível formar capital social comunitário. Uma estratégia factível pode ser o de seguir as linhas de menor resistência. No semi-clientelismo as comunidades e organizações camponesas recebem apoio dos partidos políticos comprometidos com suas demandas, o que lhes permite acumular capital social, capacitando-as, posteriormente para fazer suas próprias proposições no cenário micro-regional. No caso de receberem apoio do exterior para seu fortalecimento como atores sociais, podemos dizer que estamos diante de um quadro e de uma visão ampliada e mais dinâmica do papel do agente externo. Em circunstâncias favoráveis, o fortalecimento de muitas comunidades pequenas pode se constituir em um primeiro passo para gerar atores sociais mais poderosos e tornar possível alianças micro-regionais em apoio a movimentos progressistas. Só assim, como resultado da interação sinérgica entre os agentes públicos a sociedade civil e as comunidades camponesas, o crescente grau de autonomia e de empoderamento dessas comunidades, pode lhes permitir superar a tradicional dependência do clientelismo passivo e romper com os laços seculares de exclusão social e pobreza.

4.7. O Capital Social na Perspectiva das Organizações Multilaterais

As organizações após um encantamento com os estudos sobre o virtuosismo do capital social, incorporaram o conceito em suas políticas de ajuda aos países em desenvolvimento, em particular, para suas comunidades mais pobres. A ênfase recaiu nas estratégias de desenvolvimento local endógeno. Num primeiro momento, no bojo de suas políticas de Estado Mínimo. O fracasso de muitas dessas iniciativas, provocou uma forte reorientação na concepção dessas organizações, em direção a uma concepção neo-institucionalista, que considera o importante papel do Estado nas estratégias de desenvolvimento local.

Quadro 4 - Organizações Internacionais e Capital Social

Organizações e Programas	Definição de Capital Social	Objeto e Método	Publicações e Referências
Banco Mundial: <i>Social Capital Initiative</i> (lançada pelo Departamento de Desenvolvimento Social do BM em 1998)	Refere-se a instituições, relações e normas que consubstanciam a qualidade e a quantidade de interações sociais em uma sociedade. Não é somente o somatório das instituições que constituem uma sociedade, mas é a cola que as mantém unidas.	Dois objetos principais: as fontes de capital social (família, sociedade civil, comunidades, etnia, setor público, gênero) e as relações possíveis entre capital social e várias questões de desenvolvimento (crime e violência, economia, comércio e migração, educação, meio ambiente, finanças, saúde, etc.). Medida o capital social é essencial para compreender o papel desta « externalidade » no desenvolvimento econômico e social.	O site do BM contém referências muito valiosas para o pesquisador (www.worldbank.org/poverty/scapital). Os autores mais citados são Robert Putnam, Narayan e Portes.
FAO: Programa relativo a Instituições (Departamento de Desenvolvimento Sustentável, 1998)	Refere-se ao conjunto composto de coesão social, identificação comum a normas de governança, expressão cultural e comportamento social, os quais tornam a sociedade algo mais do que o somatório de indivíduos.	Viez do desenvolvimento institucional e dos mecanismos de participação: os projetos têm por objeto o empoderamento, a participação nos processos de tomada de decisão e o fomento de redes sociais, sobretudo cooperativas no meio rural. São trabalhadas metodologias de avaliação, de montagem e de gestão de projetos.	A noção de « instituição » é central no trabalho da FAO. A principal referência é feita a Douglas North.
OCDE: Centro de Pesquisa em Educação e Inovação (Conferência internacional sobre indicadores de capital social, organizada em 2002)	Redes e normas, valores e convicções comuns que facilitam a cooperação dentro e entre grupos sociais.	O método utilizado pela OCDE é dividido em seminários com formuladores de políticas públicas e projetos de medição do capital social. A comparabilidade dos instrumentos de medida é uma preocupação importante para a OCDE.	Publicação inicial <i>The Well-Being of the Nations: The Role of Human and Social Capital</i> , em que são referências principais Coleman, Putnam e Fukuyama.
CEPAL: Divisão de Desenvolvimento Social.	Capacidade efetiva de mobilizar, produtivamente em prol de grupo social, recursos associativos que se encontram em redes sociais às quais têm acesso indivíduos desse grupo.	Seu foco principal dá-se nas relações do capital social com pobreza urbana, políticas públicas, gênero e sustentabilidade ambiental rural.	Publicação <i>Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma</i> (2003). São referências importantes John Durston e Lindon Robison.

Fonte: MILANI, 2000: p. 27

4.8. Os Críticos de Putnam e Coleman

Na esteira da publicação do trabalho de Putnam, diversos autores procuram contestar, ampliar ou retificar sua formulação original.

Dentre esses autores, destaque merece Alejandro PORTES que critica COLEMAN pela sua definição vaga de capital social e pelo caráter tautológico de suas proposições. Ademais, para PORTES, apesar de sua vulgarização,

“o termo não incorpora qualquer idéia verdadeiramente nova para os sociólogos: que o envolvimento e a participação em grupos pode ter conseqüências positivas para o indivíduo e para a comunidade é uma noção corrente, remontando a Durkheim e à sua insistência na vida em grupo enquanto antídoto para a anomia e a autodestruição, e à distinção efectuada por Marx entre uma ‘classe em si’ atomizada e uma ‘classe para si’ mobilizada e eficaz” (PORTES, 2000: p. 133-134).

Para ele, ademais,

“A originalidade e o poder heurístico da noção de capital social provêm de duas fontes: em primeiro lugar, o conceito incide sobre as conseqüências positivas da sociabilidade, pondo de lado as suas características menos atractivas; em segundo lugar, enquadra essas conseqüências positivas numa discussão mais ampla acerca do capital, chamando a atenção para o facto de que as formas não monetárias podem ser fontes importantes de poder e influência, à semelhança do volume da carteira de ações ou da conta bancária.” (PORTES, 2000: p.134).

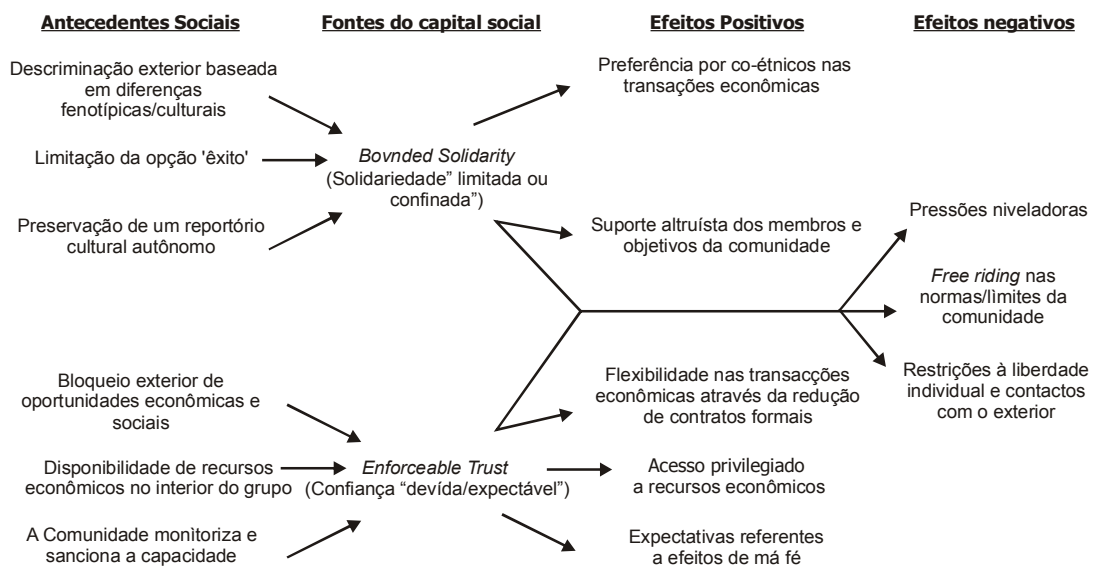
Pondo reservas no tom laudatório que cercou desde o início o conceito, principalmente quando de sua ampliação do estudo de um indivíduo ou família, para o âmbito de comunidades, cidades e até mesmo de nações. Para ele, podemos distinguir quatro tipos de capital ou de expectativas economicamente relevantes, a saber:

“o primeiro; está relacionado com o *value introjection*, o qual corresponde a enfatizar o carácter moral das transacções económicas que são guiadas por imperativos morais aprendidos ao longo do processo de socialização;
o segundo, advém do trabalho clássico de Simmel, segundo portes, cuja tónica é colocada na dinâmica da filiação do grupo. Ou seja, neste caso, a transferência de recursos processa-se na expectativa de recompensas equivalentes provenientes dos beneficiários.
o terceiro tipo, *bounded solidarity* caracteriza-se por circunstâncias pontuais

que podem dar origem ao aparecimento de comportamentos de grupo orientados, ainda que à margem de qualquer *value introjection*. As suas fontes clássicas, diz-nos partes, são bem exemplificadas pela análise marxista da queda da consciência proletária e a transformação dos trabalhadores numa classe própria,

o último tipo de capital social corresponde a *enforceable trust* o qual foi capturado na distinção clássica de Weber entre racionalidade formal e substantiva nas transações de mercado. A racionalidade formal está associada com as transações baseadas em normas universais e trocas livres, enquanto a substantiva envolve obrigações particulares nos monopólios ou quase monopólios de que beneficiam grupos específicos.” (CASTRO, 2006: p. 14).

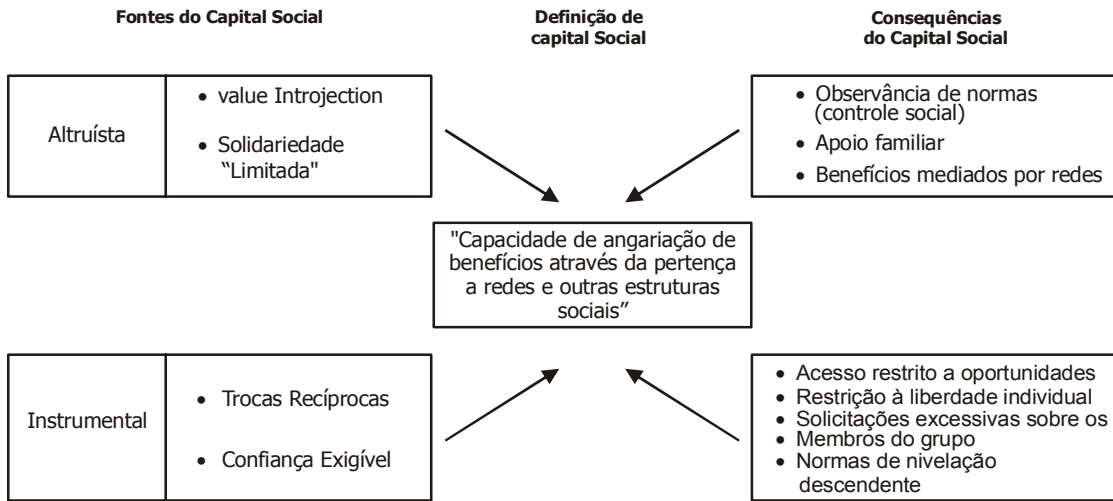
PORTES concebe o capital social como gerado por membros individuais disciplinados de acordo com as expectativas do grupo. Os dois primeiros tipos de capital social foram objeto de estudos do pensamento sociológico, sendo parca a teorização sobre os dois últimos. Segundo Portes, ambos dependem de um forte sentido de comunidade, podendo ter efeitos positivos ou negativos, de acordo com o seguinte esquema:



Fonte: Portes, Alejandro (1998:130) (tradução nossa).

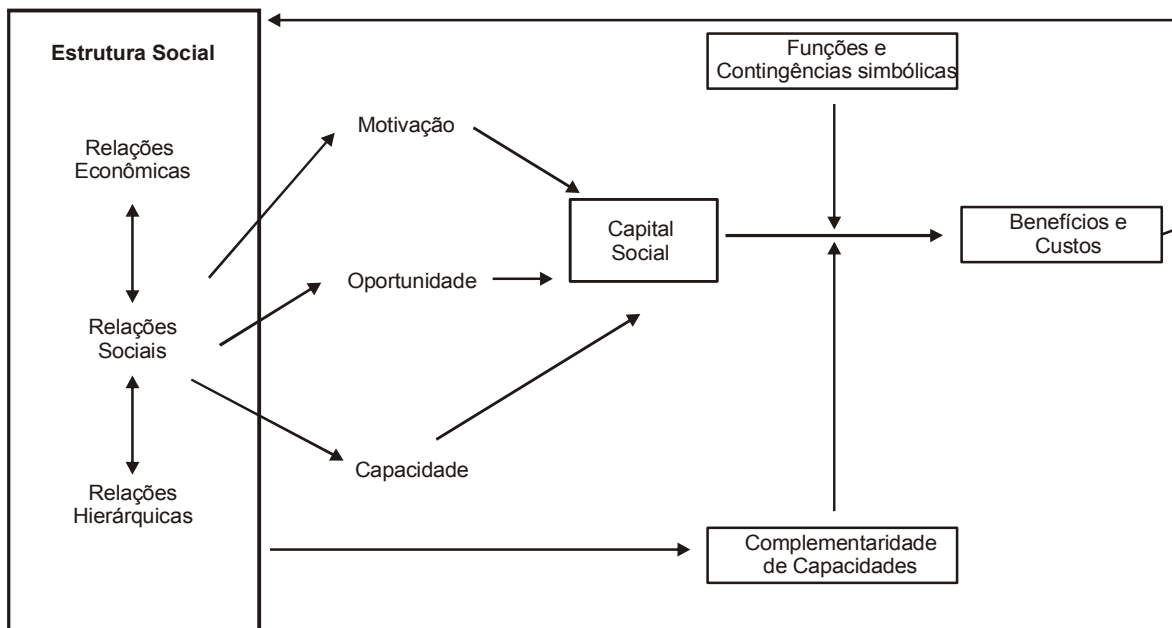
Ademais, como as fontes do capital social são as mais diversas, os efeitos do capital social adquirido por solidariedade ou confiança podem ser positivos ou negativos, tanto no plano intra como no inter grupos/comunidades, conforme a

motivação de terceiros em sua concessão tenha motivações mais altruísta ou instrumental, como se pode ver no esquema abaixo:



Fonte: Portes, Alexandre (2000:140).

Castro apresenta também o “modelo conceptual de capital social” de ADLER e KWON, onde há a preocupação em mostrar a distinção entre fontes e conseqüências do capital social, conforme o esquema abaixo (CASTRO, 2006: p.16):



Fonte: Adler and Kwon (2000:69) (tradução nossa).

Outra contribuição importante para este trabalho é a oferecida por WOOLCOCK, muito próxima da defendida pelo Banco Mundial, como veremos em outra seção deste capítulo. Para ele, “(...) o capital tem relação com as normas e redes que permitem as pessoas agirem de forma coletiva” (WOOLCOCK, 2002: p. 2)⁸¹.

Para WOOLCOCK, esta visão de capital social atende a três requisitos:

- a) Assume que aspectos importantes do capital social como a confiança e a reciprocidade decorrem de um processo iterativo no qual conta mais as suas fontes de que as suas conseqüências;
- b) Permite distinguir diferentes dimensões do conceito e reconhecer que diferentes comunidades têm acesso diferenciado ao capital social. Esses resultados dependem das diversas combinações de dois tipos de capital social: “*bonding social capital*” e “*bridging social capital*”. Permite também incorporar uma componente dinâmica na análise, uma vez que as combinações ótimas dessas dimensões se alteram no tempo;
- c) Embora a unidade básica de análise não seja tanto o indivíduo, o lugar ou o Estado, mas a comunidade, reconhece que tanto as pessoas como os lugares podem se apropriar do capital social, sendo que no caso das comunidades isso depende, em grande parte de sua relação com o Estado.

Essa abordagem em sua visão é muito distinta de outras abordagens na forma de conceber o papel das relações sociais, com importantes conseqüências tanto para a investigação sobre o tema, como para as políticas contemporâneas de desenvolvimento. Para ele existem quatro perspectivas para a análise da relação entre capital social e desenvolvimento econômico: a) a visão comunitária; b) a visão das redes; c) a visão institucional e d) a visão sinérgica. É com esta última perspectiva que ele mais se identifica (CASTRO, 2006: p. 19).

Segundo ele, embora distintas, estas perspectivas têm muitos pontos em comum, conforme se depreende do resumo por ele apresentado no quadro abaixo:

⁸¹ No original: “(...) el capital dice relación con las normas y redes que le permiten a la gente actuar de manera colectiva” (WOOLCOCK, 2002: p. 2)

Quadro 5 – Perspectivas sobre a relação entre Capital Social e Desenvolvimento Econômico

Perspectiva	Atores	Prescrições Políticas
Visão Comunitária Associações locais	Grupos comunitários Organizações voluntárias	- “Small is beautiful” - Reconhecer os ativos sociais dos pobres
Visão de Redes Laços comunitários “bonding” e “bridging”	Empresários Associações Econômicas Mediadores de informação	- Descentralizar - Criar centros empresariais - “Construir pontes” entre os setores sociais
Visão Institucional Instituições políticas e legais	Setores público e privado	- Outorgar liberdades civis e políticas - Implementar transparência e responsabilidade das instituições perante a sociedade civil
Visão “Sinérgica” Redes comunitárias e relações Estado-sociedade	Grupos comunitários Sociedade Civil Empresas Estados	- Coprodução - Complementaridade - Fomentar a participação - Fomentar o associativismo - Aumentar a capacidade e escala das organizações locais

Fonte: (WOOLCOCK, 2002: p. 3; Apud, CASTRO, 2006: p. 20)

Segundo o autor temos aí os elementos-chaves de cada uma dessas perspectivas sobre o relacionamento entre capital social e desenvolvimento econômico e as respectivas prescrições de políticas. Suas diferenças residem na unidade de análise, no tratamento do capital social como variável dependente, independente ou de mediação, bem como sobre a incorporação ou não de uma teoria do Estado.

Outro ponto importante da contribuição de WOOLCOCK pode ser apreciado tendo como base o trabalho de MOYANO, desenvolvido a partir de reflexões sobre o trabalho de WOOLCOCK (1998). A questão importante é reconhecer a insuficiência de se tomar o capital social como um recurso que ajuda os grupos sociais a resolverem os dilemas estáticos da ação coletiva, mas ampliá-lo para dar conta dos dilemas dinâmicos do desenvolvimento, ou seja, resolver os dilemas que surgem quando o êxito de uma determinada ação coletiva em favor do desenvolvimento, influi de tal maneira nas relações sociais no interior de uma determinada comunidade, que se torna necessário sua coordenação para garantir que o processo de desenvolvimento continue a ter êxito no futuro (MOYANO, 1999: p. 19).

Para esse empreendimento foi necessário redefinir os conceitos de “embeddedness” (enraizamento), formulado originalmente por POLANYI e retomado para a sociologia contemporânea por GRANOVETTER e o de “autonomy” (autonomia), para verificar como se manifestam nos níveis macro e micro. Na descrição de MOYANO, o procedimento de WOOLCOCK foi o seguinte:

“No nível micro, amplia o conceito de “embeddeness” – que no modelo anterior se referia sobretudo aos laços sociais intracomunitários, ou seja, as relações dos indivíduos com os de seu próprio grupo de referência – e o substitui pelo de “integration” (integração) – que inclui também as relações com outros membros da comunidade -; o conceito de “autonomy” - que faz referência à participação dos indivíduos em redes extracomunitárias – é substituído pelo de “linkage” (conexão, contato) – incluindo o compromisso dos indivíduos com as instituições da sociedade civil. No nível macro, o conceito de “embeddeness” – que no primeiro modelo se refere as relações Estado-sociedade civil – é substituído agora pelo de “synergy” – incluindo a cooperação entre instituições tanto públicas como privadas -; o conceito de “autonomy” – capacidade, competência e credibilidade das instituições políticas locais – é ampliado e substituído pelo de “organizational integrity” – incluindo a eficiência da burocracia administrativa tanto nas instituições locais, como nas organizações privadas.” (MOYANO, 1999: p. 19-20).

Uma síntese dos diferentes tipos de capital social está apresentada no quadro abaixo:

Quadro 6 – Tipos de Capital Social

<p>“Bonding social capital”</p>	<p>“Envolve os vínculos entre agentes de mesma posição. São os grupos homogêneos, voltados para dentro, nos quais as identidades dos membros são reforçadas. Essa “super-cola sociológica”, nas palavras de Putnam cria um ambiente de lealdade e reciprocidade entre membros, sendo útil, especialmente, para a resolução de problemas de ação coletiva e para o apoio mútuo intra-grupo”.</p>
<p>“Bridging social capital”</p>	<p>“Essa forma refere-se aos laços fracos entre agentes de grupos sociais distintos. São as relações sociais mais distantes que trespassam as fronteiras sociais, nos quais as virtudes cívicas se mostram mesmo entre pessoas com distintas situações demográficas, étnicas ou ocupacionais. Trata-se de um “óleo lubrificante social”. As informações sobre o comportamento de outros agentes e oportunidades disponíveis fluem através do capital social do tipo “bridging”. Quando o capital social do tipo “bridging” é abundante, tem-se uma sociedade fluida e integrada, na qual, por exemplo, a despeito das diferenças sociais, pobres e ricos confiam uns nos outros e compartilham informações”.</p>
<p>“Linking social capital”</p>	<p>“Refere-se às ligações verticais entre os pobres e pessoas em postos de decisão em organizações formais. Comunidades onde abunda esse tipo de capital tem governos permeáveis às demandas oriundas dos estratos inferiores da pirâmide social”.</p>

Fonte: (MONASTÉRIO, 2000b:p 5)

Os tipos e dimensões do capital social nos níveis macro e micro estão apresentados no quadro abaixo:

Quadro 7 – Tipos e dimensões do Capital Social

	“Embeddedness” Enraizamento	Autonomia
NÍVEL MACRO	SINERGIA Sinergia entre as instituições, ações cooperativas e diálogo entre Instituições (aí incluído o Estado) e a sociedade.	CREDIBILIDADE E EFICÁCIA INSTITUCIONAL Integridade, independência, busca do bem público pela burocracia estatal.
NÍVEL MICRO	INTEGRAÇÃO Laços fortes intracomunitários, identidade e projetos comuns.	CONEXÃO Laços fracos, participação dos indivíduos em redes sociais extracomunitárias. Também inclui o compromisso cívico dos indivíduos.

Fonte: (WOOLCOCK, 1998: p. 165)

No quadro 7 apresentam-se as combinações de *linkage* e integração em níveis baixo e alto para expressar os dilemas dos processos “*bottom-up*” (ou de baixo para cima) do desenvolvimento e no quadro 8 as combinações de sinergia e integridade organizacional em níveis baixo e alto para expressar os dilemas dos processos “*top-down*” (de cima para baixo ou descendente) do desenvolvimento.

Quadro 8 – Estratégias “bottom-up” (ou ascendentes) de desenvolvimento

		INTEGRAÇÃO (relações intra-comunitárias)	
		NÍVEL BAIXO	NÍVEL ALTO
LINKAGE (relações extra-comunitárias)	NÍVEL BAIXO	Individualismo amoral	Familismo amoral
	NÍVEL ALTO	Anomia	Oportunidades de autonomia

Fonte: (WOOLCOCK, 1998; Apud: MOYANO, 1999: 23)

Quadro 9 – Estratégias “top-down” de desenvolvimento

		INTEGRIDADE ORGANIZACIONAL (eficiência e credibilidade das instituições)	
		NÍVEL BAIXO	NÍVEL ALTO
SINERGIA (cooperação Estado/ sociedade civil)	NÍVEL BAIXO	Anarquia (Estados colapsados)	Ineficiência (Estados atrasados)
	NÍVEL ALTO	Corrupção, nepotismo, exploração (Estados depredadores)	Cooperação, interlocução Accountability (Estados favoráveis ao desenvolvimento)

Fonte: (WOOLCOCK, 1998; Apud: MOYANO, 1999: p.26)

Fazendo uma combinação dessas quatro dimensões do capital social, cada uma delas com os níveis baixo ou alto, com os dois níveis do processo de desenvolvimento, temos 16 possíveis resultados lógicos desse processo. Os dois casos extremos são ilustrativos mostram a dificuldade, ou o “fio da navalha” em que caminha o processo de desenvolvimento. Assim, a compreensão das relações sociais em uma sociedade e a natureza das relações Estado-Sociedade civil, assume importância crucial para esse processo. Sem o conhecimento das características das relações sociais existentes tanto no nível micro como macro, como se articulam estes níveis, nem como essas articulações emergiram historicamente em cada comunidade, torna-se impossível compreender as possibilidades das políticas de desenvolvimento econômico.

CONCLUSÃO

As sociedades não podem ser pautadas apenas sobre seus valores materiais, abundância, eficácia, racionalidade, mas também sobre uma série de valores não materiais, éticos e morais, afetivos e lúdicos. A criação de novas formas de convivência são identificadas como uma possibilidade de ampliação dos campos de cooperação, sendo capazes de estabelecer novas dinâmicas comunitárias.

A dimensão não material da vida social está se tornando um eixo comum entre muitos estudos contemporâneos. Sob conceitos como o de economia solidária e dádiva, esses estudos são movidos pelas conseqüências devastadoras do atual ambiente econômico, cujo sinal mais evidente se faz sentir com a ampliação da exclusão social. A idéia força que fundamenta tais conceitos está na possibilidade de resgatar os valores capazes de fortalecer os veículos sociais, a partir de uma perspectiva inclusiva. Essa dimensão social constitui a base fundamental que alicerça e atribui sentido as próprias ações mais gerais empreendidas pela associação. As atividades econômicas aparecem assim absolutamente indissociadas do próprio tecido da vida social (ou comunitária). Em tal prática parece promover-se de modo efetivo aquilo que tem sido levantado mais recentemente em diversos fóruns internacionais de debate como o horizonte de superação das crises atuais: a questão da reconciliação do econômico e do social, que fica perdida na dinâmica capitalista ao autonomizar-se a esfera econômica em relação às demais esferas da vida.

Assim a cada dia, torna-se mais evidente que a melhoria do bem estar da sociedade passa pela economia solidária e pela dádiva, que atuam formas mais efetivas e melhores de cooperação, também como uma maneira de mostrar que a melhoria das relações humanas não está em outra parte que não no dar e receber, no respeito mútuo e na generosidade recíproca.

Por outro lado, a literatura internacional tem dado crescente importância ao capital social como um poderoso instrumento para resolver os dilemas da ação coletiva. Coleman e depois Putnam, apontaram como o capital social, enquanto aspectos da organização social, envolvendo redes, normas e confiança, facilitam a coordenação e a cooperação para benefícios mútuos, desempenhando um papel fundamental para o desenvolvimento econômico.

Na seqüência da divulgação da pesquisa de Putnam surgiram inúmeros questionamentos. O mais importante reportando-se ao determinismo cultural presente em sua análise. Releva então perguntar: se o desenvolvimento de uma determinada região pode ser explicado pela sua cultura cívica, em suma, pelo seu capital social, uma região que não disponha de tais atributos está definitivamente condenada ao atraso? Ou, alternativamente, políticas públicas especificamente orientadas podem prover o desenvolvimento do capital social e, em conseqüência, o desenvolvimento econômico e social de seus membros?

Como vimos anteriormente, na maioria dos conceitos de economia solidária, há predominância implícita ou explícita de que as relações estabelecidas em seu campo obedecem a regra da reciprocidade. A criação do capital social tal como concebido pelos autores supramencionados pode então se constituir num importante instrumento de inclusão social para um conjunto de pessoas que foram de alguma maneira excluídas do mercado formal de trabalho.

Nos últimos anos diversas políticas públicas foram concebidas especificamente para esse contingente populacional. Aqui, por economia de espaço, vamos nos referir especificamente para a Linha Infra-estrutura do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

A maioria dos estudos sobre o PRONAF indica que o programa tem sido extremamente eficiente em desenvolver capital social, mas incapaz de criá-lo. A pergunta é por que municípios com perfis praticamente idênticos, dada as exigências do programa apresentam performances tão diferentes.

A hipótese que adotamos é a de que embora os Conselheiros dos Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável dos Municípios participantes do programa recebam treinamento de capacitação no âmbito do programa, a falta de uma metodologia adequada de mediação impede que o público alvo desenvolva um conjunto de aptidões, normas e valores capazes de estender redes capazes de estabelecer novas relações sociais que tenham em seu núcleo os princípios da cooperação, da reciprocidade, enfim da solidariedade.

Trata-se aqui de um novo tipo de mediação entre o sujeito, a sociedade e a construção da história enquanto projeto de engendrar novas relações sociais transformadoras que aí sim, possam se constituir em habitus e permitam a reprodução

das novas relações sociais onde o econômico esteja enraizado no social e não como fio condutor da ação dos sujeitos.

É nesse ponto que as teorias da mediação enquanto promotoras do desenvolvimento cognitivo podem nos permitir a superação da Síndrome da Privação Cultural. Cabe, no entanto, uma ressalva de antemão. Rejeitamos qualquer tipo de determinismo seja ele de cunho biológico, social ou cultural. Aqui, entendemos a Síndrome da Privação Cultural como a ausência de interações sociais que mobilizem o aparato cognitivo do sujeito no sentido de seu desenvolvimento pleno. Embora, como no caso do *habitus*, a Síndrome da Privação Cultural dê ênfase a um aprendizado passado, pensamos que podemos redefinir tais conceitos e trabalhá-los como elementos estruturantes de um projeto transformador, assentado na solidariedade e na reciprocidade.

Especificando melhor, a Síndrome da Privação Cultural, diz respeito a privação da própria cultura, denotando uma falta de interações sociais significativas vividas pelo indivíduo dentro de sua própria cultura, provocando um retardo ou impedimento ao seu desenvolvimento. Pode ser uma decorrência de fatores internos ao indivíduo (endógenos), tais como a presença de lesões cerebrais, auditivas e visuais, dentre outras, ou em decorrência de fatores externos (exógenos), como o êxodo rural não planejado, perda de identidade de determinado grupo social, etc. Nesses casos ocorre uma redução ou uma falta de interações mediadoras significativas, que reforçam o processo de exclusão social vigente.

Ao impedir um desenvolvimento cognitivo e afetivo adequado, a Síndrome da Privação Cultural, reduz o nível ou o grau de flexibilidade ou modificabilidade do indivíduo, provocando um bloqueio cognitivo que dificulta sua inserção no quadro social vigente. Como a cultura é um processo através do qual as aprendizagens, valores e atitudes são transferidos de uma geração para outra, a privação não apenas levanta uma muralha para sua inserção social, como se constitui no poderoso instrumento de reprodução intergeracional da pobreza e da exclusão.

A Economia Solidária pode se constituir em um importante instrumento do desenvolvimento territorial se conseguir estimular a geração de um conjunto de normas e valores, tendentes a criar laços de confiança que propiciem ou facilitem a consecução de objetivos comuns e, ao mesmo tempo, permitam o estabelecimento de novas relações

horizontais. Teorias do desenvolvimento da capacidade cognitiva, assentadas na mediação por, ao mesmo tempo, terem como núcleo orientador o reconhecimento da alteridade e da reciprocidade, podem ser o elo que faltava para responder ao problema até agora em aberto de como criar capital social.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, R. 2004. Entre deus e o diabo: mercados e interação humana em Ciências Sociais. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, 16(2):35-64.
- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada** – volume 4, nº 2, abril/junho 2000.
- ABU-EL-HAJ, Jawdat. O debate em torno do Capital Social: uma revisão crítica. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, nº 47, 1999, pp. 65-79.
- ARENDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1985.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Bauru, SP: EDIPRO, 2002. 287p.
- ARISTÓTELES. **Ética Nicomáquea: Ética Eudemia**. Madrid: Gredos, 1995. 562p.
- ARRUDA, Marcos. Globalização e sociedade civil repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. **Proposta**, n. 74, pp. 6-17, 1997. Disponível em: www.alternex.com.br/~pacs/index.html. Acesso em: 26 mar. 2007.
- BEDUSCHI FILHO, L. C. e ABRAMOVAY, R. Desafios para o Desenvolvimento das Regiões Rurais. **Nova Economia**: Belo Horizonte: 14(3): 35-70, set/dez 2004.
- BOUDRIEU, P. Condição de Classe e Posição de Classe. In: BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo, Perspectiva (ed.), p. 3 – 26, 1992.
- BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Lingüísticas**. O que falar quer dizer. São Paulo, USP (ed.), 1996.
- BOURDIEU, P. Habitus, illusio y racionalidad. In: BOURDIEU, P. e WACQUANT, L. **Réponses**. Paris, Du Seuil (ed.), p 79-99, 1992 apud GUTIERREZ, A. **Pierre Bourdieu. Las prácticas sociales**, Posadas, Argentina, Editora Universitaria de Misiones, 1995.
- BOURDIEU, P. Os fundamentos históricos da razão. In: BOURDIEU, P. **Meditações Pascalinas**, s/l. Oeiras e Celta (eds), 1998, p. 79 – 112.
- BOURDIEU, P. **Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação**. São Paulo, Papirus, 1996.
- BOURDIEU, P. The forms of capital. In: **Handbook of theory and research for the sociology of education**. UK, 1986, p 241 - 260.

- BOURDIEU, P. The social space and the genesis of groups. **Social Science Information Studies**. vol. 24, n. 2, Junho 1985.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil Rio de Janeiro, 1989 313p..
- BOURDIEU, Pierre. O Capital Social – notas provisórias. Em BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRIGGS, Xavier de Souza. Brown Kids in White Suburbs: Housing Mobility and the Many Faces of social Capital. **Hosing Policy Debate**. Volume 9, Issue 1. Fannie Mae Foundation, 1998.
- CAILLÉ, A. 2002. O princípio de razão, o utilitarismo e o antiutilitarismo. **Revista Sociedade e Estado**, 26(1-2): p. 26-56.
- CAILLÉ, A. **Antropologia do dom: O Terceiro Paradigma**. Petrópolis: Vozes, 2002, 325p.
- CAILLÉ, A. Dádiva e Associação. In: MARTINS, P. H. (Org.): **Dádiva entre os Modernos**. Petrópolis: Vozes, 2002, págs. 191-205.
- CAILLÉ, A. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 13(38): p.5-38, 1998..
- CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. Uma Reflexão sobre Ciência e Conceitos: O Território no Geografia. Em RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marco Aurélio (Orgs): **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.
- CARDOSO de OLIVEIRA, R. C. de. Introdução a uma leitura de Mauss. In: CARDOSO de OLIVEIRA, R. C. de (Org.). **Marcel Mauss: antropologia**. São Paulo: Ática, 1983, p. 7-50.
- CASTAÑO MARTINEZ, Maria Soledad: Los Valores Éticos del Capital Social y su Influencia en el Crecimiento. **ICE: Ética y Economía**, n^o 823, junio 2005.
- CASTILHOS, Dino Sandro Borges de. **Capital Social e Políticas Públicas: Um Estudo da Linha Infra-Estrutura e Serviços aos Municípios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Dissertação de mestrado, 2002.
- CASTRO, Iná Elias de. O Problema da Escala. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (ORGS): **Geografia: conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.

- CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (ORGS): **Geografia: conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001. 252p.
- CASTRO, Isabel: **Problemática Qualitativa e Quantitativa do Capital Social: Uma Exploração**. Lisboa: ISEG/SOCIUS, 2006.
- COLEMAN, James. Social Capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, 94: 95-120, 1988.
- COLEMAN, James. **The Foundations of social Theory**. Cambridge: **Harvard University Press**, 1990.
- CORAGGIO, José Luis. **Desenvolvimento humano e educação: O papel das ONGs latino-americanas na iniciativa da educação para todos**. São Paulo: Cortez, 1996.
- CORAGGIO, José Luis. **Economia urbana: la perspectiva popular**. Quito: Ponencias del Instituto Fronesis, 1994.
- CORAGGIO, José Luis: “Da Economia dos Setores Populares à Economia do Trabalho”. Em: KRAYCHETE, G.; LARA, Francisco e COSTA, Beatriz (Orgs):**Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 91-131.
- CORNELIAN, Anderson Ricardo: **A Concepção de “Economia Solidária” em Paul Singer: Descompassos, Contradições e perspectivas**. Araraquara: UNESP. Dissertação de Mestrado, 2006.
- COSTA, Luciana Maria. **O Micro-Crédito e a Geração de emprego e Renda no Norte de Minas: Ênfase ao Crediamigo do Banco do Nordeste**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2001.
- COWAN, Carlos Javier: **Capital Social e Luta Simbólica – o Caso da Rede Puna: Uma Experiência Territorial de Articulação Social na Província de Jujuy, Argentina**. Porto Alegre: Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2003.
- COX, K. Redefinig territory. **Political Geography Quarterly**, vol. 10, n^o 1, p. 5-7, Janeiro 2001.
- CRUZ, Antônio Carlos Martins da. **A Diferença da Igualdade: A Dinâmica da Economia Solidária em Quatro Cidades do mercosul**. Campinas: IE/UNICAM. Tese de doutoramento, 2006.
- CURCUFF, P. **Novas Sociologias: Construções da Realidade**. São Paulo: EDUSC, 2001.
- D’ARAÚJO, Maria Celina: **Capital Social**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003. 65p.

- DAGNINO, R. **Em direção a uma Estratégia para a redução da pobreza: a Economia Solidária e a Adequação Sócio-técnica.** Campus Oei Org, 2000. Disponível em <http://www.campus-oei.org/salactsi/rdagnino5.htm>. Acesso em: 03 fev. 2007.
- DAL RI, Neusa Maria (Org.). **Economia Solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho.** São Paulo: Arte & Ciência, 1999.
- DINIZ Filho, Luis Lopes. **Contribuições e Equívocos das Abordagens Marxistas na Geografia Econômica: Um Breve Balanço.** São Paulo: Terra Livre, Ano 18, Vol. I, nº 18, pp 143-160, jan/jun, 2002. Disponível em <http://www.cibergeo.org/agbnacional/terralivre18/luislopes.pdf>. Acesso em: 04 ja. 2007.
- DUBAR, Claude: “La méthode de Marcel Mauss”. **Revue Française de Sociologie**, X, 1969.
- DURSTON, J. **¿Qué es el capital social comunitario?** Santiago de Chile. División de Desarrollo Social, CEPAL, 2000.
- DURSTON, J. **El capital social campesino en la gestión del desarrollo rural.** Santiago de Chile: CEPAL, 2002.
- DURSTON, J. Capital Social: parte del problema, parte da la solución, su papel em la persistência y em la superación de la pobreza em la América Latina y el Caribe. In: ARTRIA, R.; SILES, M.; ARRIAGADA, I. ROBISON, L. J. WHITEFORD,S. (Comps.). **Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y Caribe: en busca de un Nuevo paradigma.** Santiago de Chile: CEPAL, 2003.
- DZIMIRA, S. e FRANÇA FILHO, G. Economia e Dádiva. In: **Organizações & Sociedade.** V. 6, n.14, p.141-183, jan/abr, 1999.
- FERNANDES, A. S. A Comunidade Cívica em Walzer e Putnam. São Paulo: CEDEC: **Revista Lua Nova**, nº 51, 2000.
- FONTES, Breno: Capital social e terceiro setor: sobre a estruturação das redes sociais em associações voluntárias. Em: MARTINS, P. H.; FONTES, B: **Redes Sociais e Saúde: Novas Possibilidades Teóricas.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2004.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de: Esclarecendo Terminologias: As Noções de Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular em Perspectiva. In **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico.** Ano III, nº 3, dezembro de 2001, Salvador: UNIFACS, Bahia.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; DZIMIRA, S. Dádiva e Economia Solidária. In: MARTINS, P.H.; NUNES,B. F. (Orgs.). **A Nova Ordem Social: Perspectivas da solidariedade contemporânea.** Brasília: Paralelo 15, 2004. 246p.

- FUKUYAMA, F.: **La gran ruptura**. Madrid: Punto de Lectura, 2001.
- GADOTTI, M. e GUTIERREZ F. (Orgs). **Educação comunitária e economia popular**. Cortez, São Paulo, 1993.
- GAIGER, Luiz I. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, Paul, SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A Economia solidária no Brasil; a autogestão como resposta ao desemprego**. Contexto, São Paulo, 2000, p. 267-86.
- GAIGER, Luiz Inácio: A economia solidária diante do modo de produção capitalista. Disponível em: <http://www.humanas.unisinos.br/pesquisa/ecosol/acervo.htm>. Acesso em 28 mar. 2007.
- GALVÃO, M. N. Cooperação e solidariedade nas relações de trabalho. In: Dal Ri, Neusa Maria (org). **Economia Solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho**. p. 115-132. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.
- GANEN, Ângela. Adam Smith e a Explicação do Mercado como Ordem Social: Uma Abordagem Histórico-Filosófica. In: **Revista de Economia Contemporânea**, 4(2): 9-36, jul./dez., 2000.
- GANEN, Ângela. Economia e Filosofia: Tensão e solução na Obra de Adam Smith. In: **Revista de Economia Política**, vol. 22, n. 4, out./dez, 2002.
- GODBOUT, Jacques T. : **O Espírito da Dádiva**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999. 270p.
- GODBOUT, Jacques T. Introdução à dádiva. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais** 1998. V. 13, n. 38, out/1998.
- GODBOUT, Jacques. Digressão sobre as redes e os aparelhos. In: MARTINS, P. H.; FONTES, B: **Redes Sociais e Saúde: Novas Possibilidades Teóricas**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2004.
- GODELIER, Maurice. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 333p.
- GRAMSCI, A.: **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 244p.
- GRANOVETTER, M. Ação Económica e Estrutura Social: O Problema da Incrustação. In: PEIXOTO, João e MARQUES, Rafael (orgs): **A Nova Sociologia Económica**. Oeiras; CELTA, 2003.
- GUTIERREZ, A. **Pierre Bourdieu**. Las prácticas sociales. Posadas, Argentina: Editora Universitaria de Misiones. 1995

- HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato: **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001, pp. 165-205.
- HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2006. 400p.
- HAESLER, Aldo. A Demonstração pela Dádiva: Abordagens Filosóficas e Sociológicas. In: MARTINS, P. H. (Org.). A dádiva entre os modernos. Discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 137-160.
- HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980. 291p.
- HEIDRICH, A. L.: Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In RIBAS et. al.(Orgs). **Território e Desenvolvimento: Diferentes Abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004, p. 37-66.
- HISCHMAN, A. Rival Interpretations of Market Society: Civilizing, Destructive, or Feeble. **Journal of Economic Literature**, n^o 20, p. 1463-1484.
- KHUN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1995. 257p.
- KRAYCHETE, Gabriel. Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia. In: KRAYCHETE, G.; LARA, Francisco e COSTA, Beatriz (Orgs). **Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000, págs 15 a 37.
- LACOSTE, Y. **A Geografia - Isso Serve em Primeiro Lugar, para Fazer a Guerra**. Campinas: Papirus, 1989. 263p.
- LANA, M. Nota Sobre Mauss e o Ensaio da Dádiva, **Revista de Antropologia e Política** n^o 14: 173-194, São Paulo, Jun 2000.
- LECHAT, Noëlle Marie Paule. **As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil**. Palestra proferida na UNICAMP por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares dia 20/03/2002. Disponível em: <http://www.humanas.unisinos.br/pesquisa/ecosol/acervo.htm>. Acesso em: 06 de mar. 2007.
- LEFORT, Claude. **As formas da história**, editora brasiliense. São Paulo: 1990. 345p
- LÉVI-STRAUSS, C. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: M. MAUSS, **Sociologia e antropologia**. V. 2, São Paulo, Edusp, 1974, p. 9-48.
- LIMA, Ana Luiza Machado de Codes. O Fenômeno da Economia Solidária: Reflexões em um Campo de Estudo Controverso. In: **IntegrAção: A Revista**

Eletrônica do Terceiro Setor, Ano VI - Nº 25 - Abril/2003 Disponível em <http://integracao.fgvsp.br/ano6/04/administrando.htm>. Acesso em: 26 mar. 2007.

LISBOA, A M. A emergência das redes de economia popular no Brasil. **Economia Solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho**. In: Dal Ri, Neusa Maria (Org.). p. 55-89 – São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

LISBOA, Armando de Melo. **Desordem do trabalho, economia popular e exclusão social**: Algumas considerações. Economia/UFSC, Florianópolis (mimeo s/d).

LISBOA, Armando de Melo. **Socioeconomia solidária**. Marco conceitual latino-americano. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina / Departamento de Ciências Econômicas, Texto para Discussão nº 2 / 2004. Disponível em <http://www.cse.ufsc.br/gecon/textos/armando9.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2007.

MALINOWSKI, B. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo. Abril Cultural, 1984. 424p.

MANCE, Euclides André. **Fome Zero e Economia Solidária**: O Desenvolvimento Sustentável e a Transformação Estrutural do Brasil. Curitiba: Instituto de Filosofia da Libertação: Editora Gráfica Popular, 2004.

MANCE, Euclides. A consistência das redes solidárias. **Ciências Sociais Unisinos**, vol. 37, nº. 159, 2001, pp. 177-204.

MARQUES, Rafael. Economia Experimental e Dádiva: Uma Meta-Análise. *Socius Working Papers*, nº 2, 2001. Disponível em <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp201.pdf>. Acesso em 15 mar. 2007.

MARTINS, P. H. (Org.). **A dádiva entre os modernos**. Discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, P. H. As redes sociais, o sistema de dádiva e o paradoxo sociológico. In: MARTINS, P. H.; FONTES, B. **Redes Sociais e Saúde**: Novas Possibilidades Teóricas. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2004.

MARTINS, P. H.; FONTES, B. **Redes Sociais e Saúde**: Novas Possibilidades Teóricas. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2004.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**: São Paulo: Martins fontes, 1977. 351p.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

- MAUSS, M. A Obrigação de dar Presentes. In: MAUSS, M. : **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.
- MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- MAUSS, M. Morfologia Social: ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós. In: **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 423-505.
- MAUSS, M.. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e antropologia**. V. 2, São Paulo, Edusp, 1974, p. 49-209.
- MELO Neto, F. P. de; FROES, César. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: A administração do terceiro setor**, São Paulo: Qualitymark, 1999. 208p.
- MILANI, C. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: Lições a partir da experiência de Pintadas**. Salvador: UFBA, NEPOL, 2005.
- MONASTÉRIO, L. M. Capital Social e Crescimento Econômico: Mecanismos. Fortaleza: **Revista Econômica do Nordeste**, vol. 31. n^o Especial, p. 866-880.
- MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. **Do Espírito das Leis**. São Paulo: Abril Cultural, 1985. 569p.
- MOYANO ESTRADA, Eduardo. El Concepto de Capital Social y su Utilidad para el Análisis de las dinámicas del Desarrollo. Uberlândia: IE/UFU. **Economia Ensaio**, vol. 13, n^o 2 e vol. 14, n^o 1, p. 3-39, julho/dezembro, 1999.
- NAPOLEONI, C. **Smith, Ricardo, Marx**. Rio de Janeiro: Graal, 1982. 239p.
- NASCIMENTO, Humberto Miranda do. **Capital Social e Desenvolvimento Sustentável no Sertão Baiano: A Experiência de organização dos Pequenos Agricultores do Município de Valente**. Campinas: IE/UNICAMP. dissertação de mestrado, 2000.
- NORTH, D. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge University Press, Cambridge, MA, USA.1990.
- OFFE, Claus. **Capitalismo Desorganizado**. São Paulo; Brasiliense, 1994. 322p.
- ORTIZ, R. H. **Economia Solidária**. Hacia una nueva civilización. Lima, 2001.
- POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro, Campus, 1980. 306p.

- PORTES, Alejandro: *Capital Social: Origens e Aplicações na Sociologia Contemporânea*. Sociologias, problemas e Práticas, nº 33, p. 133-158, 2000.
- PORTUGAL, Silvia. Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. Lisboa: Oficina do CES, n. 271, março de 2007.
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia: A Experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000. 260p.
- PUTNAM, R. D.; GOSS. Introducción. In: PUTNAM, D. R. (Ed.): **El declive del capital social**. Barcelona: Galáxia de Gutenberg, 2003, p. 7-34.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269p.
- RAFFESTIN, C. Repères por une théorie de la territorialité humaine. In: DEPUY, G.(dir.): **Réseaux Territoriaux**. Caen: Paradigme, 1988.
- RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In GADOTTI, M. e GUTIERREZ F. (Orgs). **Educação comunitária e economia popular**. Cortez, São Paulo, 1993. p. 34-58.
- REBORATTI, Carlos E. Una Cuestión de escala: sociedad, ambiente, tiempo y territorio. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 3, nº 5, jan/jun 2001, p. 80-93.
- RIOS, Cázares, Alejandra; RIOS Figueroa, Júlio. Capital Social y democracia: una revisión crítica de Putnam. **Política y Gobierno**, vol. VI, nº 2, 1999, p. 513-528.
- SABOURIN, C. **A Economia Solidária e as Mulheres**. Pólo de Socioeconomia Solidária, 2000. <http://www.alternex.com.br/~pacs/text/sabourin.htm>. Acesso em: 28 mar. 2007.
- SACK, R. **Human Territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SAQUET, Marcos. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000. 409p.
- SILVA, B. **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1986. 1421p.
- SINGER, Paul. A Recente ressurreição da economia solidária no Brasil. Disponível em: <http://www.ces.fe.uc.pt/emancipa/research/pt/ft/difusao.html>
- SINGER, Paul. Economia Solidária: geração de renda e alternativas ao neoliberalismo. **Proposta**, n. 72, pp. 6-13, 1997.

- SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego**. Diagnóstico e Alternativas. São Paulo: Contexto, 1998. 139p.
- SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. 127p.
- SINGER, Paul. **Um novo conceito de socialismo**. Folha de São Paulo. São Paulo, 06 de novembro de 2001.
- SMITH, Adam. Do Baixo Valor das Mercadorias, isto é, da Abundância. In: NAPOLEONI, C.: **Smith, Ricardo, Marx**. Rio de Janeiro: Graal, 1982, pp. 171-192.
- SMITH, Adam. **Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.
- SMITH, Adam. **Teoria dos Sentimentos Morais**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato: **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001, pp.77-116.
- TAUILE, José Ricardo. **Do Socialismo de Mercado à Economia Solidária**. Março de 2001. Disponível em www.ie.ufrj.br/prebisch/pdfs/16.pdf. Acesso em: 06 mar. 2007.
- TENDLER, J. **Bom governo nos trópicos** – Uma visão crítica. Rio de Janeiro: Revan, 1998. 288p.
- TIRIBA, Lia. Economia Popular e Produção de uma Nova Cultura do Trabalho. In: FRIGOTTO, G (Org): **Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- TIRIBA, Lia: “*A economia solidária no contexto da economia moral das multidões (os sindicalistas entram em campo)*”. Rio de Janeiro, mimeo, 2001. Disponível em: http://ifas.org.br/html/mais/t_artigo/dados/economia_solidaria_art_revist2.htm. Acesso em: 16 mar. 2007.
- TOCQUEVILLE, Aléxis de. **A Democracia na América**. São Paulo. Martins Fontes.
- VAINER, Carlos Bernardo. As Escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? Rio de Janeiro. Cadernos IPPUR, Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade, pp. 13-32, 1986.
- WOOLCOCK, Michael. Social Capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework. **Theory and Society**, 27, 1998, p. 151-208.